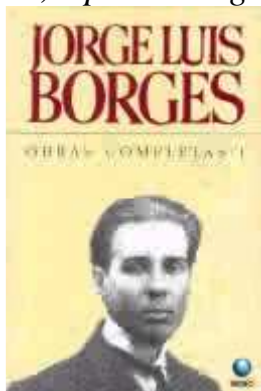
Jorge Luis
BORGES

ficções

EDITORA GLOBO

*****

JORGE LUIS BORGES

Este livro: Ficções, é parte integrante da coleção:

JORGE LUIS BORGES – OBRAS COMPLETAS

VOLUME I

1923-1949

Título do original em espanhol: Jorge Luis Borges – Obras Completas

98-3272

1ª Reimpressão-9/98 2ª Reimpressão-1/99 3ª Reimpressão – 12/99

Edição baseada em Jorge Luis Borges – Obras Completas,

publicada por Emecé Editores S.A., 1989, Barcelona – Espanha.

Coordenação editorial: Carlos V. Frías

Capa: Joseph Llbach / Emecé Editores

Ilustração: Alberto Ciupiak

Coordenação editorial da edição brasileira: Eliana Sá

Assessoria editorial: Jorge Schwartz

Preparação de textos: Maria Carolina de Araújo

Revisão de textos: Flávio Martins, Levon Yacubian,

Luciana Vieira Alves e Márcia Menin

Projeto gráfico: Alves e Miranda Editorial Ltda.

Fotolitos: GraphBox

Agradecimentos a Antonio Fernández Ferrer, Maite Celada, Ana Cecilia Olmos,

Blas Matamoro, Fernando Paixão, Daniel Samoilovich e Michel Sleiman

Agradecimentos especiais a Élida Lois

Direitos mundiais em língua portuguesa, para o Brasil, cedidos à

EDITORA GLOBO S.A.

Avenida Jaguaré, 1485

CEP O5346-9O2 – Tel.: 3767-7OOO, São Paulo, SP

E-mail: atendimento@edglobo.com.br

Impressão e acabamento:

Gráfica Círculo

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte – Câmara Brasileira do Livro, SP
Borges, Jorge Luis, 1899-1986.
Obras completas de Jorge Luis Borges_ volume 1 / Jorge Luis Borges. – São Paulo : Globo, 1999.

Título original: Obras completas Jorge Luis Borges.
Vários tradutores.
V. 1. 1923-1949 / v. 2. 1952-1972 / v. 3. 1975-1985 / v. 4. 1975-1988 ISBN 85-25O-2877-O (v. 1) / ISBN 85-25O-2878-9 (v. 2) ISBN 85-25O-2879-7 (v. 3) / ISBN 85-25O-288O-O
(v. 4.)

1. Ficção argentina 1. Título.
Índices para catálogo sistemático

1. Ficção : Século 2O : Literatura argentina ar863.4

2. Século 2O : Ficção : Literatura argentina ar863.4
CDD-ar863.4

FICÇÕES
Ficciones
Tradução de Carlos Nejar
Revisão de tradução: Maria Carolina de Araujo

FICÇÕES (1944)

- O JARDIM DE VEREDAS QUE SE BIFURCAM (1941)

♦ Prólogo
♦ Tlön, Uqbar, Orbis Tertius
♦ Pierre Menard, autor do Quixote
♦ As ruínas circulares
♦ A loteria em Babilônia
♦ Exame da obra de Herbert Quain
♦ A biblioteca de Babel
♦ O jardim de veredas que se bifurcam

- ARTIFÍCIOS (1944)

♦ Prólogo
♦ Funes, o memorioso
♦ A forma da espada
♦ Tema do traidor e do herói
♦ A morte e a bússola
♦ O milagre secreto
♦ Três versões de Judas
♦ O fim
♦ A seita da Fênix
♦ O Sul

O JARDIM DE VEREDAS QUE SE BIFURCAM (1941)

A Esther Zemborain de Torres

1941

PRÓLOGO

As sete obras deste livro não requerem maior elucidação. A sétima ("*O jardim de veredas que se bifurcam*") é policial; seus leitores assistirão à execução e a todos os preliminares de um crime cujo propósito não ignoram, mas que não compreenderão, parece-me, até o último parágrafo. As outras são fantásticas; uma – "*A loteria em Babilônia*" – não é totalmente isenta de simbolismo. Não sou o primeiro autor da narrativa "*A biblioteca de Babel*"; os curiosos de sua história e de sua pré-história podem examinar certa página do número 59 da revista *Sur*, que registra os nomes heterogêneos de Leucipo e de Lasswitz, de Lewis Carroll e de Aristóteles. Em "*As ruínas circulares*" tudo é irreal; em "*Pierre Menard, autor do Quixote*", irreal é o destino que seu protagonista se impõe. O rol de escritos que lhe atribuo não é muito divertido, mas não é arbitrário; é um diagrama de sua história mental...

Desvario laborioso e empobrecedor o de compor extensos livros; o de espraiar em quinhentas páginas uma idéia cuja perfeita exposição oral cabe em poucos minutos. Melhor procedimento é simular que esses livros já existem e oferecer um resumo, um comentário. Assim procedeu Carlyle em *Sartor Resartus*; assim Butler em *The Fair Haven*; obras que têm a imperfeição de serem também livros, não menos tautológicos que os outros. Mais razoável, mais inepto, mais preguiçoso, preferi a escrita de notas sobre livros imaginários. Estas são "*Tlön, Uqbar, Orbis Tertius*"; e o "*Exame da obra de Herbert Quain*".

J. L. B.

TLÖN, UQBAR, ORBIS TERTIUS

Devo à conjunção de um espelho e de uma enciclopédia o descobrimento de Uqbar. O espelho inquietava o fundo de um corredor numa chácara da rua Gaona, em Ramos Mejía; a enciclopédia falazmente se chama *The Anglo-American Cyclopaedia* (New York, 1917) e é uma reimpressão literal, mas também tardia, da *Encyclopaedia Britannica* de 19O2. O fato ocorreu faz uns cinco anos. Bioy Casares jantara comigo naquela noite e deteve-nos uma extensa polêmica sobre a elaboração de um romance em primeira pessoa, cujo narrador omitisse ou desfigurasse os fatos e incorresse em diversas contradições, que permitissem a poucos leitores – a muito poucos leitores – a adivinhação de uma realidade atroz ou banal. Do fundo remoto do corredor, o espelho nos espreitava. Descobrimos (na alta noite essa descoberta é inevitável) que os espelhos têm algo de monstruoso. Então Bioy Casares lembrou que um dos heresiarcas de Uqbar declarara que os espelhos e a cópula são abomináveis, porque multiplicam o número dos homens. Perguntei-lhe a origem dessa memorável sentença e ele me respondeu que *The Anglo-American Cyclopaedia* a registrava, em seu artigo sobre Uqbar. A chácara (que havíamos alugado mobiliada) possuía um exemplar dessa obra. Nas últimas páginas do volume XLVI demos com um artigo sobre Upsala; nas primeiras do XLVII, com um *sobre Ural-Altaic Languages*, mas nem uma palavra a respeito de Uqbar. Bioy, um pouco perturbado, consultou os volumes do índice. Esgotou em vão todos os verbetes imagináveis: Ukbar, Ucbar, Ookbar, Oukbahr... Antes de ir embora, disse-me que era uma região do Iraque ou da Ásia Menor. Confesso que assenti com certa incomodidade. Conjecturei que esse país indocumentado e esse heresiarca anônimo eram uma ficção improvisada pela modéstia de Bioy para justificar uma frase. O exame estéril de um dos atlas de Justus Perthes fortaleceu minha dúvida.

No dia seguinte, Bioy me telefonou de Buenos Aires. Disse-me que tinha à vista o artigo sobre Uqbar, no volume XLVI da Enciclopédia. Não constava o nome do heresiarca, mas sim a informação de sua doutrina, formulada em palavras quase idênticas às repetidas por ele, ainda que – talvez – literariamente inferiores. Ele tinha recordado: "*Copulation and mirrors are abominable*". O texto da Enciclopédia dizia: "Para um desses gnósticos, o visível universo era uma ilusão ou (mais precisamente) um sofisma. Os espelhos e a paternidade são abomináveis (*mirrors and fatherhood are hateful*) porque o multiplicam e o divulgam". Eu lhe disse, sem faltar à verdade, que gostaria de ver esse artigo. Em poucos dias ele o trouxe. O que me surpreendeu, porque os escrupulosos índices cartográficos da *Erdkunde* de Ritter ignoravam completamente o nome de Uqbar.

O volume que Bioy trouxe era efetivamente o XLVI da *Anglo-American Cyclopaedia*. No ante-rosto e na lombada, a indicação alfabética (Tor-Ups) era a de nosso exemplar, mas em vez de 917 páginas constava de 921. Essas quatro páginas adicionais compreendiam o artigo sobre Uqbar; não previsto (como terá observado o leitor) pela indicação alfabética. Comprovamos depois que não havia outra diferença entre os

volumes. Os dois (conforme creio haver indicado) são reimpressões da décima *Encyclopaedia Britannica*. Bioy adquirira seu exemplar num de tantos leilões.

Lemos com certo cuidado o artigo. A passagem recordada por Bioy era talvez a única surpreendente. O restante parecia muito verossímil, muito ajustado ao tom geral da obra e (como é natural) um pouco maçante. Relendo-o, descobrimos sob sua rigorosa escrita uma fundamental vaguidade. Dos catorze nomes que figuravam na parte geográfica, apenas reconhecemos três – Kurassan, Armênia, Erzerum –, interpolados no texto de modo ambíguo. Dos nomes históricos, um só: o impostor Esmerdis, o mago, invocado mais como metáfora. A nota parecia precisar as fronteiras de Uqbar, mas seus nebulosos pontos de referência eram rios e crateras e cadeias dessa mesma região. Lemos, *verbi grada*, que as terras baixas de Tsai Jaldun e o delta do Axa definem a fronteira do Sul e que nas ilhas desse delta procriam os cavalos selvagens. Isso, no começo da página 918. Na seção histórica (página 92O) soubemos que, por causa das perseguições religiosas do século XIII, os ortodoxos procuraram refúgio nas ilhas, onde ainda perduram seus obeliscos e onde não é raro exumar seus espelhos de pedra. A seção idioma e literatura era breve. Um único traço memorável: anotava que a literatura de Uqbar era de caráter fantástico e que suas epopéias e suas lendas não se referiam nunca à realidade mas às duas regiões imaginárias de Mlejnas e de Tlön... A bibliografia enumerava quatro volumes que não encontramos até agora, embora o terceiro – Silas Haslam: *History of the Land Called Uqbar*, 1874 – figure nos catálogos da livraria de Bernard Quaritch.[1] O primeiro, *Lesbare und lesenswerthe Bemerkungen über das Land Ukkbar in Klein-Asien*, data de 1641 e é obra de Johannes Valentinus Andreä. O fato é significativo; alguns anos depois, deparei com esse nome nas inesperadas páginas de De Quincey (*Writings*, décimo terceiro volume) e soube que era o de um teólogo alemão que, em princípios do século XVII, descreveu a imaginária comunidade da Rosa Cruz – que outros depois fundaram, à imitação do prefigurado por ele.

Nessa noite visitamos a Biblioteca Nacional. Em vão esgotamos atlas, catálogos, anuários de sociedades geográficas, memórias de viajantes e historiadores: ninguém estivera jamais em Uqbar. O índice geral da enciclopédia de Bioy tampouco registrava esse nome. No dia seguinte, Carlos Mastronardi (a quem eu relatara o assunto) reparou numa livraria de Corrientes e Talcahuano as pretas e douradas lombadas da Anglo-American Cyclopaedia... Entrou e consultou o volume XXVI. Naturalmente, não deu com o menor indício de Uqbar.

---

1 Haslam publicou também *A General History of Labyrinths*.

II

Alguma lembrança limitada e diluída de Herbert Ashe, engenheiro das ferrovias do Sul, persiste no hotel de Adrogué, entre as efusivas madressilvas e no fundo ilusório dos espelhos. Em vida padeceu de irrealidade, como tantos ingleses; morto, não é sequer fantasma que já era então. Era alto e apático, e a sua canosa barba retangular havia sido ruiva. Creio que era viúvo, sem filhos. De tantos em tantos anos ia a Inglaterra: visitar (julgo eu por umas fotografias que nos mostrou) um relógio de sol e uns carvalhos. O meu pai estreitara com ele (o verbo é excessivo) uma dessas amizades inglesas que começam por excluir as confidências e que muito em breve omitem o diálogo. Costumavam exercer um intercâmbio de livros e de jornais; costumavam defrontar-se no xadrez, taciturnamente... Lembro-me dele no corredor do hotel, com um livro de matemática na mão, fitando às vezes as cores irrecuperáveis do céu. Uma tarde, falámos do sistema duodecimal de numeração (em que o doze se escreve 10). Ashe disse que estava precisamente a transferir não sei que tabelas duodecimais para sexagesimais (em que sessenta se escreve 10). Acrescentou que esse trabalho lhe fora encomendado por um norueguês: no Rio Grande do Sul. Há oito anos que o conhecemos e nunca mencionara sua estada nessa região... Falamos de vida pastoril, de capangas, da etimologia brasileira da palavra *gaucho* (que alguns velhos orientais ainda pronunciam gaúcho) e nada mais se disse – Deus me perdoe – de funções duodecimais. Em setembro de 1937 (nós não estávamos no hotel), Herbert Ashe morreu da ruptura de um aneurisma. Dias antes, recebera do Brasil um pacote selado e registrado. Era um livro em oitavo maior. Ashe deixou-o no bar, onde – meses depois – o encontrei. Pus-me a folheá-lo e senti uma ligeira vertigem de assombro que não descreverei, porque esta não é a história de minhas emoções, mas de Uqbar e Tlön e Orbis Tertius. Numa noite do Islã, que se chama a "Noite das Noites", abrem-se de par em par as secretas portas do céu e é mais doce a água nos cântaros; se essas portas se abrissem, não sentiria o que nessa tarde senti. O livro estava redigido em inglês e o compunham 1OO1 páginas. Na amarela lombada de couro li estas curiosas palavras que o ante-rosto repetia: *A First Encyclopaedia of Tlön*. Vol. XI. *Hlaer to Jangr*. Não havia indicação de data nem de lugar. Na primeira página e numa folha de papel de seda que cobria uma das lâminas coloridas, estava impresso um óvalo azul com esta inscrição: *Orbis Tertius*. Fazia dois anos que eu descobrira num tomo de certa enciclopédia pirática uma sumária descrição de um falso país; agora me proporcionava o acaso algo mais precioso e mais árduo. Agora tinha nas mãos um vasto fragmento metódico da história total de um planeta desconhecido, com suas arquiteturas e seus naipes, com o pavor de suas mitologias e o rumor de suas línguas, com seus imperadores e seus mares, com seus minerais e seus pássaros e seus peixes, com sua álgebra e seu fogo, com sua controvérsia teológica e metafísica. Tudo isso articulado, coerente, sem visível propósito doutrinal ou tom paródico.

No "décimo primeiro tomo" de que falo, há alusões a tomos ulteriores e precedentes. Néstor Ibarra, num artigo já clássico da N.R.F., negou a existência de tais tomos; Ezequiel Martínez Estrada e Drieu La Rochelle refutaram, quiçá vitoriosamente, essa dúvida. O fato é que até agora as investigações mais diligentes têm sido estéreis. Em vão desordenamos

as bibliotecas das Américas e da Europa. Alfonso Reyes, saturado dessas fadigas subalternas de índole policial, propõe que todos empreendamos a obra de reconstruir os muitos e maciços tomos que faltam: *ex ungue leonem*. Calcula, entre sério e jocoso, que uma geração de *tlönistas* pode bastar. Esse arriscado cômputo nos faz voltar ao problema fundamental: quem são os inventores de Tlön? O plural é inevitável, porque a hipótese de um único inventor – de um infinito Leibniz trabalhando na treva e na modéstia – fora descartada unanimemente. Conjetura-se que este *brave new world* é obra de uma sociedade secreta de astrônomos, de biólogos, de engenheiros, de metafísicos, de poetas, de químicos, de algebristas, de moralistas, de pintores, de geômetras... dirigidos por um obscuro homem de gênio. Muitos são os indivíduos que dominam essas disciplinas diversas, mas não os capazes de invenção e menos os capazes de subordinar a invenção a um rigoroso plano sistemático. Esse plano é tão vasto que a contribuição de cada escritor é infinitesimal. A princípio, acreditou-se que Tlön era um mero caos, uma irresponsável licença da imaginação; agora se sabe que é um cosmos e as íntimas leis que o regem foram formuladas, ainda que de modo provisório. Basta-me recordar que as contradições aparentes do Décimo Primeiro Tomo são a pedra fundamental da prova de que existem os outros: tão lúcida e tão justa é a ordem que nele se observou. As revistas populares divulgaram, com perdoável excesso, a zoologia e a topografia de Tlön; penso que seus tigres transparentes e suas torres de sangue não merecem, talvez, a contínua atenção de todos os homens. Atrevo-me a pedir alguns minutos para seu conceito do universo.

Hume observou em definitivo que os argumentos de Berkeley não admitem a menor réplica e não causam a menor convicção. Esse parecer é totalmente verídico em sua aplicação à terra; totalmente falso em Tlön. As nações desse planeta são – congenitamente – idealistas. Sua linguagem e as derivações de sua linguagem – a religião, as letras, a metafísica – pressupõem o idealismo. O mundo para eles não é um concurso de objetos no espaço; é uma série heterogênea de atos independentes. É sucessivo, temporal, não espacial. Não há substantivos na conjetural *Ursprache* de Tlön, da qual procedem os idiomas "atuais" e os dialetos: há verbos impessoais, qualificados por sufixos (ou prefixos) monossilábicos de valor adverbial. Por exemplo: não há palavra que corresponda à palavra lua, mas há um verbo que seria em espanhol *lunecer* ou *lunar*. Surgiu a lua sobre o rio diz-se *hlör u fang axaxaxas mlö* ou seja em sua ordem: para cima (*upward*) “atrás duradouro-fluir luneceu”. (Xul Solar traduz sinteticamente: upa tras perfluyue lunó. *“Upward, behind the onstreaming it mooned”*).

O que antes foi dito se refere aos idiomas do hemisfério austral. Nos do hemisfério boreal (sobre cuja *Ursprache* há bem poucos dados no Décimo Primeiro Tomo) a célula primordial não é o verbo, mas o adjetivo monossilábico. O substantivo se forma por acumulação de adjetivos. Não se diz lua: diz-se *aéreo-claro sobre escuro-redondo* ou *alaranjado-tênue-do-céu* ou qualquer outro acréscimo. No caso escolhido, a massa de adjetivos corresponde a um objeto real; o fato é puramente fortuito. Na literatura deste hemisfério (como no mundo subsistente de Meinong), são muitos os objetos ideais, convocados e dissolvidos num momento, conforme as necessidades poéticas. Determina-os, às vezes, a mera simultaneidade. Há objetos compostos de dois termos, um de caráter visual e outro auditivo: a cor do nascente e o remoto grito de um pássaro. Há alguns de múltiplos: o sol e a água contra o peito do nadador, o vago rosa trêmulo que se vê com os olhos fechados, a sensação de quem se deixa levar por um rio e também pelo sonho. Esses

objetos de segundo grau podem combinar-se com outros; o processo, mediante certas abreviaturas, é praticamente infinito. Há poemas famosos compostos de uma única enorme palavra. Essa palavra integra um objeto poético criado pelo autor. O fato de que ninguém acredite na realidade dos substantivos faz, paradoxalmente, com que seja interminável seu número. Os idiomas do hemisfério boreal de Tlön possuem todos os nomes das línguas indo-européias – e muitos outros mais.

Não é exagero afirmar que a cultura clássica de Tlön compreende uma única disciplina: a psicologia. As outras estão subordinadas a ela. Disse que os homens desse planeta concebem o universo como uma série de processos mentais, que não se desenvolvem no espaço, mas de modo sucessivo no tempo. Spinoza atribui a sua inesgotável divindade os atributos da extensão e do pensamento; ninguém compreenderia em Tlön a justaposição do primeiro (que apenas é típico de certos estados) e do segundo – que é sinônimo perfeito do cosmos. Antes, com outras palavras: não concebem que o espacial perdure no tempo. A percepção de uma fumaceira no horizonte e depois do campo incendiado e depois do charuto meio apagado que produziu a queimada é considerada exemplo de associação de idéias.

Esse monismo ou idealismo total invalida a ciência. Explicar (ou julgar) um fato é uni-lo a outro; essa vinculação, em Tlön, é um estado posterior do sujeito, que não pode afetar ou iluminar o estado anterior. Todo estado mental é irredutível: o simples fato de nomeá-lo – *id est*, de classificá-lo – implica falseio. Disso caberia deduzir que não há ciências em Tlön – nem sequer raciocínios. Mas a paradoxal verdade é que existem, em quase inumerável número. Com as filosofias acontece o que acontece com os substantivos no hemisfério boreal. O fato de que toda filosofia seja de antemão um jogo dialético, uma *Philosophie des Als Ob*, contribuiu para multiplicá-las. Sobram os sistemas inacreditáveis, mas de arquitetura agradável ou de tipo sensacional. Os metafísicos de Tlön não procuram a verdade nem sequer a verossimilhança: procuram o assombro. Julgam que a metafísica é um ramo da literatura fantástica. Sabem que um sistema não é outra coisa que a subordinação de todos os aspectos do universo a qualquer um deles. Até a frase "todos os aspectos" é inaceitável, porque supõe a impossível adição do instante presente e dos pretéritos. Nem é lícito o plural "os pretéritos", porque supõe outra operação impossível... Uma das escolas de Tlön chega a negar o tempo: argumenta que o presente é indefinido, que o futuro não tem realidade senão como esperança presente, que o passado não tem realidade senão como lembrança presente.[2] Outra escola declara que transcorreu já todo o tempo e que nossa vida é apenas a lembrança ou reflexo crepuscular, e sem dúvida falseado e mutilado, de um processo irrecuperável. Outra, que a história do universo – e nela nossas vidas e o mais tênue detalhe de nossas vidas – é a escrita que produz um deus subalterno para entender-se com um demônio. Outra, que o universo é comparável a essas criptografias nas quais não valem todos os símbolos e que só é verdade o que acontece a cada trezentas noites. Outra, que enquanto dormimos aqui, estamos despertos em outro lado e que assim cada homem é dois homens.

Entre as doutrinas de Tlön, nenhuma mereceu tanto escândalo como o materialismo. Alguns pensadores o formularam, com menos clareza que fervor, como quem antecipa um paradoxo. Para facilitar o entendimento dessa tese inconcebível, um heresiarca do décimo primeiro século[3] ideou o sofisma das nove moedas de cobre, cujo renome escandaloso

equivale em Tlön ao das aporias eleáticas. Desse "raciocínio especioso" há muitas versões, variam o número de moedas e o número de achados; eis aqui a mais comum:

> *"Terça-feira, X atravessa um caminho deserto e perde nove moedas de cobre. Quinta-feira, Y encontra no caminho quatro moedas, um pouco enferrujadas pela chuva de quarta-feira. Sexta-feira, Z descobre três moedas no caminho. Sexta-feira de manhã, X encontra duas moedas no corredor de sua casa." O heresiarca queria deduzir dessa história a realidade – id est, a continuidade – das nove moedas recuperadas. "É absurdo (afirmava) imaginar que quatro das moedas não existiram entre terça e quinta-feira, três entre terça-feira e a tarde de sexta-feira, duas entre terça-feira e a madrugada de sexta-feira. É lógico pensar que existiram – ainda que de algum modo secreto, de compreensão vedada aos homens – em todos os momentos desses três prazos."*

A linguagem de Tlön se opunha a formular esse paradoxo; os demais não o entenderam. Os defensores do sentido comum limitaram-se, no início, a negar a veracidade do episódio. Repetiram que era uma falácia verbal, baseada no emprego temerário de duas palavras neológicas, não autorizadas pelo uso e alheias a todo pensamento severo: os verbos encontrar e perder, que comportam uma petição de princípio, porque pressupõem a identidade das nove primeiras moedas e das últimas. Recordaram que todo substantivo (homem, moeda, quinta-feira, quarta-feira, chuva) somente tem valor metafórico. Denunciaram a pérfida circunstância um pouco enferrujadas pela chuva de quarta feira, que pressupõe o que se procura demonstrar: a persistência das quatro moedas, entre quinta e terça-feira. Explicaram que uma coisa é igualdade e outra, identidade e formularam uma espécie de *reductio ad absurdum*, ou seja, o caso hipotético de nove homens que em nove sucessivas noites padecem de uma viva dor. Não seria ridículo – perguntaram – pretender que essa dor fosse a mesma?[4] Disseram que ao heresiarca não o movia senão O blasfematório propósito de atribuir a divina categoria de ser a umas simples moedas e que, às vezes, negava a pluralidade e outras, não. Argumentaram: se a igualdade abrangesse a identidade, seria necessário admitir, do mesmo modo, que as nove moedas eram uma só.

Inacreditavelmente, essas refutações não resultaram definitivas. Cem anos depois de ser enunciado o problema, um pensador não menos brilhante que o heresiarca, mas de tradição ortodoxa, formulou uma hipótese muito audaz. Essa conjetura feliz afirma que há um único sujeito, que esse sujeito indivisível é cada um dos seres do universo e que estes são os órgãos e máscaras da divindade. X é Y e é Z. Z descobre três moedas, porque se

---

2 Russel (*The Analysis of Mind*, 1921, página 159) supõe que o planeta foi criado há poucos minutos, provido de uma humanidade que "recorda" um passado ilusório.

3 Século, de acordo com o sistema duodecimal, significa um período de cento e quarenta e quatro anos.

4 Hoje em dia, uma das igrejas de Tlön sustenta, platonicamente, que tal dor, que tal matiz verdoso do amarelo, que tal temperatura, que tal som, são a única realidade. Todos os homens, no vertiginoso instante do coito, são o mesmo homem. Todos os homens que repetem uma linha de Shakespeare são Wílliam Shakespeare.

lembra de que X as perdeu; X encontra duas no corredor, porque se lembra de que foram recuperadas as outras... O décimo primeiro tomo deixa entender que três razões capitais determinaram a vitória total desse panteísmo idealista. A primeira, o repúdio do solipsismo; a segunda, a possibilidade de conservar a base psicológica das ciências; a terceira, a possibilidade de conservar o culto aos deuses. Schopenhauer (o apaixonado e lúcido Schopenhauer) formula uma doutrina muito semelhante no primeiro volume de *Parerga und Paralipomena*.

A geometria de Tlön compreende duas disciplinas um pouco diferentes: a visual e a tátil. A última corresponde à nossa e a subordinam à primeira. A base da geometria visual é a superfície, não o ponto. Essa geometria desconhece as paralelas e declara que o homem que se desloca modifica as formas que o circundam. A base de sua aritmética é a noção de números indefinidos. Acentuam a importância dos conceitos de maior e menor, que nossos matemáticos simbolizam por > e por <. Afirmam que a operação de contar modifica as quantidades e as converte de indefinidas em definidas. O fato de que vários indivíduos que contam uma mesma quantidade obtenham resultado igual é, para os psicólogos, um exemplo de associação de idéias ou de bom exercício da memória. Já sabemos que em Tlön o sujeito do conhecimento é uno e eterno.

Nos hábitos literários é também todo-poderosa a idéia de um sujeito único. É raro que os livros estejam assinados. Não existe o conceito do plágio: estabeleceu-se que todas as obras são obra de um único autor, que é intemporal e é anônimo. A crítica costuma inventar autores: escolhe duas obras dissimiles – o *Tao Te King* e as *Mil e Uma Noites*, digamos –, atribui-as a um mesmo escritor e logo determina com probidade a psicologia desse interessante *homme de lettres*...

Também são diferentes os livros. Os de ficção abarcam um único argumento, com todas as permutações imagináveis. Os de natureza filosófica invariavelmente contêm a tese e a antítese, o rigoroso pró e o contra de uma doutrina. Um livro que não encerre seu contralivro é considerado incompleto.

Séculos e séculos de idealismo não deixaram de influir na realidade. Não é infreqüente, nas regiões mais antigas de Tlön, a duplicação de objetos perdidos. Duas pessoas procuram um lápis; a primeira o encontra e não diz nada; a segunda encontra um segundo lápis não menos real, contudo mais ajustado a sua expectativa. Esses objetos secundários se chamam hrönir e são, embora de forma desairosa, um pouco mais longos. Até há pouco os hrönir eram filhos fortuitos da distração e do esquecimento. Parece mentira que sua metódica produção conte apenas cem anos, mas assim está referido no Décimo Primeiro Tomo. Os primeiros intentos foram estéreis. O modus operandi, no entanto, merece ser recordado. O diretor de um dos cárceres do Estado comunicou aos presos que no antigo leito de um rio havia certos sepulcros e prometeu a liberdade aos que trouxessem um achado importante. Durante os meses que precederam a escavação, apresentaram-lhes lâminas fotográficas do que iam descobrir. Essa primeira tentativa provou que a esperança e a avidez podem inibir; uma semana de trabalho com a pá e a picareta não conseguiu exumar outro hrön, salvo uma roda enferrujada, de data posterior ao experimento. Essa foi mantida em segredo e depois repetida em quatro escolas. Em três, foi quase total o fracasso; no quarto (cujo diretor morreu casualmente durante as

primeiras escavações), os discípulos exumaram – ou produziram – uma máscara de ouro, uma espada arcaica, duas ou três ânforas de barro e o limoso e mutilado torso de um rei com uma inscrição no peito que ainda não se conseguiu decifrar. Descobriu-se, assim, a improcedência de testemunhas que conhecessem a natureza experimental da busca... As pesquisas em massa produzem objetos contraditórios; agora se preferem os trabalhos individuais e quase improvisados. A metódica elaboração de hrönir (diz o Décimo Primeiro Tomo) prestou serviços prodigiosos aos arqueólogos. Permitiu examinar e até modificar o passado, que agora não é menos plástico e menos dócil que o futuro. Fato curioso: os hrönir de segundo e de terceiro grau – os hrönir derivados de outro hrön, os hrönir derivados do hrön de um hrön – exageram as aberrações do inicial; os de quinto são quase uniformes; os de nono confundem-se com os de segundo; nos de décimo primeiro, há uma pureza de linhas que os originais não têm. O processo é periódico: o hrön de décimo segundo grau já começa a decair. Mais estranho e mais puro que todo hrön é, às vezes, o *ur*: a coisa produzida por sugestão, o objeto eduzido pela esperança. A grande máscara de ouro que mencionei é um ilustre exemplo.

As coisas duplicam-se em Tlön; propendem simultaneamente a apagar-se e a perder os detalhes, quando as pessoas os esquecem. E clássico o exemplo de um umbral que perdurou enquanto o visitava um mendigo e que se perdeu de vista com sua morte. Às vezes, alguns pássaros, um cavalo, salvaram as ruínas de um anfiteatro.

Salto Oriental, 194O.

Pós-escrito de 1947. Reproduzo o artigo anterior tal como apareceu na *Antologia de la Literatura Fantástica*, 194O, sem outro corte senão o de algumas metáforas e de uma espécie de resumo zombeteiro que agora se tornou frívolo. Ocorreram tantas coisas desde essa data... Limitar-me-ei a recordá-las.

Em março de 1941, descobriu-se uma carta manuscrita de Gunnar Erfjord num livro de Hinton que fora de Herbert Ashe. O envelope tinha o carimbo postal de Ouro Preto; a carta elucidava completamente o mistério de Tlön. Seu texto corrobora as hipóteses de Martínez Estrada. Em princípios do século XVII, numa noite de Lucerna ou de Londres, começou a esplêndida história. Uma sociedade secreta e benévola (que entre seus afiliados teve Dalgarno e depois George Berkeley) surgiu para inventar um país. No vago programa inicial figuravam os "estudos herméticos", a filantropia e a cabala. Dessa primeira época data o curioso livro de Andreã. Ao fim de alguns anos de conciliábulos e de sínteses prematuras, compreenderam que uma geração não bastava para articular um país. Resolveram que cada um dos mestres que a integravam escolhesse um discípulo para a continuação da obra. Essa disposição hereditária prevaleceu; depois de um hiato de dois séculos, a perseguida fraternidade ressurge na América. Por volta de 1824, em Memphis (Tennessee), um dos afiliados conversa com o ascético milionário Ezra Buckley. Este o deixa falar com certo desdém – e ri da modéstia do projeto. Diz-lhe que na América é absurdo inventar um país e propõe-lhe a invenção de um planeta. A essa gigantesca idéia acrescenta outra, filha de seu niilismos: [5] a de manter em sigilo o enorme empreendimento.

---

5 Buckley era livre-pensador, fatalista e defensor da escravidão.

Circulavam, então, os vinte tomos da *Encyclopaedia Britannica*; Buckley sugere uma enciclopédia metódica do planeta ilusório. Deixar-lhes-á suas cordilheiras auríferas, seus rios navegáveis, suas pradarias pisadas pelo touro e pelo bisão, seus negros, seus prostíbulos e seus dólares, sob uma condição: "A obra não pactuará com o impostor Jesus Cristo". Buckley descrê de Deus, mas quer demonstrar ao Deus não existente que os homens mortais são capazes de conceber um mundo. Buckley é envenenado em Baton Rouge, em 1828; em 1914 a sociedade remete a seus colaboradores, que são trezentos, o volume final da *Primeira Enciclopédia de Tlön*. A edição é secreta: os quarenta volumes que compreende (a obra mais vasta que empreenderam os homens) seriam a base de outra mais minuciosa, não mais redigida em inglês, mas em algumas das línguas de Tlön. Essa revisão de um mundo ilusório se denomina provisoriamente *Orbis Tertius* e um de seus modestos demiurgos foi Herbert Ashe, não sei se como agente de Gunnar Erfjord ou como afiliado. O fato de ter recebido um exemplar do Décimo Primeiro Tomo parece favorecer a segunda hipótese. Mas, e os outros? Por volta de 1942, recrudesceram os fatos. Lembro-me com singular nitidez de um dos primeiros e me parece que vislumbrei algo de seu caráter premonitório. Ocorreu num apartamento da rua Laprida, diante de uma clara e alta sacada, voltada para o ocaso. A princesa de Faucigny Lucinge recebera de Poitiers sua baixela de prata. Do vasto interior de um caixote rubricado de carimbos internacionais, iam saindo finas coisas imóveis: prataria de Utrecht e de Paris com dura fauna heráldica, um samovar. Entre elas – com perceptível e tênue tremor de pássaro adormecido – latejava misteriosamente uma bússola. A princesa não a reconheceu. A agulha azul indicava o norte magnético; a caixa de metal era côncava; as letras da esfera correspondiam a um dos alfabetos de Tlön. Tal foi a primeira intrusão do mundo fantástico no mundo real. Um acaso que me inquieta fez com que eu também fosse testemunha da segunda. Ocorreu uns meses depois, no armazém de um brasileiro, na Cuchilla Negra. Amorim e eu regressávamos de Sant'Anna. Uma enchente do rio Tacuarembó nos obrigou a provar (e a suportar) essa rudimentar hospitalidade. O dono do armazém acomodou-nos em catres rangestes num quarto amplo, abarrotado de barris e couros. Deitamo-nos, mas não nos deixou dormir até o amanhecer a bebedeira de um vizinho invisível, que alternava injúrias inextricáveis com rajadas de milongas – melhor, com rajadas de uma única milonga. Como é de supor, atribuímos à fogosa cachaça do proprietário essa gritaria insistente... De madrugada, o homem estava morto no corredor. A aspereza da voz nos enganara: era um rapaz jovem. Durante o delírio caíram-lhe do cinturão algumas moedas e um cone de metal reluzente, do diâmetro de um dado. Em vão um menino tentou pegar esse cone. Apenas um homem mal conseguiu levantá-lo. Eu o tive na palma da mão por alguns minutos: lembro-me de que seu peso era intolerável e que, depois de retirado o cone, a opressão perdurou. Também me lembro do círculo preciso que me gravou na carne. Essa evidência de um objeto muito pequeno e, ao mesmo tempo, pesadíssimo deixava uma impressão desagradável de asco e de medo. Um lavrador propôs que o jogassem na correnteza do rio: Amorim o adquiriu por alguns pesos. Ninguém sabia nada sobre o morto, exceto "que vinha da fronteira". Esses cones pequenos e muito pesados (feitos de um metal que não é deste mundo) são imagem da divindade, em certas religiões de Tlön.

Aqui termino a parte pessoal de minha narrativa. O restante está na memória (quando não na esperança ou no temor) de todos os meus leitores. Basta-me recordar ou mencionar os fatos subseqüentes, com mera brevidade de palavras que a côncava lembrança geral enriquecerá ou ampliará. Por volta de 1944, um pesquisador do jornal *The*

American (de Nashville, Tennessee) exumou numa biblioteca de Memphis os quarenta volumes da *Primeira Enciclopédia de Tlön*. Até o dia de hoje se discute se essa descoberta foi casual ou se a consentiram os diretores do ainda nebuloso *Orbis Tertius*. É verossímil a segunda hipótese. Alguns traços inacreditáveis do Décimo Primeiro Tomo (*verbi grada*, a multiplicação dos *hrönir*) foram eliminados ou atenuados no exemplar de Memphis; é razoável imaginar que essas rasuras obedecem ao plano de exibir um mundo que não seja demasiadamente incompatível com o mundo real. A disseminação de objetos de Tlön em diversos países complementaria esse plano...[6] O fato é que a imprensa internacional divulgou infinitamente o "achado". Manuais, antologias, resumos, versões literais, reimpressões autorizadas e reimpressões piráticas da Obra Maior dos Homens abarrotaram e continuam abarrotando a terra. Quase imediatamente, a realidade cedeu em mais de um ponto. O certo é que desejava ceder. Há dez anos, bastava qualquer simetria com aparência de ordem – o materialismo dialético, o anti-semitismo, o nazismo – para encantar os homens. Como não se submeter a Tlön, à minuciosa e vasta evidência de um planeta ordenado? Inútil responder que a realidade também está ordenada. Quem sabe o esteja, mas conforme leis divinas – traduzo: leis desumanas – que nunca percebemos completamente. Tlön será um labirinto, mas um labirinto urdido por homens, um labirinto destinado a ser decifrado pelos homens.

O contato e o hábito de Tlön desintegraram este mundo. Encantada por seu rigor, a humanidade esquece e torna a esquecer que é um rigor de enxadristas, não de anjos. Já penetrou nas escolas o (conjetural) "idioma primitivo" de Tlön; já o ensino de sua história harmoniosa (e cheia de episódios comovedores) obliterou o que presidiu minha infância; já nas memórias um passado fictício ocupa o lugar de outro, do qual nada sabemos com certeza – nem, ao menos, que é falso. Foram reformadas a numismática, a farmacologia e a arqueologia. Entendo que a biologia e a matemática aguardam também seu avatar... Uma dispersa dinastia de solitários mudou a face do mundo. Sua tarefa prossegue. Se nossas previsões não errarem, daqui a cem anos alguém descobrirá os cem tomos da *Segunda Enciclopédia de Tlön.*

Com isso, desaparecerão do planeta o inglês e o francês e o simples espanhol. O mundo será Tlön. Não me importo, continuo revisando, nos plácidos dias do hotel de Adrogué, uma indecisa tradução quevediana (que não tenciono publicar) do *Urn Burial*, de Browne.

---

6 Permanece, naturalmente, o problema da matéria de alguns objetos.

PIERRE MENARD, AUTOR DO *QUIXOTE*

A Silvina Ocampo

A obra visível que deixou este romancista é de fácil e breve enumeração. São, portanto, imperdoáveis as omissões e adições perpetradas por Madame Henri Bachelier num catálogo falaz que certo jornal, cuja tendência protestante não é segredo, teve a desconsideração de infligir a seus deploráveis leitores – embora estes sejam poucos e calvinistas, quando não maçons e circuncisos. Os amigos autênticos de Menard viram com alarme esse catálogo e ainda com certa tristeza. Dir-se-ia que ontem nos reunimos diante do mármore final e entre os ciprestes infaustos e já o Erro trata de empanar sua Memória... Decididamente, uma breve retificação é inevitável.

Consta-me que é muito fácil refutar minha pobre autoridade. Espero, no entanto, que não me proíbam de mencionar dois valiosos testemunhos. A baronesa de Bacourt (em cujos *vendredis* inesquecíveis tive a honra de conhecer o pranteado poeta) houve por bem aprovar as linhas que seguem. A condessa de Bagnoregio, um dos espíritos mais finos do principado de Mônaco (e agora de Pittsburg, Pensilvânia, depois de suas recentes bodas com o filantropo internacional Simón Kautzsch, tão caluniado – ai! – pelas vítimas de suas desinteressadas manobras), sacrificou "à veracidade e à morte" (tais são suas palavras) a senhoril reserva que a distingue e, numa carta aberta publicada na revista Luxe, concede-me também seu beneplácito. Esses títulos, creio, não são insuficientes.

Disse que a obra visível de Menard é facilmente enumerável. Examinando com esmero seu arquivo particular, verifiquei que se constitui dos seguintes trabalhos:

a) Um soneto simbolista que apareceu duas vezes (com variantes) na revista *La Conque* (números de março e outubro de 1899).

b) Uma monografia sobre a possibilidade de construir um vocabulário poético de conceitos que não fossem sinônimos ou perífrases dos que formam a linguagem comum, "mas objetos ideais criados por uma convenção e essencialmente destinados às necessidades poéticas" (Nimes, 19O1).

c) Uma monografia sobre "certas conexões ou afinidades" do pensamento de Descartes, de Leibniz e de John Wilkins (Nimes, 19O3).

d) Uma monografia sobre a *Characteristica Universalis* de Leibniz (Nimes, 19O4).

e) Um artigo técnico sobre a possibilidade de enriquecer o xadrez eliminando um dos peões de torre. Menard propõe, recomenda, polemiza e acaba por rejeitar essa inovação.

f)Uma monografia sobre a *Ars Magna Generalis* de Ramón Llull (Nimes, 19O6).

g) Uma tradução com prólogo e notas do *Livro da Invenção Liberal e Arte do Jogo de Xadrez* de Ruy López de Segura (Paris,1907.)

h) Os rascunhos de uma monografia sobre a lógica simbólica de George Boole.

i) Um exame das leis métricas essenciais da prosa francesa, ilustrado com exemplos de Saint-Simon (*Revue des Langues Romanes,* Montpellier, outubro de 19O9).

j) Uma réplica a Luc Durtain (que negara a existência de tais leis) ilustrada com exemplos de Luc Durtain (*Revue des Langues Romanes*, Montpellier, dezembro de 19O9).

k) Uma tradução manuscrita da *Aguja de Navegar Cultos*, de Quevedo, intitulada *La Boussole des Précieux.*

l) Um prefácio ao catálogo da exposição de litografias de Carolus Hourcade (Nimes, 1914).

m) A obra *Les Problèmes d'un Problème* (Paris, 1917) que discute em ordem cronológica as soluções do ilustre problema de Aquiles e a tartaruga. Duas edições desse livro apareceram até agora; a segunda traz como epígrafe o conselho de *Leibniz "Ne craignez point, monsieur, la tortue*", e renova os capítulos dedicados a Russell e a Descartes.

n) Uma obstinada análise dos "usos sintáticos" de Toulet (*N. R. F.*., março de 1921). Menard – lembro-me – declarava que censurar e louvar são operações sentimentais que nada têm a ver com a crítica.

o) Uma transposição em alexandrinos do *Cimetière marin* de Paul Valéry (*N. R. F.*, Janeiro de 1928).

p) Uma invectiva contra Paul Valéry, nas *Folhas para a supressão da realidade* de Jacques Reboul. (Esta invectiva, diga-se entre parêntesis, é o reverso exato da sua verdadeira opinião sobre Valéry. Este assim o entendeu e a amizade antiga entre os dois não correu perigo.)

q) Uma definição" da condessa de Bagnoregio, no "vitorioso volume" – a locução é de outro colaborador, Gabriele d'Annunzio – que anualmente publica esta dama para retificar os inevitáveis falseamentos do jornalismo e apresentar ao mundo e à Itália" uma autêntica imagem da sua pessoa, tão exposta (pela própria razão da sua beleza e da sua atuação) a interpretações errôneas ou apressadas.

r) Um ciclo de admiráveis sonetos para a baronesa de Bacourt (1934).

s) Uma lista manuscrita de versos que devem sua eficácia à pontuação.[1]

Até aqui (sem outra omissão que alguns vagos sonetos circunstanciais para o hospitaleiro, ou ávido, álbum de Madame Henri Bachelier) a obra visível de Menard, em sua ordem cronológica. Passo agora à outra: a subterrânea, a interminavelmente heróica, a ímpar. Também – ai das possibilidades do homem! – a inconclusa. Essa obra, talvez a mais significativa de nosso tempo, compõe-se dos capítulos nono e trigésimo oitavo da primeira parte do *Dom Quixote* e de um fragmento do capítulo vinte e dois. Sei que tal afirmação parece disparate; justificar esse "disparate" é o objeto primordial desta nota.[2]

Dois textos de valor desigual inspiraram a idéia. Um é aquele fragmento filológico de Novalis – o que leva o número 2OO5 na edição de Dresden – que esboça o tema *da total identificação* com um autor determinado. Outro é um desses livros parasitários que situam Cristo num bulevar, Hamlet na Cannebière ou *Dom Quixote* em Wall Street. Como todo homem de bom gosto, Menard abominava esses carnavais inúteis, somente aptos – dizia – para produzir o plebeu prazer do anacronismo ou (o que é pior) para atrair-nos com a idéia primária de que todas as épocas são iguais ou de que são diferentes. Mais interessante, embora de execução contraditória e superficial, parecia-lhe o famoso propósito de Daudet: conjugar em *uma* figura, que é Tartarim, o Engenhoso Fidalgo e seu escudeiro... Aqueles que insinuaram que Menard dedicou sua vida a escrever um *Quixote* contemporâneo caluniam sua límpida memória.

Não queria compor outro *Quixote* – o que é fácil – mas o *Quixote*. Inútil acrescentar que nunca enfrentou uma transcrição mecânica do original; não se propunha copiá-lo. Sua admirável ambição era produzir algumas páginas que coincidissem – palavra por palavra e linha por linha – com as de Miguel de Cervantes.

"Meu propósito é simplesmente assombroso", escreveu-me em 3O de setembro de 1934, de Bayonne. "O termo final de uma demonstração teológica ou metafísica – o mundo
externo, Deus, a causalidade, as formas universais – não é menos anterior e comum que meu divulgado romance. A única diferença é que os filósofos publicam em agradáveis volumes as etapas intermediárias de seu trabalho e eu resolvi perdê-las." De fato, não resta um único rascunho que ateste esse trabalho de anos.

O método inicial que imaginou era relativamente simples. Conhecer bem o espanhol, recuperar a fé católica, guerrear contra os mouros ou contra o turco, esquecer a história da Europa entre os anos de 16O2 e de 1918, *ser* Miguel de Cervantes. Pierre

---

1 Madame Henri Bachelier enumera também uma versão literal da versão literal que fez Quevedo da Introduction à *la Vie Dévote* de São Francisco de Sales. Na biblioteca de Pierre Menard não há vestígios de tal obra. Deve tratar-se de uma brincadeira de nosso amigo, mal-ouvida.

2 Tive também o propósito secundário de esboçar a imagem de Pierre Menard. Mas, como atrever-me a competir com as páginas áureas que, dizem-me, prepara a baronesa de Bacourt ou com o lápis delicado e pontual de Carolus Hourcade?

Menard estudou esse procedimento (sei que conseguiu um manejo bastante fiel do espanhol do século XVII), mas o afastou por considerá-lo fácil. Na realidade, impossível! – dirá o leitor. De acordo, porém o projeto era de antemão impossível e de todos os meios impossíveis para levá-la a cabo, este era o menos interessante. Ser no século XX um romancista popular do século XVII pareceu-lhe uma diminuição. Ser, de alguma maneira, Cervantes e chegar ao *Quixote* pareceu-lhe menos árduo – por conseguinte, menos interessante – que continuar sendo Pierre Menard e chegar ao *Quixote* mediante as experiências de Pierre Menard. (Essa convicção, diga-se de passagem, o fez excluir o prólogo autobiográfico da segunda parte do *Dom Quixote*. Incluir esse prólogo teria sido criar outro personagem – Cervantes – mas também teria significado apresentar o *Quixote* em função desse personagem e não de Menard. Este, naturalmente, negou-se a essa concessão.) "Meu projeto não é essencialmente difícil", leio em outro lugar da carta. "Bastar-me-ia ser imortal para realizá-la." Confessarei que costumo imaginar que a concluiu e que leio o *Quixote* – todo o *Quixote* – como se o tivesse pensado Menard? Noites atrás, ao folhear o capítulo XXVI – nunca por ele esboçado – reconheci o estilo de nosso amigo e como que sua voz nesta frase excepcional: "as ninfas dos rios, a dolorosa e úmida Eco". Essa conjunção eficaz de um adjetivo moral e outro físico trouxe-me à lembrança um verso de Shakespeare, que discutimos uma tarde:

Where a malignant and a turbaned Turk...

Por que precisamente o *Quixote*? – dirá nosso leitor. Essa preferência, num espanhol, não seria inexplicável; mas o é, sem dúvida, num simbolista de Nimes, essencialmente devoto de Poe, que gerou Baudelaire, que gerou Mallarmé, que gerou Valéry, que gerou Edmond Teste. A carta acima mencionada elucida a questão. "O *Quixote*", esclarece Menard, "interessa-me profundamente, mas não me parece – como direi? – inevitável. Não posso imaginar o universo sem a interjeição de Poe:

Ah, bear in mind this garden was enchanted!

ou sem o *Bateau Ivre* ou o *Ancient Mariner*, sei-me contudo capaz de imaginá-lo sem o *Quixote*. (Falo, naturalmente, de minha capacidade pessoal, não da ressonância histórica das obras.) O *Quixote* é um livro contingente, o *Quixote* é desnecessário. Posso premeditar sua escrita, posso escrevê-lo, sem incorrer numa tautologia. Aos doze ou treze anos o li, talvez integralmente. Depois reli com atenção alguns capítulos, aqueles que não tentarei por ora. Freqüentei também os entremezes, as comédias, a *Galatéia*, os *romances exemplares*, os trabalhos sem dúvida laboriosos de *Pergiles e Sigismunda* – a *Viagem do Parnaso*... Minha lembrança geral do *Quixote,* simplificada pelo esquecimento e pela indiferença, pode muito bem eqüivaler à imprecisa imagem anterior de um livro não escrito. Postulada essa imagem (que ninguém por direito me pode negar) é indiscutível que meu problema é bastante mais difícil que o de Cervantes. Meu complacente precursor não recusou a colaboração do acaso: ia compondo a obra imortal um pouco *á la diable,* levado por inércias da linguagem – da invenção. Contraí o misterioso dever de reconstruir literalmente sua obra espontânea. Meu solitário jogo está governado por duas leis polares. A primeira permite-me ensaiar variantes de tipo formal ou psicológico; a segunda obriga-me a sacrificá-las ao texto "original" e a raciocinar de modo irrefutável sobre essa aniquilação... A esses obstáculos artificiais convém somar outro, congênito. Compor o

Quixote em princípios do século XVII era um empreendimento razoável, necessário, quem sabe fatal; em princípios do XX, é quase impossível. Não transcorreram em vão trezentos anos, carregados de complexíssimos fatos. Entre eles, para mencionar um apenas: o próprio *Quixote*."

Apesar desses três obstáculos, o fragmentário *Quixote* de Menard é mais sutil que o de Cervantes. Este, de modo grosseiro, opõe às ficções cavaleirescas a pobre realidade provinciana de seu país; Menard elege como "realidade" a terra de Carmen durante o século de Lepanto e de Lope. Que espanholadas não teria sugerido essa escolha a Maurice Barrès ou ao doutor Rodríguez Larreta! Menard, com toda naturalidade, evita-as. Em sua obra não há ciganices, nem conquistadores, nem místicos, nem Filipe Segundo, nem autos-de-fé. Desatende ou proscreve a cor local. Esse desdém revela um sentido novo do romance histórico. Esse desdém condena *Salammbô* inapelavelmente.

Não menos assombroso é considerar capítulos isolados. Por exemplo, examinemos o XXXVIII da primeira parte, "que trata do curioso discurso que fez *Dom Quixote* sobre as armas e as letras". É sabido que *Dom Quixote* (como Quevedo na passagem análoga, e posterior, de *A Hora de Todos*) julga o pleito contra as letras e a favor das armas. Cervantes era um velho militar: sua decisão se explica. Mas que o *Dom Quixote* de Pierre Menard – homem contemporâneo de *La Trahison des Clercs* e de Bertrand Russell – reincida nessas nebulosas sofistarias! Madame Bachelier viu nelas admirável e típica subordinação do autor à psicologia do herói; outros (nada perspicazmente) uma *transcrição* do *Quixote*; a baronesa de Bacourt, a influência de Nietzsche. A essa terceira interpretação (que acho irrefutável) não sei se me atreverei a adicionar uma quarta, que condiz muito bem com a quase divina modéstia de Pierre Menard: seu hábito resignado ou irônico de propagar idéias que eram o estrito reverso das preferidas por ele. (Rememoremos outra vez sua diatribe contra Paul Valéry na efêmera página surrealista de jacques Reboul.) O texto de Cervantes e o de Menard são verbalmente idênticos, mas o segundo é quase infinitamente mais rico. (Mais ambíguo, dirão seus detratores; mas a ambigüidade é uma riqueza.)

Constitui uma revelação cotejar o *Dom Quixote* de Menard com o de Cervantes. Este, por exemplo, escreveu (*Dom Quixote*, primeira parte, nono capítulo):

...a verdade, cuja mãe é a história, êmula do tempo, depósito das ações, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do futuro.

Redigida no século XVII, redigida pelo "engenho leigo" Cervantes, essa enumeração é mero elogio retórico da história. Menard, em compensação, escreve:

...a verdade, cuja mãe é a história, êmula do tempo, depósito das ações, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do futuro.

A história, mãe da verdade; a idéia é assombrosa. Menard, contemporâneo de William James, não define a história como indagação da realidade, mas como sua origem. A verdade histórica, para ele, não é o que aconteceu; é o que julgamos que aconteceu. As

cláusulas finais – exemplo e aviso do presente, advertência do futuro – são descaradamente pragmáticas.

Também é vívido o contraste dos estilos. O estilo arcaizante de Menard – no fundo estrangeiro – padece de alguma afetação. Não assim o do precursor, que emprega com desenvoltura o espanhol corrente de sua época.

Não há exercício intelectual que não resulte ao fim inútil. Uma doutrina filosófica é no início uma descrição verossímil do universo; passam os anos e é um simples capítulo – quando não um parágrafo ou um nome – da história da filosofia. Na literatura, essa caducidade final é ainda mais evidente. O *Quixote* – disse-me Menard – foi antes de tudo um livro agradável; agora é uma ocasião de brindes patrióticos, de soberba gramatical, de obscenas edições de luxo. A glória é uma incompreensão e talvez a pior.

Nada têm de novo essas comprovações niilistas; o singular é a decisão que delas derivou Pierre Menard. Resolveu adiantar-se à vaidade que aguarda todas as fadigas do homem; empreendeu uma tarefa complexíssima e de antemão fútil. Dedicou seus escrúpulos e vigílias a repetir num idioma alheio um livro preexistente. Multiplicou os rascunhos; corrigiu tenazmente e rasgou milhares de páginas manuscritas.[3] Não permitiu que fossem examinadas por ninguém e cuidou que não lhe sobrevivessem. Em vão, procurei reconstruí-las.

Refleti que é lícito ver no *Quixote* "final" uma espécie de palimpsesto, no qual devem transluzir-se os rastos – tênues, mas não indecifráveis – da "prévia" escrita de nosso amigo. Infelizmente, apenas um segundo Pierre Menard, invertendo o trabalho do anterior, poderia exumar e ressuscitar essas Tróias...

"Pensar, analisar, inventar" (escreveu-me também) "não são atos anômalos, são a normal respiração da inteligência. Glorificar o ocasional cumprimento dessa função, entesourar antigos e alheios pensamentos, recordar com incrédulo estupor o que o *doctor universalis* pensou, é confessar nossa languidez ou nossa barbárie. Todo homem deve ser capaz de todas as idéias e suponho que no futuro o será."

Menard (talvez sem querê-lo) enriqueceu, mediante uma técnica nova, a arte fixa e rudimentar da leitura: a técnica do anacronismo deliberado e das atribuições errôneas. Essa técnica de aplicação infinita nos leva a percorrer a *Odisséia* como se fosse posterior à *Eneida* e o livro *Le Jardin du Centaure* de Madame Henri Bachelier como se fosse de Madame Henri Bachelier. Essa técnica povoa de aventura os livros mais pacíficos. Atribuir a Louis Ferdinand Céline ou a James Joyce a *Imitação de Cristo* não é suficiente renovação dessas tênues advertências espirituais?

---

3 Recordo seus cadernos quadriculados; suas negras rasuras, seus peculiares símbolos tipográficos e sua letra de inseto. Nos entardeceres gostava de caminhar pelos arrabaldes de Nimes; costumava levar consigo um caderno e fazer uma alegre fogueira.

Nimes,1939.

AS RUÍNAS CIRCULARES

And if he left off dreaming about you...
Through the Looking-Glass, VI.

Ninguém o viu desembarcar na unânime noite, ninguém viu a canoa de bambu sumindo-se no lodo sagrado, mas em poucos dias ninguém ignorava que o homem taciturno vinha do Sul e que sua pátria era uma das infinitas aldeias que estão águas acima, no flanco violento da montanha, onde o idioma zenda não está contaminado de grego e onde é infreqüente a lepra. O certo é que o homem cinza beijou o lodo, subiu as encostas da margem sem afastar (provavelmente, sem sentir) os arbustos cortantes que lhe dilaceravam as carnes e se arrastou, aturdido e ensangüentado, até o recinto circular que coroa um tigre ou cavalo de pedra, que teve certa vez a cor do fogo e agora a da cinza. Essa arena é um templo que os devoraram incêndios antigos, que a selva palúdica profanou e cujo deus não recebe honra dos homens. O forasteiro estendeu-se sob o pedestal. Despertou-o o sol alto. Comprovou sem assombro que as feridas tinham cicatrizado; fechou os olhos pálidos e dormiu, não por fraqueza da carne, mas por determinação da vontade. Sabia que esse templo era o lugar que requeria seu invencível propósito; sabia que as árvores incessantes não tinham conseguido estrangular, rio abaixo, as ruínas de outro templo propício, também de deuses incendiados e mortos; sabia que sua imediata obrigação era o sonho. Por volta da meia-noite, despertou-o o grito inconsolável de um pássaro. Rastros de pés descalços, alguns figos e um cântaro advertiram-no de que os homens da região haviam espiado com respeito seu sono e solicitavam seu amparo ou temiam sua magia. Sentiu o frio do medo e procurou na muralha dilapidada um nicho sepulcral e se cobriu com folhas desconhecidas.

O propósito que o guiava não era impossível, ainda que sobrenatural. Queria sonhar um homem: queria sonhá-lo com integridade minuciosa e impô-lo à realidade. Esse projeto mágico esgotara o espaço inteiro de sua alma; se alguém lhe tivesse perguntado o próprio nome ou qualquer aspecto de sua vida anterior, não teria acertado na resposta. Convinha-lhe o templo inabitado e despedaçado, porque era um mínimo de mundo visível; a proximidade dos lenhadores também, porque estes se encarregavam de suprir suas necessidades frugais. O arroz e as frutas de seu tributo eram pábulo suficiente para seu corpo, consagrado à única tarefa de dormir e sonhar.

No começo, os sonhos eram caóticos; pouco depois, foram de natureza dialética. O forasteiro sonhava-se no centro de um anfiteatro circular que era de certo modo o templo incendiado: nuvens de alunos taciturnos esgotavam os degraus; os rostos dos últimos pendiam a muitos séculos de distância e a uma altura estelar, mas eram absolutamente precisos. O homem ditava-lhes lições de anatomia, de cosmografia, de magia: as fisionomias escutavam com ansiedade e tentavam responder com entendimento, como se adivinhassem a importância daquele exame, que redimiria um deles de sua condição de vã aparência e o interpolaria no mundo real. O homem, no sonho e na vigília, considerava as respostas de seus fantasmas, não se deixava iludir pelos impostores, adivinhava em certas

perplexidades uma inteligência crescente. Procurava uma alma que merecesse participar do universo.

Depois de nove ou dez noites, compreendeu, com alguma amargura, que não podia esperar nada daqueles alunos que aceitavam passivamente sua doutrina e sim daqueles que arriscavam, às vezes, uma contradição razoável. Os primeiros, embora dignos de amor e afeição, não podiam ascender a indivíduos; os últimos preexistiam um pouco mais. Uma tarde (agora também as tardes eram tributárias do sonho, agora velava apenas algumas horas no amanhecer) diplomou para sempre o vasto colégio ilusório e ficou com um único aluno. Era um rapaz taciturno, citrino, indócil às vezes, de feições afiladas que repetiam as de seu sonhador. Não o desconcertou por muito tempo a repentina eliminação dos condiscípulos; seu progresso, ao fim de poucas lições particulares, pôde maravilhar o mestre. Não obstante, a catástrofe sobreveio. O homem, um dia, emergiu do sonho como de um deserto viscoso, olhou a vã luz da tarde que, à primeira vista, confundiu com a aurora e compreendeu que não sonhara. Toda essa noite e todo o dia, a intolerável lucidez da insônia se abateu contra ele. Quis explorar a selva, extenuar-se; somente entre a cicuta conseguiu algumas rajadas de sonho débil, venuladas fugazmente de visões de tipo rudimentar: inaproveitáveis. Quis congregar o colégio e apenas havia articulado algumas breves palavras de exortação, este se deformou, se apagou. Na quase perpétua vigília, lágrimas de ira queimavam-lhe os velhos olhos.

Compreendeu que o empenho de modelar a matéria incoerente e vertiginosa de que se compõem os sonhos é o mais árduo que pode empreender um varão, ainda que penetre em todos os enigmas da ordem superior e da inferior: muito mais árduo que tecer uma corda de areia ou amoedar o vento sem rosto. Compreendeu que um fracasso inicial era inevitável. Jurou esquecer a enorme alucinação que o desviara no começo e procurou outro método de trabalho. Antes de exercitá-lo, dedicou um mês à reposição das forças que o delírio havia desperdiçado. Abandonou toda premeditação de sonhar e quase imediatamente conseguiu dormir uma parte razoável do dia. As raras vezes que sonhou, durante esse período, não reparou nos sonhos. Para retomar a tarefa, esperou que o disco da lua fosse perfeito. Depois, à tarde, purificou-se nas águas do rio, adorou os deuses planetários, pronunciou as sílabas lícitas de um nome poderoso e dormiu. Quase de imediato, sonhou com um coração que pulsava.

Sonhou-o ativo, caloroso, secreto, do tamanho de um punho fechado, cor grená na penumbra de um corpo humano, ainda sem rosto ou sexo; com minucioso amor sonhou-o, durante catorze lúcidas noites. Cada noite, percebia-o com maior evidência. Não o tocava: limitava-se a testemunhá-lo, observá-lo, talvez corrigi-lo com o olhar. Percebia-o, vivia-o, de muitas distâncias e muitos ângulos. Na décima quarta noite, roçou a artéria pulmonar com o indicador e depois todo o coração, por fora e por dentro. O exame o satisfez. Deliberadamente não sonhou durante uma noite: depois retomou o coração, invocou o nome de um planeta e empreendeu a visão de outro dos órgãos principais. Antes de um ano chegou ao esqueleto, às pálpebras. O cabelo inumerável foi talvez a tarefa mais difícil. Sonhou um homem inteiro, um moço, mas este não se incorporava nem falava, nem podia abrir os olhos. Noite após noite, o homem sonhava-o adormecido.

Nas cosmogonias gnósticas, os demiurgos amassam um vermelho Adão que não consegue pôr-se de pé; tão inábil e rude e elementar como esse Adão de pó era o Adão de sonho que as noites do mago tinham fabricado. Uma tarde, o homem quase destruiu toda a sua obra, mas se arrependeu. (Mais lhe teria valido destruí-la.) Esgotados os votos aos numes da terra e do rio, arrojou-se aos pés da efígie que talvez fosse um tigre e talvez um potro, e implorou seu desconhecido socorro. Nesse crepúsculo, sonhou com a estátua. Sonhou-a viva, trêmula: não era um atroz bastardo de tigre e potro, mas simultaneamente essas duas criaturas veementes e também um touro, uma rosa, uma tempestade. Esse múltiplo deus revelou-lhe que seu nome terrenal era Fogo, que nesse templo circular (e em outros iguais) rendiam-lhe sacrifícios e culto e que magicamente animaria o fantasma sonhado, de tal sorte que todas as criaturas, exceto o próprio Fogo e o sonhador, julgassem-no um homem de carne e osso. Ordenou-lhe que uma vez instruído nos ritos, remetesse-o ao outro templo despedaçado, cujas pirâmides persistem águas abaixo, para que alguma voz o glorificasse naquele edifício deserto. No sonho do homem que sonhava, o sonhado despertou.

O mago executou essas ordens. Consagrou um prazo (que finalmente abrangeu dois anos) para descobrir-lhe os arcanos do universo e do culto do fogo. Intimamente, doía-lhe separar-se dele. Com o pretexto da necessidade pedagógica, dilatava a cada dia as horas dedicadas ao sonho. Também refez o ombro direito, talvez deficiente. Às vezes, inquietava-o uma impressão de que tudo isso havia acontecido... Em geral, seus dias eram felizes; ao fechar os olhos pensava: "Agora estarei com meu filho". Ou, mais raramente: "O filho que gerei me espera e não existirá se eu não for".

Gradualmente, foi acostumando-o à realidade. Certa vez, ordenou-lhe que embandeirasse um cume longínquo. No outro dia, flamejava a bandeira no cume. Ensaiou outras experiências análogas, cada vez mais audazes. Compreendeu com certa amargura que seu filho estava pronto para nascer – e talvez impaciente. Nessa noite beijou-o pela primeira vez e enviou-o ao outro templo cujos despojos branqueavam rio abaixo, a muitas léguas de inextricável selva e pântano. Antes (para que nunca soubesse que era um fantasma, para que se acreditasse um homem como os outros) infundiu-lhe o esquecimento total de seus anos de aprendizagem.

Sua vitória e sua paz ficaram embaçadas de fastio. Nos crepúsculos da tarde e da alvorada, prostrava-se diante da figura de pedra, talvez imaginando que seu filho irreal executasse idênticos ritos, em outras ruínas circulares, águas abaixo; de noite, não sonhava, ou sonhava como o fazem todos os homens. Percebia com certa palidez os sons e formas do universo: o filho ausente se nutria dessas diminuições de sua alma. O propósito de sua vida fora atingido; o homem persistiu numa espécie de êxtase. No fim de um tempo que certos narradores de sua história preferem computar em anos e outros em lustros, despertaram-no dois remadores, à meia-noite: não pôde ver seus rostos, mas lhe falaram de um homem mágico, num templo do Norte, capaz de pisar o fogo e não queimar-se. O mago lembrou-se bruscamente das palavras do deus. Recordou que de todas as criaturas que compõem o orbe, o fogo era a única que sabia ser seu filho um fantasma. Essa lembrança, apaziguadora no princípio, acabou por atormentá-lo. Temeu que seu filho meditasse nesse privilégio anormal e descobrisse de algum modo sua condição de mero simulacro. Não ser um homem, ser a projeção do sonho de outro homem, que humilhação

incomparável, que vertigem! A todo pai interessam os filhos que procriou (que permitiu) numa simples confusão ou felicidade; é natural que o mago temesse pelo futuro daquele filho, pensado entranha por entranha e traço por traço, em *Mil e Uma Noites* secretas.

O final de suas cavilações foi brusco, mas o anunciaram alguns sinais. Primeiro (no término de uma longa seca) uma remota nuvem numa colina, leve como um pássaro; depois, para o Sul, o céu que tinha a cor rosada da gengiva dos leopardos; depois a fumaceira que enferrujou o metal das noites; depois a fuga pânica das bestas. Porque se repetiu o acontecido faz muitos séculos. As ruínas do santuário do deus do fogo foram destruídas pelo fogo. Numa alvorada sem pássaros, o mago viu cingir-se contra os muros o incêndio concêntrico. Por um instante, pensou refugiar-se nas águas, mas depois compreendeu que a morte vinha coroar sua velhice e absolvê-lo de seus trabalhos. Caminhou contra as línguas de fogo. Estas não morderam sua carne, estas o acariciaram e o inundaram sem calor e sem combustão. Com alívio, com humilhação, com terror, compreendeu que ele também era uma aparência, que outro o estava sonhando.

A LOTERIA EM BABILÔNIA

Como todos os homens de Babilônia, fui procônsul; como todos, escravo; também conhecia a onipotência, o opróbrio, os cárceres. Olhem: à minha mão direita falta-lhe o indicador. Olhem: por este rasgão da capa vê-se em meu estômago uma tatuagem vermelha: é o segundo símbolo, Beth. Esta letra, nas noites de lua cheia, confere-me poder sobre os homens cuja marca é Ghimel, mas me subordina aos de Aleph, que nas noites sem lua devem obediência aos Ghimel. No crepúsculo do amanhecer, num porão, degolei diante de uma pedra negra touros sagrados. Durante um ano da lua, fui declarado invisível: gritava e não me respondiam, roubava o pão e não me decapitavam. Conheci o que ignoram os gregos: a incerteza. Num aposento de bronze, diante do lenço silencioso do estrangulador, a esperança me foi fiel; no rio dos deleites, o pânico. Heraclides Pôntico narra com admiração que Pitágoras lembrava-se de ter sido Pirro e antes Euforbo e antes ainda algum outro mortal; para recordar vicissitudes análogas não preciso recorrer à morte, nem mesmo à impostura.

Devo essa variedade quase atroz a uma instituição que outras repúblicas ignoram ou que nelas trabalha de modo imperfeito e secreto: a loteria. Não indaguei sua história; sei que os magos não conseguem chegar a um acordo; sei de seus poderosos propósitos o que pode saber da lua o homem não versado em astrologia. Sou de um país vertiginoso onde a loteria é parte principal da realidade: até o dia de hoje, pensei tão pouco nela como na conduta dos deuses indecifráveis ou de meu coração. Agora, longe de Babilônia e de seus queridos costumes, penso com certo assombro na loteria e nas conjeturas blasfemas que no crepúsculo murmuram os homens velados.

Meu pai contava que antigamente – questão de séculos, de anos? – a loteria em Babilônia era um jogo de caráter plebeu. Contava (ignoro se com verdade) que os barbeiros vendiam, por moedas de cobre, retângulos de osso ou de pergaminho adornados de símbolos. Em pleno dia verificava-se um sorteio: os contemplados recebiam, sem outra corroboração da sorte, moedas cunhadas de prata. O procedimento era elementar, como vêem os senhores.

Naturalmente, essas "loterias" fracassaram. Sua virtude moral era nula. Não se dirigiam a todas as faculdades do homem: unicamente à sua esperança. Diante da indiferença pública, os mercadores que fundaram essas loterias venais começaram a perder dinheiro. Alguém ensaiou uma reforma: a interpolação de uns poucos números adversos no censo de números favoráveis. Mediante essa reforma, os compradores de retângulos numerados corriam o duplo risco de ganhar uma soma e de pagar uma multa, às vezes vultosa. Esse leve perigo (em cada trinta números favoráveis havia um número aziago) despertou, como é natural, o interesse do público. Os babilônios entregaram-se ao jogo. O que não tentava a sorte era considerado um pusilânime, um apoucado. Com o tempo, esse desdém justificado duplicou-se. Era desprezado o que não jogava, mas também eram desprezados os perdedores que abonavam a multa. A Companhia (assim começou então a

ser chamada) teve que velar pelos ganhadores, que não podiam cobrar os prêmios se faltasse nas caixas a importância quase total das multas. Deu início a uma demanda contra os perdedores: o juiz condenou-os a pagar a multa original e as custas ou a uns dias de prisão. Todos optaram pelo cárcere, para defraudar a Companhia. Dessa bravata de uns poucos nasce todo o poder da Companhia: seu valor eclesiástico, metafísico.

Pouco depois, os relatórios dos sorteios omitiram as enumerações de multas e limitaram-se a publicar os dias de prisão que designava cada número adverso. Esse laconismo, quase desapercebido em seu tempo, foi de importância capital. *Foi o primeiro aparecimento na loteria de elementos não pecuniários.* O êxito foi grande. Instada pelos jogadores, a Companhia viu-se obrigada a aumentar os números adversos.

Ninguém ignora que o povo de Babilônia é muito devotado à lógica, e ainda à simetria. Era incoerente que os números de sorte se computassem em redondas moedas e os infausto sem dias e noites de cárcere. Alguns moralistas raciocinaram que a posse de moedas nem sempre determina a felicidade e que outras formas de ventura são talvez mais diretas.

Outra inquietação propagava-se nos bairros mais humildes. Os membros do colégio sacerdotal multiplicavam as apostas e gozavam de todas as vicissitudes do terror e da esperança; os pobres (com inveja razoável ou inevitável) sabiam-se excluídos desse vaivém, notoriamente delicioso. O justo desejo de que todos, pobres e ricos, participassem por igual da loteria inspirou uma indignada agitação, cuja memória não apagaram os anos. Alguns obstinados não compreenderam (ou simularam não compreender) que se tratava de uma ordem nova, de uma etapa histórica necessária... Um escravo roubou um bilhete carmesim, que no sorteio o fez credor a que lhe queimassem a língua. O código fixava essa mesma pena para quem roubasse um bilhete. Alguns babilônios argumentavam que merecia o ferro candente, em sua qualidade de ladrão; outros, magnânimos, que se devia condená-lo ao carrasco porque assim o havia determinado o acaso... Houve distúrbios, houve efusões lamentáveis de sangue; mas a gente babilônica impôs finalmente sua vontade, contra a oposição dos ricos. O povo conseguiu plenamente seus fins generosos. Em primeiro lugar, obteve que a Companhia aceitasse a soma do poder público. (Essa unificação era necessária, dada a vastidão e complexidade das novas operações.) Em segundo lugar, conseguiu que a loteria fosse secreta, gratuita e geral. Ficou abolida a venda mercenária de sortes. Iniciado nos mistérios de Bel, todo homem livre automaticamente participava dos sorteios sagrados, que se efetuavam nos labirintos do deus a cada sessenta noites e que determinavam seu destino até o próximo exercício. As conseqüências eram incalculáveis. Uma jogada feliz podia motivar-lhe a elevação ao concílio de magos ou a detenção de um inimigo (notório ou íntimo) ou o encontrar, na pacífica treva do quarto, a mulher que começa a inquietar-nos ou que não esperávamos rever; uma jogada adversa: a mutilação, a variada infâmia, a morte. Às vezes, um único fato – o grosseiro assassinato de C, a apoteose misteriosa de B – era a solução genial de trinta ou quarenta sorteios. Combinar as jogadas era difícil; mas convém lembrar que os indivíduos da Companhia eram (e são) todo-poderosos e astutos. Em muitos casos, o conhecimento de que certas felicidades eram simples obra do acaso teria diminuído sua virtude; para evitar esse inconveniente, os agentes da Companhia usavam das sugestões e da magia. Seus passos, seus manejos, eram secretos. Para indagar as íntimas esperanças e

os íntimos terrores de cada um, dispunham de astrólogos e de espiões. Havia certos leões de pedra, havia uma latrina sagrada chamada Qaphqa, havia algumas fendas no poeirento aqueduto que, segundo opinião geral, *levavam à Companhia*; as pessoas malignas ou benévolas depositavam delações nesses lugares. Um arquivo alfabético recolhia essas informações de variável veracidade.

Inacreditavelmente, não faltaram murmúrios. A Companhia, com sua discrição habitual, não respondeu diretamente. Preferiu rabiscar nos escombros de uma fábrica de máscaras um argumento breve, que agora figura nas escrituras sagradas. Essa obra doutrinal observava que a loteria é uma interpolação do acaso na ordem do mundo e que aceitar erros não é contradizer o acaso: é corroborá-lo. Observava, da mesma maneira, que esses leões e esse recipiente sagrado, ainda que não desautorizados pela Companhia (que não renunciava ao direito de consultá-los), funcionavam sem garantia oficial.

Essa declaração apaziguou as inquietações públicas. Também produziu outros efeitos, talvez não previstos pelo autor. Modificou profundamente o espírito e as operações da Companhia. Pouco tempo me resta; avisam-nas de que a nave está por zarpar; mas tratarei de explicá-lo.

Por inverossímil que pareça, ninguém ensaiara até então uma teoria geral dos jogos. O babilônio não é especulativo. Acata os ditames do acaso, entrega-lhes sua vida, sua esperança, seu terror pânico, mas não lhe ocorre investigar suas leis labirínticas, nem as esferas giratórias que o revelam. Não obstante, a declaração oficiosa que mencionei inspirou muitas discussões de caráter jurídico-matemático. De alguma delas nasceu a conjetura seguinte: Se a loteria é uma intensificação do acaso, uma periódica infusão do caos no cosmos, não conviria que o acaso interviesse em todas as etapas do sorteio e não apenas em uma? Não é irrisório que o acaso dite a morte de alguém e que as circunstâncias dessa morte – a reserva, a publicidade, o prazo de uma hora ou de um século – não estejam subordinadas ao acaso? Esses escrúpulos tão justos provocaram, por fim, uma considerável reforma, cujas complexidades (agravadas por um exercício de séculos) só as entendem alguns especialistas, mas que tentarei resumir, embora de modo simbólico.

Imaginemos um primeiro sorteio, que decreta a morte de um homem. Para seu cumprimento procede-se a outro sorteio, que propõe (digamos) nove executores possíveis. Desses executores, quatro podem iniciar um terceiro sorteio que dirá o nome do verdugo, dois podem substituir a ordem adversa por uma ordem feliz (o encontro de um tesouro, digamos), outro exacerbará a morte (isto é, torná-la-á infame ou a enriquecerá de torturas), outros podem negar-se a cumpri-la... Tal é o esquema simbólico. Na realidade, o *número de sorteios é infinito*. Nenhuma decisão é final, todas se ramificam em outras. Os ignorantes supõem que infinitos sorteios requerem um tempo infinito; na realidade, basta que o tempo seja infinitamente subdivisível, como o ensina a famosa parábola do Certame com a tartaruga. Essa infinitude condiz de maneira admirável com os sinuosos números do Acaso e com o Arquétipo Celestial da Loteria, que adoram os platônicos... Algum eco disforme de nossos ritos parece ter retumbado no Timbre: Ello Lamprídio, na *Vida de Antonino Heliogábalo*, conta que esse imperador escrevia em conchas as sortes que destinava aos convidados, de maneira que um recebia dez libras de ouro e outro, dez

moscas, dez marmotas, dez ossos. É lícito lembrar que Heliogábalo educou-se na Ásia Menor, entre os sacerdotes do deus epônimo.

Também há sorteios impessoais, de propósito indefinido; um decreta que se lance às águas do Eufrates uma safira de Taprobana; outro, que do alto de uma torre se solte um pássaro; outro, que a cada século se retire (ou se acrescente) um grão de areia dos inumeráveis que há na praia. As conseqüências são, às vezes, terríveis.

Sob o influxo benfeitor da Companhia, nossos costumes estão saturados de acaso. O comprador de uma dúzia de ânforas de vinho damasceno não se assombrará se uma delas contiver um talismã ou uma víbora; o escrivão que redige um contrato não deixa quase nunca de introduzir algum dado errôneo; eu próprio, nesta apressada exposição, falseei certo esplendor, certa atrocidade. Talvez, também, alguma misteriosa monotonia... Nossos historiadores, que são os mais perspicazes do orbe, inventaram um método para corrigir o acaso; diz-se que as operações desse método são (em geral) fidedignas; embora, naturalmente, não se divulguem sem certa dose de engano. Além disso, nada tão contaminado de ficção como a história da Companhia... Um documento paleográfico, exumado num templo, pode ser obra de um sorteio de ontem ou de um sorteio secular. Não se publica um livro sem alguma divergência em cada um dos exemplares. Os escribas prestam juramento secreto de omitir, de interpolar, de alterar. Também se exerce a mentira indireta.

A Companhia, com modéstia divina, elude toda publicidade. Seus agentes, como é óbvio, são secretos; as ordens que dá continuamente (quiçá incessantemente) não diferem das que prodigalizam os impostores. Ademais, quem poderá gabar-se de ser um simples impostor? O bêbado que improvisa um mandato absurdo, o sonhador que desperta de repente – estrangula a mulher que dorme a seu lado, não executam, porventura, uma secreta decisão da Companhia? Esse funcionamento silencioso, comparável ao de Deus, provoca toda espécie de conjeturas. Uma insinua abominavelmente que faz já séculos que não existe a Companhia e que a sacra desordem de nossas vidas é puramente hereditária, tradicional; outra a julga eterna e ensina que perdurará até a última noite, quando – último deus aniquile o mundo. Outra declara que a Companhia é onipotente, mas que influi somente em coisas minúsculas: no grito de um pássaro, nos matizes da ferrugem – do pó, nos entressonhos da alvorada. Outra, por boca de heresiarcas mascarados, *que nunca existiu nem existirá*. Outra, não menos vil, argumenta que é indiferente afirmar ou negar a realidade da tenebrosa corporação, porque Babilônia não é outra coisa senão um infinito jogo de acasos.

EXAME DA OBRA DE HERBERT QUAIN

Herbert Quain morreu em Roscommon; comprovei sem assombro que o Suplemento Literário do *Times* apenas lhe concede meia coluna de piedade necrológica, na qual não há epíteto laudatório que não esteja corrigido (ou seriamente admoestado) por um advérbio. O *Spectator*, em seu número a respeito, é sem dúvida menos lacônico e talvez mais cordial, contudo equipara o primeiro livro de Quain – *The God of the Labyrinth* – a um de Mrs. Agatha Christie e outros aos de Gertrude Stein: evocações que ninguém julgará inevitáveis e que não teriam alegrado o defunto. Este, de resto, nunca se acreditou genial; nem sequer nas noites peripatéticas de conversa literária, nas quais o homem que já esgotou os jornais brinca invariavelmente de ser Monsieur Teste ou o doutor Samuel Johnson... Percebia, com toda lucidez, a condição experimental de seus livros: admiráveis talvez pela novidade e por certa lacônica probidade, mas não pelas virtudes da paixão. "Sou como as odes de Cowley", escreveu-me de Longford em seis de março de 1939. "Não pertenço à arte, senão à mera história da arte." Não havia, para ele, disciplina inferior à história.

Repeti uma modéstia de Herbert Quain; naturalmente, essa modéstia não esgota seu pensamento. Flaubert e Henry James acostumaram-nos a supor que as obras de arte são infreqüentes e de realização penosa; o século XVI (recordemos a Viagem do Parnaso, recordemos o destino de Shakespeare) não compartilhava dessa desconsolada opinião. Herbert Quain, tampouco. Parecia-lhe que a boa literatura era bastante comum e que são poucos os diálogos de rua que não a atingem. Parecia-lhe também que o fato estético não pode prescindir de certo elemento de assombro e que assombrar-se de memória é difícil. Deplorava com sorridente sinceridade "a servil e obstinada conservação" de livros pretéritos... Ignoro se sua vaga teoria é justificável; sei que seus livros desejam em demasia o assombro.

Lamento ter emprestado a uma dama, irreversivelmente, o primeiro que publicou. Declarei que se trata de um romance policial: *The God of the Labyrinth*; posso agradecer que o editor colocou-o à venda nos últimos dias de novembro de 1933. Em princípios de dezembro, as agradáveis e árduas involuções do *Siamese Twin Mystery* atarefaram Londres e Nova York; prefiro atribuir a essa coincidência arruinada o fracasso do romance de nosso amigo. Do mesmo modo (quero ser totalmente sincero) à sua elaboração deficiente e à vã e frígida pompa de certas descrições do mar. Depois de sete anos, para mim torna-se impossível recuperar os pormenores da ação; eis aqui seu plano; tal como agora o empobrece (tal como agora o purifica) meu esquecimento. Há um indecifrável assassinato nas páginas iniciais, uma lenta discussão nas intermediárias, uma solução nas últimas. Já esclarecido o enigma, há um parágrafo longo e retrospectivo que contém esta frase: "Todos acreditaram que o encontro dos jogadores de xadrez fora casual". Essa frase deixa entender que a solução é errônea. O leitor, inquieto, revê os capítulos pertinentes e descobre outra solução, que é a verdadeira. O leitor desse livro singular é mais perspicaz que o detetive.

Ainda mais heterodoxo é o "romance regressivo, ramificado" *April March*, cuja terceira (e única) parte é de 1936. Ninguém, ao julgar esse romance, nega-se a descobrir que é um jogo; é lícito recordar que o autor nunca o considerou outra coisa. "Reivindico para essa obra", escutei-o dizer, "os aspectos essenciais de todo jogo: a simetria, as leis arbitrárias, o tédio." Até o nome é um débil *calembour*: não significa “Marcha de Abril”, mas literalmente “Abril Março”. Alguém percebeu em suas páginas um eco das doutrinas de Dunne; o prólogo de Quain prefere evocar aquele inverso mundo de Bradley, no qual a morte precede ao nascimento e a cicatriz à ferida e a ferida ao golpe (*Appearance and Reality*, 1897, página 215).[1] Os mundos que propõe *April March* não são regressivos; mas sim a maneira de historiá-los. Regressiva e ramificada, como já disse. Treze capítulos integram a obra. O primeiro relata o ambíguo diálogo de alguns desconhecidos numa estação. O segundo conta os acontecimentos da véspera do primeiro. O terceiro, também retrógrado, conta os acontecimentos de outra possível véspera do primeiro; o quarto, os de outra. Cada uma dessas três vésperas (que rigorosamente se excluem) ramifica-se em outras três vésperas, de índole muito diversa. A obra total compõe-se, pois, de nove romances; cada romance, de três longos capítulos. (O primeiro é comum a todos eles, naturalmente.) Desses romances, um é de caráter simbólico; outro, sobrenatural; outro, policial; outro, psicológico; outro, comunista; outro, anticomunista, etc. Talvez um esquema ajude a compreender a estrutura.

z
- *y 1*: *x 1*, *x 2*, *x 3*
- *y 2*: *x 4*, *x 5*, *x 6*
- *y 3*: *x 7*, *x 8*, *x 9*

Dessa estrutura cabe repetir o que declarou Schopenhauer das doze categorias kantianas: sacrifica tudo a um furor simétrico. Previsivelmente, uma das nove narrativas é

1 Ai da erudição de Herbert Quain, ai da página 215 de um livro de 1897. Um interlocutor do *Político*, de Platão, já havia descrito regressão semelhante: a dos Filhos da Terra ou Autóctones que, submetidos ao influxo de uma rotação inversa do cosmos, passaram da velhice à maturidade, da maturidade à infância, da infância ao desaparecimento e ao nada. Também Teopompo, em sua *Filípica*, fala de certas frutas boreais que originam em quem as come o mesmo processo retrógrado... Mais interessante é imaginar uma inversão do Tempo: um estado no qual recordássemos o futuro e ignorássemos, ou apenas pressentíssemos, o passado. *Cf.* o canto décimo do Inferno, versos 97-1O2, em que se comparam a visão profética e a presbitia.

indigna de Quain; o melhor não é o que originariamente ideou, o x 4; é o de natureza fantástica, o x 9. Outros estão deformados por brincadeiras lânguidas e por pseudoprecisões inúteis. Quem os lê em ordem cronológica (*verbi grada*: x 3, y 1, z) perde o sabor peculiar do estranho livro. Duas narrativas – o x 7, o x 8 – carecem de valor individual; a justaposição dá-lhes eficácia... Não sei se devo lembrar que já publicado *April March*, Quain arrependeu-se da ordem ternária e predisse que os homens que o imitassem optariam pela binária

$$z \left[\begin{array}{l} y\,1 \left[\begin{array}{l} x\,1 \\ \\ x\,2 \end{array} \right. \\ \\ y\,2 \left[\begin{array}{l} x\,3 \\ \\ x\,4 \end{array} \right. \end{array} \right.$$

e os demiurgos e os deuses pela infinita: infinitas histórias, infinitamente ramificadas.

Muito diversa, mas também retrospectiva, é a comédia heróica em dois atos *The Secret Mirror*. Nas obras já resenhadas, a complexidade formal havia entorpecido a imaginação do autor; aqui, sua evolução é mais livre. O primeiro ato (o mais extenso) ocorre na casa de campo do general Thrale, C.I.E., perto de Melton Mowbray. O invisível centro da trama é Miss Ulrica Thrale, a primogênita do general. Por meio de certo diálogo a entrevemos, amazona e altiva; suspeitamos que não costuma visitar a literatura; os jornais anunciam seu noivado com o duque de Rutland; os jornais desmentem o noivado. Adora-a um autor dramático, Wilfred Quarles; certa vez, ela lhe concedeu um distraído beijo. Os personagens são de vasta fortuna e ascendências tradicionais; os afetos, nobres, ainda que veementes; o diálogo parece vacilar entre a mera vaniloqüência de Bulwer-Lytton e os epigramas de Wilde ou de Mr. Philip Guedalla. Há um rouxinol e uma noite; há um duelo secreto num terraço. (Quase totalmente imperceptíveis, há certa curiosa contradição, há pormenores sórdidos.) Os personagens do primeiro ato reaparecem no segundo – com outros nomes. O "autor dramático" Wilfred Quarles é um corretor de Liverpool; seu verdadeiro nome, John William Quigley. Miss Thrale existe; Quigley jamais a viu, porém, morbidamente, coleciona suas fotografias do *Tatler* ou do *Sketch*. Quigley é autor do primeiro ato. A inverossímil ou improvável "casa de campo" é a pensão judaico-irlandesa em que vive, transfigurada e magnificada por ele... A trama dos atos é paralela, mas no segundo tudo é ligeiramente horrível, tudo se posterga ou se frustra. Quando *The Secret Mirror* estreou, a crítica pronunciou os nomes de Freud e de Julien Green. A menção do primeiro parece-me totalmente injustificada.

A fama divulgou que *The Secret Mirror* era uma comédia freudiana; essa interpretação propícia (e falaz) determinou seu êxito. Infelizmente, Quain já completara os quarenta anos; estava aclimatado ao fracasso e não se resignava docemente a uma

mudança de regime. Resolveu desforrar-se. Em fins de 1939, publicou *Statements*, quem sabe o mais original de seus livros, sem dúvida o menos elogiado e o mais secreto. Quain costumava argumentar que os leitores eram espécie já extinta. "Não há europeu (raciocinava) que não seja escritor, em potência ou em ato." Também afirmava que das diversas felicidades que pode ministrar a literatura, a mais alta era a invenção. Já que nem todos são capazes dessa felicidade, muitos terão de contentar-se com simulacros. Para esses "imperfeitos escritores", cujo nome é legião, Quain redigiu as oito narrativas do livro *Statements*. Cada uma delas prefigura ou promete um bom argumento, voluntariamente frustrado pelo autor. Uma – não a melhor – insinua dois argumentos. O leitor, distraído pela vaidade, acredita tê-las inventado. Da terceira, *The Rose of Yesterday*, cometi a ingenuidade de extrair "*As ruínas circulares*", que é um dos contos do livro *O Jardim de Veredas que se Bifurcam.*

1941

A BIBLIOTECA DE BABEL

By this art you may contemplate the variation of the 23 letters...

The Anatamy of Melancholy, part. 2, sect. II, mem. 1V.

O universo (que outros chamam a Biblioteca) compõe-se de um número indefinido, e talvez infinito, de galerias hexagonais, com vastos poços de ventilação no centro, cercados por balaustradas baixíssimas. De qualquer hexágono, vêem-se os andares inferiores e superiores: interminavelmente. A distribuição das galerias é invariável. Vinte prateleiras, em cinco longas estantes de cada lado, cobrem todos os lados menos dois; sua altura, que é a dos andares, excede apenas a de um bibliotecário normal. Uma das faces livres dá para um estreito vestíbulo, que desemboca em outra galeria, idêntica à primeira e a todas. A esquerda e à direita do vestíbulo, há dois sanitários minúsculos. Um permite dormir em pé; outro, satisfazer as necessidades físicas. Por aí passa a escada espiral, que se abisma e se eleva ao infinito. No vestíbulo há um espelho, que fielmente duplica as aparências. Os homens costumam inferir desse espelho que a Biblioteca não é infinita (se o fosse realmente, para que essa duplicação ilusória?), prefiro sonhar que as superfícies polidas representam e prometem o infinito... A luz procede de algumas frutas esféricas que levam o nome de lâmpadas. Há duas em cada hexágono: transversais. A luz que emitem é insuficiente, incessante.

Como todos os homens da Biblioteca, viajei na minha juventude; peregrinei em busca de um livro, talvez do catálogo de catálogos; agora que meus olhos quase não podem decifrar o que escrevo, preparo-me para morrer, a poucas léguas do hexágono em que nasci. Morto, não faltarão mãos piedosas que me joguem pela balaustrada; minha sepultura será o ar insondável; meu corpo cairá demoradamente e se corromperá e dissolverá no vento gerado pela queda, que é infinita. Afirmo que a Biblioteca é interminável. Os idealistas argúem que as salas hexagonais são uma forma necessária do espaço absoluto ou, pelo menos, de nossa intuição do espaço. Alegam que é inconcebível uma sala triangular ou pentagonal. (Os místicos pretendem que o êxtase lhes revele uma câmara circular com um grande livro circular de lombada contínua, que siga toda a volta das paredes; mas seu testemunho é suspeito; suas palavras, obscuras. Esse livro cíclico é Deus.) Basta-me, por ora, repetir o preceito clássico: "A Biblioteca é uma esfera cujo centro cabal é qualquer hexágono, cuja circunferência é inacessível".

A cada um dos muros de cada hexágono correspondem cinco estantes; cada estante encerra trinta e dois livros de formato uniforme; cada livro é de quatrocentas e dez páginas; cada página, de quarenta linhas; cada linha, de umas oitenta letras de cor preta. Também há letras no dorso de cada livro; essas letras não indicam ou prefiguram o que dirão as páginas. Sei que essa inconexão, certa vez, pareceu misteriosa. Antes de resumir a solução (cuja descoberta, apesar de suas trágicas projeções, é talvez o fato capital da história); quero rememorar alguns axiomas.

O primeiro: A Biblioteca existe *ab aeterno*. Dessa verdade cujo corolário imediato é a eternidade futura do mundo, nenhuma mente razoável pode duvidar. O homem, o imperfeito bibliotecário, pode ser obra do acaso ou dos demiurgos malévolos; o universo, com seu elegante provimento de prateleiras, de tomos enigmáticos, de infatigáveis escadas para o viajante e de latrinas para o bibliotecário sentado, somente pode ser obra de um deus. Para perceber a distância que há entre o divino e o humano, basta comparar esses rudes símbolos trêmulos que minha falível mão garatuja na capa de um livro, com as letras orgânicas do interior: pontuais, delicadas, negríssimas, inimitavelmente simétricas.

O segundo: O número de símbolos ortográficos é vinte e cinco.[1] Essa comprovação permitiu, depois de trezentos anos, formular uma teoria geral da Biblioteca e resolver satisfatoriamente o problema que nenhuma conjetura decifrara: a natureza disforme e caótica de quase todos os livros. Um, que meu pai viu em um hexágono do circuito quinze noventa e quatro, constava das letras M C V perversamente repetidas da primeira linha até a última. Outro (muito consultado nesta área) é um simples labirinto de letras, mas a página penúltima diz “Oh, tempo tuas pirâmides”. Já se sabe: para uma linha razoável ou uma correta informação, há léguas de insensatas cacofonias, de confusões verbais e de incoerências. (Sei de uma região montanhosa cujos bibliotecários repudiam o supersticioso e vão costume de procurar sentido nos livros e o equiparam ao de procurá-lo nos sonhos ou nas linhas caóticas da mão... Admitem que os inventores da escrita imitaram os vinte e cinco símbolos naturais, mas sustentam que essa aplicação é casual, e que os livros em si nada significam. Esse ditame, já veremos, não é completamente falaz.)

Durante muito tempo, acreditou-se que esses livros impenetráveis correspondiam a línguas pretéritas ou remotas. É verdade que os homens mais antigos, os primeiros bibliotecários, usavam uma linguagem assaz diferente da que falamos agora; é verdade que algumas milhas à direita a língua é dialetal e que noventa andares mais acima é incompreensível. Tudo isso, repito-o, é verdade, mas quatrocentas e dez páginas de inalteráveis M C V não podem corresponder a nenhum idioma, por dialetal ou rudimentar que seja. Uns insinuaram que cada letra podia influir na subseqüente e que o valor de M C V na terceira linha da página 71 não era o que pode ter a mesma série noutra posição de outra página, mas essa vaga tese não prosperou. Outros pensaram em criptografias; universalmente essa conjetura foi aceita, ainda que não no sentido em que a formularam seus inventores.

Há quinhentos anos, o chefe de um hexágono superio[2] deparou com um livro tão confuso como os outros, porém que possuía quase duas folhas de linhas homogêneas. Mostrou seu achado a um decifrador ambulante, que lhe disse que estavam redigidas em português; outros lhe afirmaram que em iídiche. Antes de um século pôde ser estabelecido o idioma: um dialeto samoiedo-lituano do guarani, com inflexões de árabe clássico. Também

---

1 O manuscrito original não contém algarismos ou maiúsculas. A pontuação foi limitada à vírgula e ao ponto. Esses dois signos, o espaço e as vinte e duas letras do alfabeto são os vinte e cinco símbolos suficientes que enumera o desconhecido. (Nota do Editor.)

decifrou-se o conteúdo: noções de análise combinatória, ilustradas por exemplos de variantes com repetição ilimitada. Esses exemplos permitiram que um bibliotecário de gênio descobrisse a lei fundamental da Biblioteca. Esse pensador observou que todos os livros, por diversos que sejam, constam de elementos iguais: o espaço, o ponto, a vírgula, as vinte e duas letras do alfabeto. Também alegou um fato que todos os viajantes confirmaram: "Não há, na vasta Biblioteca, dois livros idênticos". Dessas premissas incontrovertíveis deduziu que a Biblioteca é total e que suas prateleiras registram todas as possíveis combinações dos vinte e tantos símbolos ortográficos (número, ainda que vastíssimo, não infinito), ou seja, tudo o que é dado expressar: em todos os idiomas. Tudo: a história minuciosa do futuro, as autobiografias dos arcanjos, o catálogo fiel da Biblioteca, milhares e milhares de catálogos falsos, a demonstração da falácia desses catálogos, a demonstração da falácia do catálogo verdadeiro, o evangelho gnóstico de Basilides, o comentário desse evangelho, o comentário do comentário desse evangelho, o relato verídico de tua morte, a versão de cada livro em todas as línguas, as interpolações de cada livro em todos os livros; o tratado que Beda pôde escrever (e não escreveu) sobre a mitologia dos saxões, os livros perdidos de Tácito.

Quando se proclamou que a Biblioteca abarcava todos os livros, a primeira impressão foi de extravagante felicidade. Todos os homens sentiram-se senhores de um tesouro intacto e secreto. Não havia problema pessoal ou mundial cuja eloqüente solução não existisse: em algum hexágono. O universo estava justificado, o universo bruscamente usurpou as dimensões ilimitadas da esperança. Naquele tempo falou-se muito das Vindicações: livros de apologia e de profecia, que para sempre vindicavam os atos de cada homem do universo e guardavam arcanos prodigiosos para seu futuro. Milhares de cobiçosos abandonaram o doce hexágono natal e precipitaram-se escadas acima, premidos pelo vão propósito de encontrar sua Vindicação. Esses peregrinos disputavam nos corredores estreitos, proferiam obscuras maldições, estrangulavam-se nas escadas divinas, jogavam os livros enganosos no fundo dos túneis, morriam despenhados pelos homens de regiões remotas. Outros enlouqueceram... As Vindicações existem (vi duas que se referem a pessoas do futuro, a pessoas talvez não imaginárias), mas os que procuravam não recordavam que a possibilidade de que um homem encontre a sua, ou alguma pérfida variante da sua, é computável em zero.

Também se esperou então o esclarecimento dos mistérios básicos da humanidade: a origem da Biblioteca e do tempo. É verossímil que esses graves mistérios possam explicar-se em palavras: se não bastar a linguagem dos filósofos, a multiforme Biblioteca produzirá o idioma inaudito que se requer e os vocabulários e gramáticas desse idioma. Faz já quatro séculos que os homens esgotam os hexágonos... Existem investigadores oficiais, inquisidores. Eu os vi no desempenho de sua função: chegam sempre estafados; falam de uma escada sem degraus que quase os matou; falam de galerias e de escadas com o bibliotecário; às vezes, pegam o livro mais próximo e o folheiam, à procura de palavras

2 Antes, em cada três hexágonos havia um homem. O suicídio e as enfermidades pulmonares destruíram essa proporção. Lembrança de indizível melancolia: às vezes, viajei muitas noites por corredores e escadas polidas sem encontrar um único bibliotecário.

infames. Visivelmente, ninguém espera descobrir nada.

À desmedida esperança, sucedeu, como é natural, uma depressão excessiva. A certeza de que alguma prateleira em algum hexágono encerrava livros preciosos e de que esses livros preciosos eram inacessíveis afigurou-se quase intolerável. Uma seita blasfema sugeriu que cessassem as buscas e que todos os homens misturassem letras e símbolos, até construir, mediante um improvável dom do acaso, esses livros canônicos. As autoridades viram-se obrigadas a promulgar ordens severas. A seita desapareceu, mas na minha infância vi homens velhos que demoradamente se ocultavam nas latrinas, com alguns discos de metal num fritilo proibido, e debilmente arremedavam a divina desordem.

Outros, inversamente, acreditaram que o primordial era eliminar as obras inúteis. Invadiam os hexágonos, exibiam credenciais nem sempre falsas, folheavam com fastio um volume e condenavam prateleiras inteiras: a seu furor higiênico, ascético, deve-se a insensata perda de milhões de livros. Seu nome é execrado, mas aqueles que deploram os "tesouros" destruídos por seu frenesi negligenciam dois fatos notórios. Um: a Biblioteca é tão imensa que toda redução de origem humana resulta infinitesimal. Outro: cada exemplar é único, insubstituível, mas (como a Biblioteca é total) há sempre várias centenas de milhares de fac-símiles imperfeitos: de obras que apenas diferem por uma letra ou por uma vírgula. Contra a opinião geral, atrevo-me a supor que as conseqüências das depredações cometidas pelos Purificadores foram exageradas graças ao horror que esses fanáticos provocaram. Urgia-lhes o delírio de conquistar os livros do Hexágono Carmesim: livros de formato menor que os naturais; onipotentes, ilustrados e mágicos.

Também sabemos de outra superstição daquele tempo: a do Homem do Livro. Em alguma estante de algum hexágono (raciocinaram os homens) deve existir um livro que seja a cifra e o compêndio perfeito *de todos os demais*: algum bibliotecário o consultou e é análogo a um deus. Na linguagem desta área persistem ainda vestígios do culto desse funcionário remoto. Muitos peregrinaram à procura de Ele. Durante um século trilharam em vão os mais diversos rumos. Como localizar o venerado hexágono secreto que o hospedava? Alguém propôs um método regressivo: Para localizar o livro A, consultar previamente um livro B, que indique o lugar de A; para localizar o livro B, consultar previamente um livro C, e assim até o infinito... Em aventuras como essas, prodigalizei e consumi meus anos. Não me parece inverossímil que em alguma prateleira do universo haja um livro total;[3] rogo aos deuses ignorados que um homem – um só, ainda que seja há mil anos! – o tenha examinado e lido. Se a honra e a sabedoria e a felicidade não estão para mim, que sejam para outros. Que o céu exista, embora meu lugar seja o inferno. Que eu seja ultrajado e aniquilado, mas que num instante, num ser, Tua enorme Biblioteca se justifique.

---

3 Repito-o: basta que um livro seja possível para que exista. Somente está excluído o impossível. Por exemplo: nenhum livro é também uma escada, ainda que, sem dúvida, haja livros que discutem e neguem e demonstrem essa possibilidade e outros cuja estrutura corresponde à de uma escada.

Afirmam os ímpios que o disparate é normal na Biblioteca e que o razoável (e mesmo a humilde e pura coerência) é quase milagrosa exceção. Falam (eu o sei) de "a Biblioteca febril, cujos fortuitos volumes correm o incessante risco de transformar-se em outros e que tudo afirmam, negam e confundem como uma divindade que delira". Essas palavras, que não apenas denunciam a desordem mas que também a exemplificam, provam, evidentemente, seu gosto péssimo e sua desesperada ignorância. De fato, a Biblioteca inclui todas as estruturas verbais, todas as variantes que permitem os vinte e cinco símbolos ortográficos, porém nem um único disparate absoluto. Inútil observar que o melhor volume dos muitos hexágonos que administro intitula-se *Trovão Penteado*, e outro *A Cãibra de Gesso* e outro *Axaxaxas mlö*. Essas proposições, à primeira vista incoerentes, sem dúvida são passíveis de uma justificativa criptográfica ou alegórica; essa justificativa é verbal e, *ex hypothesi*, já figura na Biblioteca. Não posso combinar certos caracteres

dhemrlchtdj

que a divina Biblioteca não tenha previsto e que em alguma de suas línguas secretas não contenham um terrível sentido. Ninguém pode articular uma sílaba que não esteja cheia de ternuras e de temores; que não seja em alguma dessas linguagens o nome poderoso de um deus. Falar é incorrer em tautologias. Esta epístola inútil e palavrosa já existe num dos trinta volumes das cinco prateleiras de um dos incontáveis hexágonos – e também sua refutação. (Um número n de linguagens possíveis usa o mesmo vocabulário; em alguns, o símbolo biblioteca admite a correta definição ubíquo e perdurável sistema de galerias hexagonais, mas biblioteca é pão ou pirâmide ou qualquer outra coisa, e as sete palavras que a definem têm outro valor. Você, que me lê, tem certeza de entender minha linguagem?)

A escrita metódica distrai-me da presente condição dos homens. A certeza de que tudo está escrito nos anula ou nos fantasmagoriza. Conheço distritos em que os jovens se prostram diante dos livros e beijam com barbárie as páginas, mas não sabem decifrar uma única letra. As epidemias, as discórdias heréticas, as peregrinações que inevitavelmente degeneram em bandoleirismo, dizimaram a população. Acredito ter mencionado os suicídios, cada ano mais freqüentes. Talvez me enganem a velhice e o temor, mas suspeito que a espécie humana – a única – está por extinguir-se e que a Biblioteca perdurará: iluminada, solitária, infinita, perfeitamente imóvel, armada de volumes preciosos, inútil, incorruptível, secreta.

Acabo de escrever *infinita*. Não interpolei esse adjetivo por costume retórico; digo que não é ilógico pensar que o mundo é infinito. Aqueles que o julgam limitado postulam que em lugares remotos os corredores e escadas e hexágonos podem inconcebivelmente cessar – o que é absurdo. Aqueles que o imaginam sem limites esquecem que os abrange o número possível de livros. Atrevo-me a insinuar esta solução do antigo problema: *A Biblioteca é ilimitada e periódica*. Se um eterno viajante a atravessasse em qualquer direção, comprovaria ao fim dos séculos que os mesmos volumes se repetem na mesma desordem (que, reiterada, seria uma ordem: a Ordem). Minha solidão alegra-se com essa elegante esperança. [4]

Mar del Plata,1941.

[4] Letizia Álvarez de Toledo observou que a vasta Biblioteca é inútil; a rigor, bastaria *um único volume*, de formato comum, impresso em corpo nove ou em corpo dez, composto de um número infinito de folhas infinitamente delgadas. (Cavalieri, em princípios do século XVII, disse que todo corpo sólido é superposição de um número infinito de planos) O manuseio desse *vade-mecum* sedoso não seria cômodo: cada folha aparente se desdobraria em outras análogas; a inconcebível folha central não teria reverso.

O JARDIM DE VEREDAS QUE SE BIFURCAM

A Victoria Ocampo

Na página 242 da *História da Guerra Européia*, de Liddell Hart, lê-se que uma ofensiva de treze divisões britânicas (apoiadas por mil e quatrocentas peças de artilharia) contra a linha Serre-Montauban tinha sido planejada para o dia vinte e quatro de julho de 1916 e teve de ser postergada até a manhã do dia vinte e nove. As chuvas torrenciais (anota o capitão Liddell Hart) provocaram essa delonga – nada significativa, por certo. A seguinte declaração, ditada, relida e assinada pelo doutor Yu Tsun, antigo catedrático de inglês na *Hochschule* de Tsingtao, lança insuspeitada luz sobre o caso. Faltam as duas páginas iniciais.

"...e pendurei o fone. Imediatamente após, reconheci a voz que havia respondido em alemão. Era a do capitão Richard Madden. Madden, no apartamento de Viktor Runeberg, significava o fim de nossos afãs e – mas isso parecia muito secundário, ou assim *devia parecer-me* – também de nossas vidas. Queria dizer que Runeberg tinha sido detido, ou assassinado.[1] Antes que declinasse o sol desse dia, eu sofreria a mesma sorte. Madden era implacável. Ou melhor, estava obrigado a ser implacável. Irlandês às ordens da Inglaterra, homem acusado de tibieza e talvez de traição, como não ia abraçar e agradecer esse milagroso favor: a descoberta, a captura, quem sabe a morte, de dois agentes do Império Alemão? Subi a meu quarto; absurdamente fechei a porta à chave e atirei-me de costas na estreita cama de ferro. Na janela mostravam-se os telhados de sempre e o sol nublado das seis. Pareceu-me inacreditável que esse dia sem premonições ou símbolos fosse o de minha morte implacável. Apesar de meu pai estar morto, apesar de ter sido um menino num simétrico jardim de Hai Feng, eu, agora, ia morrer? Depois refleti que todas as coisas nos acontecem precisamente, precisamente agora. Séculos de séculos e apenas no presente ocorrem os fatos; inumeráveis homens no ar, na terra e no mar, e tudo o que realmente acontece, acontece a mim... A quase intolerável lembrança do rosto acavalado de Madden aboliu essas divagações. Em meio a meu ódio e meu terror (no momento não me .importa falar de terror: agora que enganei Richard Madden, agora que minha. garganta anseia pela. corda), pensei que esse guerreiro tumultuoso e sem dúvida feliz não suspeitava que eu possuísse o Segredo. O nome do exato lugar do novo parque britânico de artilharia sobre o Ancre. Um pássaro riscou o céu cinza e cegamente o traduzi em um aeroplano e esse aeroplano em muitos (no céu francês) aniquilando o parque de artilharia com bombas verticais. Se minha boca, antes que a desfizesse um balaço, pudesse gritar esse nome de modo que o escutassem na Alemanha... Minha voz humana era muito pobre. Como fazê-la chegar ao ouvido do Chefe? Ao ouvido daquele homem doente e odioso, que nada sabia de

---

1 Hipótese odiosa e ridícula. O espião prussiano Hans Rabener, codinome Viktor Runeberg, agrediu com uma pistola automática o portador da ordem de prisão, capitão Richard Madden. Este, em defesa própria, causou-lhe ferimentos que determinaram sua morte. (*Nota do Editor*)

Runeberg e de mim a não ser que estávamos em Staffordshire e que em vão esperava notícias nossas em seu árido escritório de Berlim, examinando infinitamente jornais... Disse em voz alta: "Devo fugir". Levantei-me sem ruído, numa inútil perfeição de silêncio, como se Madden já me estivesse espreitando. Algo – talvez a mera ostentação de provar que meus recursos eram nulos – fez-me revistar meus bolsos. Encontrei o que sabia que ia encontrar. O relógio norte-americano, a corrente de níquel e a moeda quadrangular, o chaveiro com as comprometedoras chaves inúteis do apartamento de Runeberg, a caderneta, uma carta que resolvi destruir imediatamente (e que não destruí), o falso passaporte, uma coroa, dois *xelins* e alguns *pennies*, o lápis vermelho-azul, o lenço, o revólver com uma bala. Absurdamente o empunhei e sopesei para dar-me coragem. Pensei vagamente que um tiro de pistola pode ser ouvido bem longe. Em dez minutos meu plano estava maduro. A lista telefônica forneceu-me o nome da única pessoa capaz de transmitir a notícia: vivia num subúrbio de Fenton, a menos de meia hora de trem.

"Sou um homem covarde. Agora o digo, agora que levei a termo um plano que ninguém deixará de qualificar de arriscado. Sei que foi terrível sua execução. Não o fiz pela Alemanha, não. Pouco me importa um país bárbaro, que me obrigou à abjeção de ser um espião. Ademais, sei de um homem da Inglaterra – um homem modesto – que para mim não representa menos que Goethe... Não falei com ele mais de uma hora, mas durante uma hora foi Goethe... Fiz isso porque sentia que o Chefe menosprezava os de minha raça – os inumeráveis antepassados que em mim confluem. Eu queria provar-lhe que um amarelo podia salvar seus exércitos. De resto, eu devia fugir do capitão. Suas mãos e sua voz podiam bater-me à porta a qualquer momento. Vesti-me sem ruído, disse-me adeus no espelho, desci, esquadrinhei a rua tranqüila e saí. A estação não distava muito da casa, mas julguei preferível pegar um carro. Deduzi que assim corria menos perigo de ser reconhecido; o fato é que na rua deserta eu me sentia visível e vulnerável, infinitamente. Lembro-me de ter dito ao condutor que se detivesse um pouco antes da entrada principal. Desci com lentidão voluntária e quase penosa; ia à aldeia de Ashgrove, mas tirei uma passagem para uma estação mais distante. O trem saía dentro de pouquíssimos minutos, às oito e cinqüenta. Apressei-me; o próximo partia às nove e meia. Não havia quase ninguém na plataforma. Percorri os vagões: recordo uns lavradores, uma mulher de luto, um jovem que lia com fervor os Anais de Tácito, um soldado ferido e feliz. Os vagões, por fim, arrancaram. Um homem que reconheci correu em vão até o limite da plataforma. Era o capitão Richard Madden. Aniquilado, trêmulo, encolhi-me em outra ponta da poltrona, longe da temida janela.

"Dessa aniquilação passei a uma felicidade quase abjeta. Disse a mim mesmo que já estava marcado meu duelo e que eu ganhara o primeiro assalto, ao iludir, ainda que por quarenta minutos, ainda que por um favor do acaso, o ataque de meu adversário. Deduzi que essa vitória mínima prefigurava a vitória total. Deduzi que não era mínima, já que sem essa diferença preciosa que o horário de trens me oferecia, eu estaria no cárcere ou morto. Deduzi (não menos sofisticamente) que minha felicidade covarde provava que eu era homem capaz de levar a bom termo a aventura. Dessa fraqueza tirei forças que não me abandonaram. Prevejo que o homem se resignará a cada dia a tarefas mais atrozes; breve só haverá guerreiros e bandidos; dou-lhes este conselho: "O executor de uma tarefa atroz deve imaginar que já a cumpriu, deve impor-se um futuro que seja irrevogável como o passado". Assim procedi, enquanto meus olhos de homem já morto registravam o fluir

daquele dia que era talvez o último, e a difusão da noite. O trem corria com doçura, entre freixos. Deteve-se, quase ao meio do campo. Ninguém gritou o nome da estação. Ashgrove?" – perguntei a uns meninos na plataforma. Ashgrove ; responderam. Desci. "Uma lâmpada iluminava a plataforma, mas os rostos dos meninos ficavam na zona de sombra. Um me perguntou: "O senhor vai à casa do doutor Stephen Albert?" Sem aguardar resposta, outro disse: "A casa fica longe daqui, mas o senhor não se perderá se tornar esse caminho à esquerda e se em cada encruzilhada do caminho dobrar à esquerda". Atirei-lhes uma moeda (a última), desci uns degraus de pedra e entrei no solitário caminho. Este, lentamente, descia. Era de terra elementar, no alto confundiam-se os ramos, a lua baixa e circular parecia acompanhar-me.

"Por um instante, pensei que Richard Madden havia de algum modo penetrado em minhas desesperadas intenções. Logo compreendi que isso era impossível. O conselho de sempre dobrar à esquerda lembrou-me que tal era o procedimento comum para descobrir o pátio central de certos labirintos. Alguma coisa entendo de labirintos: não é em vão que sou bisneto daquele Ts'ui Pen, que foi governador de Yunnan e que renunciou ao poder temporal para escrever um romance que fosse ainda mais populoso que o *Hung Lu Meng* e para edificar um labirinto em que se perdessem todos os homens. Treze anos dedicou a esses heterogêneos trabalhos, porém a mão de um forasteiro o assassinou e seu romance era insensato e ninguém encontrou o labirinto. Sob árvores inglesas meditei sobre esse labirinto perdido: imaginei-o inviolado e perfeito no cume secreto de uma montanha, imaginei-o apagado por arrozais ou debaixo da água, imaginei-o infinito, não somente de quiosques oitavados e de sendas que voltam, mas sim de rios e províncias e reinos... Pensei num labirinto de labirintos, num sinuoso labirinto crescente que abarcasse o passado e o futuro e que envolvesse, de algum modo, os astros. Absorto nessas ilusórias imagens, esqueci meu destino de perseguido. Senti-me, por tempo indeterminado, com percepção abstrata do mundo. O vago e vivo campo, a lua, os restos da tarde, agiram sobre mim; também o declive que eliminava qualquer possibilidade de cansaço. A tarde era íntima, infinita. O caminho descia e se bifurcava, entre as já confusas pradarias. Uma música aguda e como que silábica aproximava-se e afastava-se no vaivém do vento, turvada de folhas e de distância. Pensei que um homem pode ser inimigo de outros homens, de outros momentos de outros homens, mas não de um país: não de vaga-lumes, palavras, jardins, cursos de água, poentes. Cheguei, assim, a um alto portão enferrujado. Entre as grades decifrei uma alameda e uma espécie de pavilhão. Compreendi, de repente, duas coisas, a primeira trivial, a segunda quase inacreditável: a música vinha do pavilhão, a música era chinesa. Por isso eu a aceitara com plenitude, sem prestar-lhe atenção. Não recordo se havia uma sineta ou uma campainha ou se chamei batendo palmas. A contínua crepitação da música prosseguiu.

"Mas do fundo da íntima casa uma lanterna se aproximava: uma lanterna que os troncos riscavam e por instantes anulavam, uma lanterna de papel, que tinha a forma dos tambores e a cor da lua. Um homem alto a trazia. Não vi seu rosto, porque a luz me cegava. Abriu o portão e disse lentamente em meu idioma:

" – Vejo que o piedoso Hsi Pêng se empenha em corrigir minha solidão. O senhor sem dúvida desejará ver o jardim?

"Reconheci o nome de um de nossos cônsules e repeti desconcertado:

" – O jardim?

" – O jardim de veredas que se bifurcam.

"Alguma coisa se agitou em minha lembrança e pronunciei com incompreensível segurança:

" – O jardim de meu antepassado Ts’ui Pen.

" – Seu antepassado? Seu ilustre antepassado? Entre.

"A úmida vereda ziguezagueava como os de minha infância. Chegamos a uma biblioteca de livros orientais e ocidentais. Reconheci, encadernados em seda amarela, alguns tomos manuscritos da Enciclopédia Perdida que dirigiu o Terceiro Imperador da Dinastia Luminosa e que nunca chegou a ser publicada. O disco do gramofone girava perto de uma fênix de bronze. Lembro-me também de um vaso rosa da família e outro, anterior de muitos séculos, dessa cor azul que nossos artífices copiaram dos oleiros da Pérsia...

"Stephen Albert observava-me, sorridente. Era (já o disse) muito alto, de feições afiladas, de olhos cinzentos e barba cinzenta. Algo de sacerdote havia nele e também de marítimo; depois me contou que fora missionário em Tientsin "antes de aspirar a sinólogo".

"Sentamo-nos; eu num comprido e baixo divã; ele de costas para a janela e para um alto relógio circular. Calculei que antes de uma hora não chegaria meu perseguidor, Richard Madden. Minha determinação irrevogável podia esperar.

" – Assombroso destino o de Ts’ui Pen – disse Stephen Albert. – Governador de sua província natal, douto em astronomia, em astrologia e na interpretação infatigável dos livros canônicos, enxadrista, famoso poeta e calígrafo: abandonou tudo para compor um livro e um labirinto. Renunciou aos prazeres da opressão, da justiça, do numeroso leito, dos banquetes e ainda da erudição e enclausurou-se durante treze anos no Pavilhão da Límpida Solidão. Ao morrer, os herdeiros só encontraram manuscritos caóticos. A família, como talvez o senhor não ignore, quis adjudicá-los ao fogo; mas seu testamenteiro – um monge taoísta ou budista – insistiu na publicação.

" – Os do sangue de Ts’ui Pen – respondi – continuamos execrando esse monge. Essa publicação foi insensata. O livro é um acervo indeciso de rascunhos contraditórios. Examinei-o certa vez: no terceiro capítulo morre o herói, no quarto está vivo. Quanto ao outro projeto de Ts’ui Pen, seu Labirinto...

" – Aqui está o Labirinto – disse indicando-me uma alta escrivaninha laqueada.

" – Um labirinto de marfim! – exclamei. – Um labirinto mínimo...

" – Um labirinto de símbolos – corrigiu. – Um invisível labirinto de tempo. A mim, bárbaro inglês, foi-me oferecido revelar esse mistério diáfano. Ao fim de mais de cem anos, os pormenores são irrecuperáveis, mas não é difícil conjeturar o que sucedeu. Ts'ui Pen teria dito uma vez: "Retiro-me para escrever um livro". E outra: "Retiro-me para construir um labirinto". Todos imaginaram duas obras; ninguém pensou que livro e labirinto eram um único objeto. O Pavilhão da Límpida Solidão erguia-se no centro de um jardim talvez intrincado; o fato pode ter sugerido aos homens um labirinto físico. Ts'ui Pen morreu; ninguém, nas dilatadas terras que foram suas, deu com o labirinto; a confusão do romance sugeriu-me que esse era o labirinto. Duas circunstâncias deram-me a exata solução do problema. Uma: a curiosa lenda de que Ts'ui Pen se propusera um labirinto que fosse– estritamente infinito. Outra: um fragmento de uma carta que descobri.

"Albert levantou-se. Deu-me, por uns instantes, as costas; abriu a gaveta da áurea e enegrecida escrivaninha. Voltou com um papel antes carmesim; agora rosado e tênue e quadriculado. Era justo o renome caligráfico de Ts'ui Pen. Li com incompreensão e fervor estas palavras que com minucioso pincel redigira um homem de meu sangue: "Deixo aos vários futuros (não a todos) meu jardim de veredas que se bifurcam". Devolvi em silêncio a folha. Albert prosseguiu:

" – Antes de exumar esta carta, eu tinha me perguntado de que maneira um livro pode ser infinito. Não conjeturei outro procedimento que o de um volume cíclico, circular. Um volume cuja última página fosse idêntica à primeira, com possibilidade de continuar indefinidamente. Recordei também aquela noite que está no centro das *Mil e Uma Noites*, quando a rainha Scherazade (por uma mágica distração do copista) põe-se a contar textualmente a história das *Mil e Uma Noites*, com risco de chegar outra vez à noite na qual está fazendo o relato, e assim até o infinito. Imaginei também uma obra platônica, hereditária, transmitida de pai a filho, à qual cada novo indivíduo adicionasse um capítulo ou nela corrigisse com piedoso cuidado a página dos ascendentes. Essas conjeturas distraíram-me; mas nenhuma parecia corresponder, ainda que de modo distante, aos contraditórios capítulos de Ts'ui Pen. Nessa perplexidade, remeteram-me de Oxford o manuscrito que o senhor examinou. Detive-me, como é natural, na frase: "Deixo aos vários futuros (não a todos) meu jardim de veredas que se bifurcam". Quase de imediato compreendi; *o jardim de veredas que se bifurcam* era o romance caótico; a frase "vários futuros (não a todos)" sugeriu-me a imagem da bifurcação no tempo, não no espaço. A releitura geral da obra confirmou essa teoria. Em todas as ficções, cada vez que um homem se defronta com diversas alternativas, opta por uma e elimina as outras; na do quase inextricável Ts'ui Pen, opta – simultaneamente – por todas. Cria, assim, diversos futuros, diversos tempos, que também proliferam e se bifurcam. Daí as contradições do romance. Fang, digamos, tem um segredo; um desconhecido chama à sua porta; Fang decide matá-lo. Naturalmente, há vários desenlaces possíveis: Fang pode matar o intruso, o intruso pode matar Fang, ambos podem salvar-se, ambos podem morrer, etc. Na obra de Ts'ui Pen, todos os desfechos ocorrem; cada um é o ponto de partida de outras bifurcações. Às vezes, as veredas desse labirinto convergem: por exemplo, o senhor chega a esta casa, mas num dos passados possíveis o senhor é meu inimigo, em outro meu amigo. Se o senhor se resignar à minha pronúncia incurável, leremos algumas páginas.

"Seu rosto, no vívido círculo da lâmpada, era sem dúvida o de um ancião, mas com algo inquebrantável e ainda imortal. Leu com lenta precisão duas versões de um mesmo capítulo épico. Na primeira, um exército marcha para uma batalha através de uma montanha deserta; o horror das pedras e da sombra o faz menosprezar a vida e consegue facilmente a vitória; na segunda, o mesmo exército atravessa um palácio onde há uma festa; a resplandecente batalha se lhes parece uma continuação da festa e obtêm a vitória. Eu escutava com digna veneração essas velhas ficções, talvez menos admiráveis que o fato de terem sido ideadas pelo meu sangue e que um homem de um império remoto as restituísse a mim, no curso de uma desesperada aventura, numa ilha ocidental.

Lembro-me das palavras finais, repetidas em cada versão como um mandamento secreto: "Assim combateram os heróis, tranqüilo o admirável coração, violenta a espada, resignados a matar e a morrer".

"A partir desse instante, senti a meu redor e na escuridão de meu corpo uma invisível, intangível pululação. Não a pululação dos divergentes, paralelos e finalmente coalescentes exércitos, porém uma agitação mais inacessível, mais íntima e que eles de certo modo prefiguravam. Stephen Albert continuou:

" – Não acredito que seu ilustre antepassado brincasse ociosamente com as variantes. Não julgo verossímil que sacrificasse treze anos à infinita execução de um experimento retórico. Em seu país, o romance é gênero subalterno; naquele tempo era gênero desprezível. Ts'ui Pen foi um romancista genial, mas também foi um homem de letras que sem dúvida não se considerou um simples romancista. O testemunho de seus contemporâneos proclama – e fartamente o confirma sua vida – suas inclinações metafísicas, místicas. A controvérsia filosófica usurpa boa parte de seu romance. Sei que, de todos os problemas, nenhum o inquietou e ocupou como o abismal problema do tempo. Pois bem, esse é o único problema que não figura nas páginas do *Jardim*. Nem sequer emprega a palavra que significa tempo. Como explica o senhor essa voluntária omissão?

"Propus várias soluções: todas, insuficientes. Discutimo-las; por fim, Stephen Albert disse-me:

" – Numa charada cujo tema é o xadrez, qual é a única palavra proibida?

"Refleti um momento e respondi:

" – A palavra xadrez.

" – Exatamente – disse Albert –, *O jardim de veredas que se bifurcam* é uma enorme charada, ou parábola, cujo tema é o tempo; essa causa recôndita proíbe-lhe a menção de seu nome. Omitir sempre uma palavra, recorrer a metáforas ineptas e a perífrases evidentes, é quiçá o modo mais enfático de indicá-la. E o modo tortuoso que preferiu, em cada um dos meandros de seu infatigável romance, o oblíquo Ts'ui Pen. Confrontei centenas de manuscritos, corrigi os erros que a negligência dos copistas introduziu, conjeturei o plano desse caos, restabeleci, acreditei restabelecer, a ordem primordial, traduzi a obra toda: consta-me que não usa uma única vez a palavra tempo. A

explicação é óbvia*: O jardim de veredas que se bifurcam* é uma imagem incompleta, mas não falsa, do universo tal como o concebia Ts'ui Pen. Diferentemente de Newton e de Schopenhauer, seu antepassado não acreditava num tempo uniforme, absoluto. Acreditava em infinitas séries de tempos, numa rede crescente e vertiginosa de tempos divergentes, convergentes e paralelos. Essa trama de tempos que se aproximam, se bifurcam, se cortam ou que secularmente se ignoram, abrange todas as possibilidades. Não existimos na maioria desses tempos; em alguns existe o senhor e não eu; em outros, eu, não o senhor; em outros, os dois. Neste, em que me deparo com favorável acaso, o senhor chegou à minha moradia; em outro, o senhor, ao atravessar o jardim, encontrou-me morto; em outro, digo estas mesmas palavras, mas sou um erro, um fantasma.

" – Em todos – articulei não sem certo tremor – agradeço e venero sua recriação do jardim de Ts'ui Pen.

" – Não em todos – murmurou com um sorriso. – O tempo se bifurca perpetuamente para inumeráveis futuros. Num deles sou seu inimigo.

"Voltei a sentir aquela pululação de que falei. Pareceu-me que o úmido jardim que rodeava a casa estava saturado até o infinito de invisíveis pessoas. Essas pessoas eram Albert e eu, secretos, atarefados e multiformes em outras dimensões de tempo. Alcei os olhos e o tênue pesadelo se dissipou. No amarelo e negro jardim havia um único homem; mas esse homem era forte como uma estátua, mas esse homem avançava pela vereda e era o capitão Richard Madden.

" – O futuro já existe – respondi –, mas eu sou seu amigo. Posso examinar de novo a carta?

"Albert levantou-se. Alto, abriu a gaveta da alta escrivaninha; deu-me por um momento as costas. Eu havia preparado o revólver. Disparei com o máximo cuidado: Albert caiu, sem uma queixa, imediatamente. Juro que sua morte foi instantânea: fulminante.

"O resto é irreal, insignificante. Madden irrompeu, prendeu-me. Fui condenado à forca. Abominavelmente venci: comuniquei a Berlim o secreto nome da cidade que devem atacar. Ontem a bombardearam; li isso nos mesmos jornais em que apresentaram à Inglaterra o enigma de que o sábio sinólogo Stephen Albert morrera assassinado por um desconhecido, Yu Tsun. O Chefe decifrou esse enigma. Sabe que meu problema era indicar (por intermédio do estrépito da guerra) a cidade que se chama Albert e que não achei outro meio a não ser matar uma pessoa com esse nome. Não sabe (ninguém pode saber) minha imensa contrição e cansaço."

ARTIFÍCIOS (1944)

PRÓLOGO

Embora de elaboração menos tosca, os coretos deste livro não diferem dos que formam o anterior. Dois, talvez, permitam uma menção atenta: "*A morte e a bússola*", "*Funes, o memorioso*". O segundo é uma vasta metáfora da insônia. O primeiro, em que pese os nomes alemães ou escandinavos, ocorre em uma Buenos Aires de sonhos: a sinuosa rue de Toulon é o Paseo de Julio; Triste-le-Roy, o hotel onde Herbert Ashe recebeu, e talvez não leu, o décimo primeiro tomo de uma enciclopédia ilusória. Já redigida essa ficção, pensei na conveniência de ampliar o tempo e o espaço que abarca: a vingança poderia ser herdada; os prazos poderiam computar-se em anos, quem sabe em séculos; a primeira letra do Nome poderia ser articulada na Islândia; a segunda, no México; a terceira, no Industão. Acrescentarei que os Hassidim incluíram santos e que o sacrifício de quatro vidas para obter as quatro letras que impuseram o Nome é uma fantasia que me ditou a forma de meu conto?

Pós-escrito de 1956. – Três contos adicionei à série: "*O Sul*", "*A seita da Fênix*", "*O fim*". Com exceção de um personagem – Recabarren – cuja imobilidade e passividade servem de contraste, nada ou quase nada é invenção minha no decurso breve do último; tudo o que há nele está implícito num livro famoso e fui o primeiro a desentranhá-lo ou, pelo menos, a declará-lo. Na alegoria da Fênix impus a mim mesmo o problema de sugerir um fato comum – o Segredo – de modo vacilante e gradual, que resultasse, ao final, inequívoco; não sei até onde a sorte me acompanhou. De "*O Sul*", que é talvez meu melhor conto, basta-me prevenir que é possível lê-lo como direta narrativa de fatos novelescos e também de outra maneira.

Schopenhauer, De Quincey, Stevenson, Mauthner, Shaw, Chesterton, Léon Bloy formam o consenso heterogêneo dos autores que continuamente releio. Na fantasia cristológica intitulada "*Três versões de Judas*", creio perceber o remoto influxo do último.

J. L. B.

Buenos Aires, 29 de agosto de 1944.

FUNES, O MEMORIOSO

Recordo-o (não tenho direito de pronunciar esse verbo sagrado, somente um homem na terra teve direito e esse homem morreu) com uma escura flor-da-paixão na mão, vendo-o como ninguém o viu, embora o avistasse do crepúsculo do dia até o da noite, toda uma vida. Recordo-o, o rosto taciturno e indiático e singularmente *distante*, por trás do cigarro. Recordo (creio) suas mãos afiladas de trançador. Recordo perto dessas mãos um chimarrão, com as armas da Banda Oriental; recordo na janela da casa uma esteira amarela, com uma vaga paisagem lacustre. Recordo claramente sua voz; a voz pausada, ressentida e nasal do antigo homem dos subúrbios, sem os silvos italianos de agora. Mais de três vezes não o vi; a última, em 1887... Parece-me muito feliz o projeto de que todos aqueles que o conheceram sobre ele escrevam; meu testemunho será talvez o mais breve e sem dúvida o mais pobre, mas não o menos imparcial do volume que os senhores editarão. Minha deplorável condição de argentino me impedirá de incorrer no ditirambo – gênero obrigatório no Uruguai, quando o tema é um uruguaio. *Literato*, *cafajeste*, *portenho*; Funes não disse essas injuriosas palavras, mas estou bastante consciente de que eu representava para ele essas desventuras. Pedro Leandro Ipuche escreveu que Funes era precursor dos super-homens, "um Zaratustra xucro e vernáculo"; não discuto isso, contudo não convém esquecer que era também um compadrito de Fray Bentos, com certas incuráveis limitações.

Minha primeira lembrança de Funes é muito perspícua. Vejo-o num entardecer de março ou fevereiro do ano oitenta e quatro. Meu pai, esse ano, levara-me a veranear em Fray Bentos. Voltava eu com meu primo Bernardo Haedo da estância de São Francisco. Voltávamos cantando, a cavalo, e essa não era a única circunstância de minha felicidade. Depois de um dia bochornoso, uma enorme tormenta cor de ardósia escondera o céu. Animava-a o vento do Sul, já enlouqueciam as árvores; eu tinha o temor (a esperança) de que nos surpreendesse num descampado a água elementar. Fizemos uma espécie de corrida com a tormenta. Entramos num beco que se aprofundava entre duas calçadas altíssimas de tijolo. Escurecera, de chofre; ouvi rápidos e quase secretos passos no alto; alcei os olhos e vi um rapaz que corria pela estreita e quebrada calçada como por uma estreita e quebrada parede. Lembro-me da bombacha, das alpargatas, lembro-me do cigarro no duro rosto, contra o nuvarrão já sem limites. Bernardo gritou-lhe imprevisivelmente: "Que horas são, Irineu?" Sem consultar o céu, sem deter-se, o outro respondeu: "Faltam quatro minutos para as oito, jovem Bernardo Juan Francisco". A voz era aguda, zombeteira.

Sou tão distraído que o diálogo que acabo de contar não me teria chamado a atenção se não o houvesse repetido meu primo, a quem estimulavam (acredito) certo orgulho local e o desejo de mostrar-se indiferente à resposta tripartida do outro.

Disse-me que o rapaz do beco era um tal Irineu Funes, mencionado por algumas excentricidades como a de não dar-se com ninguém e a de saber sempre a hora, como um

relógio. Acrescentou que era filho de uma lavadeira do povoado, Maria Clementina Funes, e que alguns diziam que seu pai era um médico da charqueada, um inglês O'Connor, e outros, um domador ou rastreador do distrito de Salto. Vivia com sua mãe, depois da chácara dos Laureies.

Nos anos oitenta e cinco e oitenta e seis, veraneamos na cidade de Montevidéu. Em oitenta e sete retornei a Fray Bentos. Perguntei, como é natural, por todos os conhecidos e, finalmente, pelo "cronométrico Funes". Responderam-me que o derrubara um redomão na estância de São Francisco, e que ficara aleijado, sem esperança. Lembro-me da impressão de incômoda magia que a notícia me produziu: a única vez que o vi, vínhamos a cavalo de São Francisco e ele andava num lugar alto; o fato, na boca de meu primo Bernardo, tinha muito de sonho elaborado com elementos anteriores. Disseram-me que não se movia do catre, postos os olhos na figueira do fundo ou numa teia de aranha. Nos entardeceres, permitia que o levassem à janela. Portava a soberba até o ponto de simular que fora benéfico o golpe que o tinha fulminado... Duas vezes o vi atrás da grade, que relembrava toscamente sua condição de eterno prisioneiro: uma, imóvel, com os olhos fechados; outra, também imóvel, absorto na contemplação de um oloroso galho de santonina.

Não sem alguma vanglória eu iniciara naquele tempo o estudo metódico do latim. Minha mala incluía o *De Viris Illustribus* de Lhomond, o *Thesaurus* de Quicherat, os comentários de Júlio César e um volume ímpar da *Naturalis Historia* de Plínio, que excedia (e continua excedendo) minhas módicas virtudes de latinista. Tudo se propala num povoado pequeno; Irineu, em seu rancho dos arrabaldes, não tardou a inteirar-se da chegada desses livros anômalos. Dirigiu-me uma carta florida e cerimoniosa, na qual recordava nosso encontro, infelizmente fugaz, "do dia sete de fevereiro do ano oitenta e quatro", ponderava os gloriosos serviços que Dom Gregório Haedo, meu tio, falecido nesse mesmo ano, "prestara às duas pátrias na valorosa jornada de Ituzaingó", e solicitava-me o empréstimo de alguns dos volumes, acompanhado de um dicionário "para a boa inteligência do texto original, porque ainda ignoro o latim". Prometia devolvê-los em bom estado, quase imediatamente. A letra era perfeita, muito perfilada; a ortografia, do tipo que Andrés Bello preconizou: i por y, j por g. A princípio, temi naturalmente uma brincadeira. Meus primos asseguraram-me que não, que eram coisas de Irineu. Não soube se atribuir a descaramento, a ignorância ou a estupidez a idéia de que o árduo latim não requeria mais instrumento que um dicionário; para desiludi-lo completamente mandei-lhe o *Gradus ad Parnassum* de Quicherat e a obra de Plínio.

Em catorze de fevereiro telegrafaram-me de Buenos Aires que voltasse imediatamente, porque meu pai não estava "nada bem". Deus me perdoe; o prestígio de ser o destinatário de um telegrama urgente, o desejo de comunicar a toda Fray Bentos a contradição entre a forma negativa da notícia e o peremptório advérbio, a tentação de dramatizar minha dor, fingindo um viril estoicismo, talvez me distraíssem de toda possibilidade de sofrimento. Ao fazer a mala, observei que me faltavam o *Gradus* e o primeiro volume da *Naturalis Historia*. O "*Saturno*" zarpava no dia seguinte, pela manhã; nessa noite, depois de jantar, encaminhei-me à casa de Funes. Surpreendeu-me muito que a noite fosse não menos pesada que o dia.

No asseado rancho, a mãe de Funes me recebeu.

Disse-me que Irineu estava no quarto do fundo e que não estranhasse encontrá-lo às escuras, porque Irineu costumava passar as horas mortas sem acender a vela. Atravessei o pátio de lajota, o pequeno corredor; cheguei ao segundo pátio. Havia uma parreira; a escuridão pôde parecer-me completa. Ouvi de repente a alta e zombeteira voz de Irineu. Essa voz falava em latim; essa voz (que vinha da treva) articulava com moroso deleite um discurso ou prece ou encantação. Ressoaram as sílabas romanas no pátio de terra; meu temor as acreditava indecifráveis, intermináveis; depois, no enorme diálogo dessa noite, soube que formavam o primeiro parágrafo do vigésimo quarto capítulo do livro sétimo da *Naturalis Historia*. A matéria desse capítulo é a memória; as palavras últimas foram *ut nihil non üsdem verbis redderetur auditum.*

Sem a menor mudança de voz, Irineu disse-me que passasse. Estava no catre, fumando. Parece-me que não vi seu rosto até o amanhecer; creio rememorar a faísca momentânea do cigarro. O quarto cheirava vagamente a umidade. Sentei-me; repeti a história do telegrama e da enfermidade de meu pai.

Chego, agora, ao mais difícil ponto de minha narrativa. Esta (bom é que já o saiba o leitor) não tem outro argumento que esse diálogo de há já meio século. Não tentarei reproduzir suas palavras, irrecuperáveis agora. Prefiro resumir com veracidade as muitas coisas que me disse Irineu. O estilo indireto é remoto e fraco; sei que sacrifico a eficácia de meu relato; que meus leitores imaginem os entrecortados períodos que me angustiaram nessa noite.

Irineu começou por enumerar, em latim e espanhol, os casos de memória prodigiosa registrados pela *Naturalis Historia*: Ciro, rei dos persas, que sabia chamar pelo nome todos os soldados de seus exércitos; Mitridates Eupator, que administrava a justiça nos 22 idiomas de seu império; Simônides, inventor da mnemotécnica; Metrodoro, que professava a arte de repetir com fidelidade o escutado uma única vez. Com evidente boa-fé maravilhou-se de que tais casos maravilhassem. Disse-me que antes daquela tarde chuvosa em que o derrubou o azulego ele fora o que são todos os cristãos: um cego, um surdo, um abobado, um desmemoriado. (Tentei lembrar-lhe sua percepção exata do tempo, sua memória de nomes próprios; não me fez caso.) Dezenove anos havia vivido como quem sonha: olhava sem ver, ouvia sem ouvir, esquecia-se de tudo, de quase tudo. Ao cair, perdeu o conhecimento; quando o recobrou, o presente era quase intolerável de tão rico e tão nítido, e também as memórias mais antigas e mais triviais. Pouco depois, constatou que estava aleijado. O fato apenas lhe interessou. Pensou (sentiu) que a imobilidade era um preço mínimo. Agora sua percepção e sua memória eram infalíveis.

Nós, de uma olhadela, percebemos três taças em uma mesa; Funes, todos os rebentos e cachos e frutos que compreende uma parreira. Sabia as formas das nuvens austrais do amanhecer do trinta de abril de mil oitocentos e oitenta e dois e podia compará-las na lembrança aos veios de um livro encadernado em couro que vira somente uma vez e às linhas da espuma que um remo levantou no rio Negro na véspera da batalha do Quebracho. Essas lembranças não eram simples; cada imagem visual estava ligada às sensações musculares, térmicas, etc. Podia reconstruir todos os sonhos, todos os entressonhos. Duas ou três vezes havia reconstruído um dia inteiro; nunca havia duvidado,

cada reconstrução, porém, já tinha requerido um dia inteiro. Disse-me: "Mais recordações tenho eu sozinho que as que tiveram todos os homens desde que o mundo é mundo". E também: "Meus sonhos são como a vigília de vocês". E, igualmente, próximo do amanhecer: "Minha memória, senhor, é como despejadouro de lixos". Uma circunferência num quadro-negro, um triângulo retângulo, um losango são formas que podemos intuir plenamente; o mesmo acontecia a Irineu com as emaranhadas crinas de um potro, com uma ponta de gado numa coxilha, com o fogo mutável e com a inumerável cinza, com os muitos rostos de um morto num longo velório. Não sei quantas estrelas via no céu.

Essas coisas me falou; nem então nem depois as coloquei em dúvida.. Naquele tempo não havia cinemas ou *fonógrafos*; é, não obstante, inverossímil e até inacreditável que ninguém fizesse uma experiência com Funes. O certo é que vivemos postergando todo o postergável; talvez todos saibamos profundamente que somos imortais e que, cedo ou tarde, todo homem realizará todas as coisas e saberá tudo.

A voz de Funes, da escuridão, prosseguia falando.

Disse-me que por volta de 1886 projetara um sistema original de numeração e que em pouquíssimos dias excedera o vinte e quatro mil. Não o tinha escrito, porque o pensado uma única vez já não se lhe podia apagar. Seu primeiro estímulo, acredito, foi o desagrado de que os trinta e três orientais requereram dois signos e três palavras, em vez de uma única palavra e um único signo. Aplicou depois esse disparatado princípio aos demais números. Em lugar de sete mil e treze, dizia (por exemplo) Máximo Pérez; em lugar de sete mil e catorze, A Ferrovia; outros números eram Luis Melián Lafinur, Olimar, enxofre, os bastos, a baleia, o gás, a caldeira, Napoleão, Agustín de Vedia. Em lugar de quinhentos, dizia nove. Cada palavra tinha um sinal particular, uma espécie de marca; as últimas eram muito complicadas... Tentei explicar-lhe que essa rapsódia de vozes inconexas era exatamente o contrário de um sistema de numeração. Disse-lhe que dizer 365 era dizer três centenas, seis dezenas, cinco unidades; análise que não existe nos "números" *O Negro Timóteo ou manta de carne*. Funes não me entendeu ou não quis entender-me.

Locke, no século XVII, postulou (e reprovou) um idioma impossível no qual cada coisa individual, cada pedra, cada pássaro e cada ramo tivesse um nome próprio; Funes projetou certa vez um idioma análogo, mas o rejeitou por parecer-lhe demasiado geral, demasiado ambíguo. De fato, Funes não só recordava cada folha de cada árvore de cada monte, como também cada uma das vezes que a tinha percebido ou imaginado. Resolveu reduzir cada uma de suas jornadas pretéritas a umas setenta mil lembranças, que definiria depois por cifras. Dissuadiram-no duas considerações: a consciência de que a tarefa era interminável, a consciência de que era inútil. Pensou que na hora da morte não teria acabado ainda de classificar todas as recordações da infância.

Os dois projetos que indiquei (um vocabulário infinito para a série natural dos números, um inútil catálogo mental de todas as imagens da lembrança) são insensatos, mas revelam certa balbuciante grandeza. Deixam-nos vislumbrar ou inferir o vertiginoso mundo de Funes. Este, não o esqueçamos, era quase incapaz de idéias gerais, platônicas. Não só lhe custava compreender que o símbolo genérico cão abrangesse tantos indivíduos díspares de diversos tamanhos e diversa forma; aborrecia-o que o cão das três e catorze

(visto de perfil) tivesse o mesmo nome que o cão das três e quarto (visto de frente). Seu próprio rosto no espelho, suas próprias mãos, surpreendiam-no todas as vezes. Menciona Swift que o imperador de Lilliput discernia o movimento do ponteiro dos minutos; Funes discernia continuamente os tranqüilos avanços da corrupção, das cáries, da fadiga. Notava os progressos da morte, da umidade. Era o solitário e lúcido espectador de um mundo multiforme, instantâneo e quase intoleravelmente exato. Babilônia, Londres e Nova York sufocavam com feroz esplendor a imaginação dos homens; ninguém, em suas torres populosas ou em suas avenidas urgentes, sentiu o calor e a pressão de uma realidade tão infatigável como a que dia e noite convergia sobre o infeliz Irineu, em seu pobre arrabalde sul-americano. Era-lhe muito difícil dormir. Dormir é distrair-se do mundo; Funes, de costas no catre, na sombra, imaginava cada fenda e cada moldura das casas certas que o rodeavam. (Repito que a menos importante de suas lembranças era mais minuciosa e mais viva que nossa percepção de um prazer físico ou de um tormento físico.) A leste, num trecho não demarcado, havia casas novas, desconhecidas. Funes as imaginava pretas, compactas, feitas de treva homogênea; nessa direção voltava o rosto para dormir. Também costumava imaginar-se no fundo do rio, embalado e anulado pela corrente.

Tinha aprendido sem esforço o inglês, o francês, o português, o latim. Suspeito, entretanto, que não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No abarrotado mundo de Funes não havia senão pormenores, quase imediatos.

A receosa claridade da madrugada entrou pelo pátio de terra.

Então vi o rosto da voz que toda a noite falara. Irineu tinha dezenove anos; nascera em 1868; pareceu-me monumental como o bronze, mais antigo que o Egito, anterior às profecias e às pirâmides. Pensei que cada uma de minhas palavras (que cada um de meus gestos) perduraria em sua implacável memória; entorpeceu-me o temor de multiplicar gestos inúteis.

Irineu Funes morreu em 1889, de uma congestão pulmonar.

1942

A FORMA DA ESPADA

Cruzava-lhe o rosto uma cicatriz vingativa: um arco cinzento e quase perfeito que de um lado maltratava a têmpora e do outro o pômulo. Seu nome verdadeiro não importa; todos em Tacuarembó chamavam-no o Inglês de La Colorada. O proprietário desses campos, Cardoso, não desejava vendê-los; ouvi que o Inglês recorreu a um imprevisível argumento: confiou-lhe a história secreta da cicatriz. O Inglês vinha da fronteira, do Rio Grande do Sul; não faltou quem dissesse que no Brasil fora contrabandista. Os campos estavam empastados; as aguadas, amargas; o Inglês, para corrigir essas deficiências, trabalhou ao lado de seus peões. Dizem que era severo até a crueldade, mas escrupulosamente justo. Dizem também que era beberrão: algumas vezes ao ano encerrava-se no quarto do terraço e emergia após dois ou três dias, como de uma batalha ou de uma vertigem, pálido, trêmulo, sobressaltado e tão autoritário como antes. Recordo os olhos glaciais, a enérgica magreza, o bigode cinzento. Não se dava com ninguém; é verdade que seu espanhol era rudimentar, abrasileirado. Fora de alguma carta comercial ou de algum folheto, não recebia correspondência.

A última vez que percorri os distritos do Norte, uma enchente do arroio Caraguatá obrigou-me a pernoitar em La Colorada. Em poucos minutos acreditei perceber que minha aparição era inoportuna; tentei congraçar-me com o Inglês; recorri à menos perspicaz das paixões: o patriotismo. Falei que era invencível um país com o espírito da Inglaterra. Meu interlocutor assentiu, acrescentou, porém, com um sorriso que ele não era inglês. Era irlandês, de Dungarvan. Dito isto se deteve, como se houvesse revelado um segredo.

Saímos, depois de comer, a contemplar o céu. Tinha desanuviado, mas, detrás das coxilhas, o Sul, fendido e riscado de relâmpagos, tramava outra tormenta. No desmantelado refeitório, o peão que tinha servido o jantar trouxe uma garrafa de rum. Bebemos demoradamente, em silêncio.

Não sei que horas seriam quando percebi que eu estava bêbado; não sei que inspiração ou que exultação ou que tédio fez-me mencionar a cicatriz. O rosto do Inglês se desfigurou; durante alguns segundos pensei que ia expulsar-me da casa. Por fim, disse-me com sua voz habitual:

– Contar-lhe-ei a história de minha ferida sob uma condição: a de não mitigar nenhum opróbrio, nenhuma circunstância de infâmia.

Assenti. Esta é a história que narrou, alternando o inglês com o espanhol, e ainda com o português:

– Por volta de 1922, numa das cidades de Connaught, eu era um dos muitos que conspiravam pela independência da Irlanda. De meus companheiros, alguns sobrevivem dedicados a tarefas pacíficas; outros, paradoxalmente, batem-se nos mares ou no deserto,

sob as cores inglesas; outro, o que mais valia, morreu no pátio de um quartel, ao amanhecer, fuzilado por homens sonolentos; outros (não os mais infelizes) deram com seu destino nas anônimas e quase secretas batalhas da guerra civil. Éramos republicanos, católicos; éramos, suspeito-o, românticos. A Irlanda não somente significava para nós o futuro utópico e o intolerável presente; era uma amarga e carinhosa mitologia, era as torres circulares e os lodaçais vermelhos, era o repúdio de Parnell e as imensas epopéias que cantam o roubo de touros que em outra encarnação foram heróis e em outras peixes e montanhas... Num entardecer que não esquecerei, chegou-nos um afiliado de Munster: um tal John Vincent Moon.

"Tinha apenas vinte anos. Era ao mesmo tempo magro e flácido; dava a incômoda impressão de ser invertebrado. Percorrera com fervor e vaidade quase todas as páginas de não sei que manual comunista; o materialismo dialético servia-lhe para fechar qualquer discussão. As razões que pode ter um homem para abominar outro ou para estimá-lo são infinitas: Moon reduzia a história universal a um sórdido conflito econômico. Afirmava que a revolução está predestinada a triunfar. Disse-lhe que a um *gentleman* apenas podem interessar causas perdidas... Já era noite; continuamos desentendendo-nos no corredor, nas escadas, depois nas vazias ruas. Os juízos emitidos por Moon me impressionaram menos que seu inapelável tom apodíctico. O novo camarada não discutia: lançava seus ditames com desdém e com certa cólera.

"Quando alcançamos as últimas casas, um repentino tiroteio nos aturdiu. (Antes ou depois, margeamos o sombrio paredão de uma fábrica ou de um quartel.) Internamo-nos numa rua de terra; um soldado, enorme no resplendor, surgiu de uma cabana incendiada. Aos gritos mandou que nos detivéssemos. Apressei o passo; meu camarada não me seguiu. Virei-me: John Vincent Moon estava imóvel, fascinado e como eternizado pelo terror. Então voltei, derrubei de um golpe o soldado, sacudi Vincent Moon, insultei-o e ordenei-lhe que me seguisse. Tive de pegá-lo pelo braço; a paixão do medo o invalidava. Fugimos, entre a noite perfurada de incêndios. Uma descarga de fuzis alcançou-nos; uma bala roçou o ombro direito de Moon; este, enquanto fugíamos entre pinheiros, prorrompeu num débil soluço.

"Naquele outono de 1922, refugiara-me na chácara do general Berkeley. Este (a quem eu nunca havia visto) desempenhava então não sei que cargo administrativo em Bengala; o edifício tinha menos de um século, mas era deteriorado e opaco e se excedia em perplexos corredores e vãs antecâmaras. O museu e a enorme biblioteca usurpavam o andar térreo: livros controversos e incompatíveis que de algum modo são a história do século XIX; cimitarras de Nishapur, em cujos suspensos arcos de círculo pareciam perdurar o vento e a violência da batalha. Entramos (creio recordar) pelos fundos. Moon, trêmula e ressequida a boca, murmurou que os episódios da noite eram interessantes; fiz-lhe um curativo, trouxe-lhe uma xícara de chá; pude comprovar que seu "ferimento" era superficial. De repente, balbuciou com perplexidade:

– Mas você se arriscou em demasia.

"Disse-lhe que não se preocupasse. (O hábito da guerra civil impelira-me a agir como agi; além do que a prisão de um único afiliado podia comprometer nossa causa.)

"No outro dia, Moon havia recuperado o equilíbrio. Aceitou um cigarro e me submeteu a um severo interrogatório sobre os "recursos econômicos de nosso partido revolucionário". Suas perguntas eram muito lúcidas; disse-lhe (com verdade) que a situação era grave. Cerradas descargas de fuzilaria sacudiram o Sul. Disse a Moon que nos esperavam os companheiros. Meu sobretudo e meu revólver estavam em meu quarto; quando voltei, encontrei Moon estendido no sofá, com os olhos fechados. Conjeturou que tinha febre; invocou um doloroso espasmo no ombro.

"Então compreendi que sua covardia era irreparável. Roguei-lhe desajeitadamente que se cuidasse e me despedi. Envergonhava-me esse homem com medo, como se eu fosse o covarde, não Vincent Moon. O que faz um homem é como se o fizessem todos os homens. Por isso não é injusto que uma desobediência num jardim contamine o gênero humano; por isso, não é injusto que a crucifixão de um só judeu baste para salvá-lo. Talvez Schopenhauer tenha razão: eu sou os outros, qualquer homem é todos os homens, Shakespeare é de alguma maneira o miserável John Vincent Moon.

"Nove dias passamos na enorme casa do general. Das agonias e luzes da guerra não direi nada: meu propósito é contar a história desta cicatriz que me ultraja. Esses nove dias, em minha lembrança, formam um único dia, salvo o penúltimo, quando os nossos irromperam num quartel e pudemos vingar exatamente os dezesseis camaradas que foram metralhados em Elphin. Eu escapava da casa pela aurora, na confusão do crepúsculo. Ao anoitecer estava de volta. Meu companheiro aguardava-me no primeiro andar: o ferimento não lhe permitia descer ao térreo. Rememoro-o com algum livro de estratégia na mão: R N. Maude ou Clausewitz. “A arma que prefiro é a artilharia", confessou-me uma noite. Inquiria nossos planos; gostava de censurá-los ou reformá-los. Também costumava denunciar "nossa deplorável base econômica"; profetizava, dogmático e sombrio, o ruinoso fim. "*C’est une affaire flambée*", murmurava. Para mostrar que lhe era indiferente ser um covarde físico, magnificava sua soberba mental. Assim passaram, bem ou mal, nove dias.

"No décimo, a cidade caiu definitivamente em poder dos *Black and Tans*. Altos cavaleiros silenciosos patrulhavam as rotas; havia cinzas e fumaça no vento; numa esquina vi estirado um cadáver, menos tenaz em minha lembrança que um manequim no qual os soldados exercitavam interminavelmente a pontaria, no centro da praça... Eu havia saído quando o amanhecer estava no céu; antes do meio-dia voltei. Moon, na biblioteca, falava com alguém; o tom da voz fez-me compreender que falava pelo telefone. Depois ouvi meu nome; depois que eu regressaria às sete, depois a indicação de que me prendessem quando atravessasse o jardim. Meu razoável amigo estava razoavelmente vendendo-me. Ouvi-o exigir algumas garantias de segurança pessoal.

"Aqui minha história se confunde e se perde. Sei que persegui o delator através de negros corredores de pesadelo e de fundas escadas de vertigem. Moon conhecia a casa muito bem, bastante melhor que eu. Uma ou duas vezes o perdi. Encurralei-o antes que os soldados me detivessem. De uma das panóplias do general arranquei um alfanje; com essa meia-lua de aço rubriquei-lhe na cara, para sempre, uma meia-lua de sangue. Borges: a você que é um desconhecido, fiz-lhe esta confissão. Não me dói tanto seu menosprezo."

Aqui o narrador deteve-se. Notei que lhe tremiam as mãos.

– E Moon? – perguntei-lhe.

– Cobrou os dinheiros de Judas e fugiu para o Brasil. Nessa tarde, na praça, viu fuzilar um manequim por alguns bêbados.

Aguardei em vão a continuação da história. Disse-lhe por fim que prosseguisse.

Então um gemido o atravessou; então me mostrou com débil doçura a curva cicatriz esbranquiçada.

– Você não me acredita? – balbuciou. – Não vê que levo escrita no rosto a marca de minha infâmia? Narrei-lhe a história desta forma para que você a ouvisse até o fim. Denunciei o homem que me amparou: eu sou Vincent Moon. Despreze-me agora.

1942

TEMA DO TRAIDOR E DO HERÓI

So the Platonic Year
Whirls out new right and wrong,
Whirls in the old instead;
All men are dancers and their tread
Goes to the barbarous clangour of a gong.

W. B. YEATS: *The Tower*.

Sob o notório influxo de Chesterton (que narra e adorna elegantes mistérios) e do conselheiro áulico Leibniz (que inventou a harmonia preestabelecida), imaginei este argumento, que escreverei talvez e que já de algum modo me justifica, nas tardes inúteis. Faltam pormenores, retificações, ajustes; há áreas da história que não me foram reveladas ainda; hoje, 3 de janeiro de 1944, assim a vislumbro.

A ação transcorre num país oprimido e tenaz: Polônia, Irlanda, a república de Veneza, algum Estado sul-americano ou balcânico... Ou melhor, transcorreu, pois embora o narrador seja contemporâneo, a história contada por ele ocorreu em meados ou nos princípios do século XIX. Digamos (para comodidade narrativa) Irlanda; digamos 1824. O narrador chama-se Ryan; é bisneto do jovem, do heróico, do belo, do assassinado Fergus Kilpatrick, cujo sepulcro foi misteriosamente violado, cujo nome ilustra os versos de Browning e de Hugo, cuja estátua preside um morro cinzento entre lodaçais vermelhos.

Kilpatrick foi um conspirador, um secreto e glorioso capitão de conspiradores; à semelhança de Moisés que, da terra de Moab, divisou e não pôde pisar a terra prometida, Kilpatrick pereceu na véspera da rebelião vitoriosa que havia premeditado e sonhado. Aproxima-se a data do primeiro centenário de sua morte; as circunstâncias do crime são enigmáticas; Ryan, dedicado à redação de uma biografia do herói, descobre que o enigma ultrapassa o puramente policial. Kilpatrick foi assassinado num teatro; a polícia britânica não descobriu nunca o assassino; os historiadores declaram que esse fracasso não empana seu bom crédito, já que, talvez, o tenha mandado matar a própria polícia. Outras facetas do enigma inquietam Ryan. São de caráter cíclico: parecem repetir ou combinar fatos de remotas regiões, de remotas idades. Assim, ninguém ignora que os esbirros que examinaram o cadáver do herói acharam uma carta fechada que lhe avisava do risco de comparecer ao teatro, nessa noite; também Júlio César, ao se encaminhar ao lugar onde o aguardavam os punhais de seus amigos, recebeu uma carta que não chegou a ler, na qual ia declarada a traição, com os nomes dos traidores. A mulher de César, Calpúrnia, viu em sonhos derrubada uma torre que lhe tinha erigido por decreto o Senado; falsos e anônimos rumores, na véspera da morte de Kilpatrick, divulgaram em todo o país o incêndio da torre circular de Kilgarvan, fato que pôde parecer um presságio, pois ele havia nascido em Kilgarvan. Esses paralelismos (e outros) da história de César e da história de um conspirador irlandês induzem Ryan a supor uma secreta forma do tempo, um desenho de linhas que se repetem. Pensa na história decimal que ideou Condorcet; nas morfologias

que propuseram Hegel, Spengler e Vico; nos homens de Hesíodo, que degeneram do ouro até o ferro. Pensa na transmigração das almas, doutrina que causa horror às letras célticas e que o próprio César atribuiu aos druidas britânicos; pensa que antes de ser Fergus Kilpatrick, Fergus Kilpatrick foi Júlio César. Desses labirintos circulares, salva-o uma curiosa comprovação que depois o abisma em outros labirintos mais inextricáveis e heterogêneos: certas palavras de um mendigo que conversou com Fergus Kilpatrick no dia de sua morte foram prefiguradas por Shakespeare na tragédia de *Macbeth*. Que a história tivesse copiado a história já era suficientemente assombroso; que a história copie a literatura é inconcebível... Ryan averigua que em 1814 James Alexander Nolan, o mais antigo dos companheiros do herói, tinha traduzido ao gaélico os principais dramas de Shakespeare; entre eles, Júlio César. Também descobre nos arquivos um artigo manuscrito de Nolan sobre os *Festspiele* da Suíça; vastas e errantes representações teatrais, que requerem milhares de atores e que reiteram episódios históricos nas mesmas cidades e montanhas onde ocorreram. Outro documento inédito lhe revela que, poucos dias antes do fim, Kilpatrick, presidindo o último conclave, havia firmado a sentença de morte de um traidor, cujo nome foi apagado. Essa sentença não condiz com os piedosos hábitos de Kilpatrick. Ryan investiga o assunto (essa investigação é um dos hiatos do argumento) e consegue decifrar o enigma.

Kilpatrick foi morto num teatro, mas de teatro fez também a inteira cidade, e os atores foram legião, e o drama coroado por sua morte abarcou muitos dias e muitas noites. Eis o que aconteceu:

Em 2 de agosto de 1824, reuniram-se os conspiradores. O país estava maduro para a rebelião; algo, não obstante, falhava sempre: algum traidor havia no conclave. Fergus Kilpatrick havia encomendado a James Nolan a descoberta desse traidor. Nolan executou sua tarefa: anunciou em pleno conclave que o traidor era o próprio Kilpatrick. Demonstrou com provas irrefutáveis a verdade da acusação; os conjurados condenaram à morte seu presidente. Este assinou sua própria sentença, mas implorou que seu castigo não prejudicasse a pátria.

Então Nolan concebeu um estranho projeto. A Irlanda idolatrava Kilpatrick; a mais tênue suspeita de sua vileza teria comprometido a rebelião; Nolan propôs um plano que fez da execução do traidor o instrumento para a emancipação da pátria. Sugeriu que o condenado morresse pelas mãos de um assassino desconhecido, em circunstâncias deliberadamente dramáticas, que se gravassem na imaginação popular e que apressassem a rebelião. Kilpatrick jurou colaborar nesse projeto, que lhe dava ocasião de redimir-se e que sua morte rubricaria.

Nolan, premido pelo tempo, não soube inventar inteiramente as circunstâncias da múltipla execução; teve de plagiar outro dramaturgo, o inimigo inglês William Shakespeare. Repetiu cenas de *Macbeth*, de Júlio César. A pública e secreta representação compreendeu vários dias. O condenado entrou em Dublin, discutiu, agiu, rezou, reprovou, pronunciou palavras patéticas, e cada um desses atos que refletiria a glória fora prefixado por Nolan. Centenas de atores colaboraram com o protagonista; o papel de alguns foi complexo; o de outros, momentâneo. As coisas que disseram e fizeram perduram nos livros históricos, na memória apaixonada da Irlanda. Kilpatrick, arrebatado por esse

minucioso destino que o redimia e que o perdia, mais de uma vez enriqueceu com atos e palavras improvisadas o texto de seu juiz. Assim foi desdobrando-se no tempo o populoso drama, até que em 6 de agosto de 1824, num palco de funerárias cortinas que prefigurava o de Lincoln, um balaço almejado entrou no peito do traidor e do herói, que mal pôde articular, entre duas efusões de repentino sangue, algumas palavras previstas.

Na obra de Nolan, as passagens imitadas de Shakespeare são as *menos* dramáticas; Ryan suspeita que o autor as tenha intercalado para que uma pessoa, no futuro, desse com a verdade. Compreende que ele também participa da trama de Nolan... Ao fim de tenazes cavilações, decide silenciar a descoberta. Publica um livro dedicado à glória do herói; também isso, talvez, estivesse previsto.

A MORTE E A BÚSSOLA

A Mandie Molina Vedia

Dos muitos problemas que exercitaram a temerária perspicácia de Lönnrot, não houve nenhum tão estranho – tão rigorosamente estranho, diremos – como a periódica série de fatos de sangue que culminaram na chácara de Triste-le-Roy, no meio do interminável cheiro dos eucaliptos. É verdade que Erik Lönnrot não conseguiu impedir o último crime, mas é indiscutível que o previu. Também não adivinhou a identidade do infausto assassino de Yarmolinsky, mas sim a secreta morfologia da maldita série e a participação de Red Scharlach, cujo segundo apodo é Scharlach o Dandy Este criminoso (como tantos) havia jurado por sua honra a morte de Lönnrot, mas este nunca se deixou intimidar. Lönnrot julgava-se um puro raciocinador, um Auguste Dupin, mas havia nele algo de aventureiro e até de jogador.

O primeiro crime ocorreu no Hotel du Nord – esse alto prisma que domina o estuário cujas águas têm a cor do deserto. A essa torre (que muito notoriamente reúne a tediosa brancura de um sanatório, a numerada divisibilidade de um cárcere e a aparência geral de uma casa de má nota) chegou no dia três de Dezembro o delegado de Podolsk ao Terceiro Congresso Talmúdico, o professor Marcelo Yarmolinsky, homem de barba e olhos pardos. Nunca saberemos se o Hotel du Nord lhe agradou: aceitou-o com a antiga resignação que lhe tinha permitido tolerar três anos de guerra nos Cárpatos e três mil anos de opressão e de *pogroms*. Deram-lhe um quarto no piso 1, diante da *suite* que não sem esplendor ocupava o Tetrarca da Galileia. Yarmolinsky jantou, adiou para o dia seguinte o exame da desconhecida cidade, arrumou num *placard* os seus muitos livros e as suas pouquíssimas roupas, e, antes da meia-noite apagou a luz. (Assim o declarou o *chauffeur* do Tetrarca, que dormia no quarto contíguo.) No dia quatro, às 11 e 3 minutos a. m., telefonou-lhe um redator da *Yidische Zaitung*; o doutor Yarmolinsky não respondeu; foram dar com ele no quarto, já levemente arroxeada a cara, quase nu sob uma grande capa anacrônica. Jazia não longe da porta que dava para o corredor; uma punhalada profunda tinha-lhe rasgado o peito. Umas horas depois, no mesmo quarto, no meio de jornalistas, fotógrafos e polícias, o comissário Treviranus e Lönnrot debatiam com serenidade o problema.

– Não é preciso procurar nenhum bicho de sete cabeças – disse Treviranus, brandindo um imperioso cigarro. – Todos nós sabemos que o Tetrarca da Galileia possui as melhores safiras do mundo. Alguém, para lhes roubar, deve ter entrado aqui por engano. Yarmolinsky levantou-se, e o ladrão teve de matá-lo. O que acha?

– Possível, mas não interessante – respondeu Lönnrot. – Vai replicar-me que a realidade não tem a mínima obrigação de ser interessante. Eu respondo-lhe que a realidade pode prescindir dessa obrigação, mas não as hipóteses. Na que você improvisou, intervém copiosamente o acaso. Tenho aqui um rabino morto; eu preferiria uma explicação puramente rabínica, não os imaginários percalços de um imaginário ladrão.

Treviranus retorquiu com mau humor:

– Não me interessam as explicações rabínicas; interessa-me a captura do homem que apunhalou este desconhecido.

– Não é assim tão desconhecido – corrigiu Lönnrot. – Estão aqui as suas obras completas. – Indicou no *placard* uma fila de altos volumes: uma *Reabilitação da Cabala*; um *Exame da Filosofia de Robert Flood*; uma tradução literal do *Sepher Yezirah*; uma *Biografia do Baal Shem*; uma *História da Seita dos Hasidim*; uma monografia (em alemão) sobre o Tetragrámaton; outra, sobre a nomenclatura divina do Pentateuco. O comissário olhou-os com temor, quase com repulsa. A seguir, pôs-se a rir.

– Sou um pobre cristão – replicou. – Leve todos esses mamarrachos, se quiser; não tenho tempo a perder com superstições judias.

– Talvez este crime pertença à história das superstições judias – murmurou Lönnrot.

– Como o cristianismo – atreveu-se a completar o redator da *Yidische Zaitung*. Era míope, ateu e muito tímido Ninguém lhe respondeu. Um dos agentes tinha encontrado na pequena máquina de escrever uma folha de papel com esta sentença inconclusa:

A primeira letra do Nome foi articulada.

Lönnrot absteve-se de sorrir. Repentinamente bibliófilo ou hebraísta, determinou que lhe fizessem um pacote com os livros do morto e os levou a seu departamento. Indiferente à investigação policial, dedicou-se a estudá-los. Um livro em oitavo maior revelou-lhe os ensinamentos de Israel Baal Shem Tobh, fundador da seita dos Piedosos, outro, as virtudes e terrores do Tetragramaton, que e o inefável Nome de Deus; outro, a tese de que Deus tem um nome oculto, no qual está compendiado (como na esfera de cristal que os persas atribuem a Alexandre da Macedônia) seu nono atributo, a eternidade – isto é, o conhecimento imediato – de todas as coisas que serão, que são e que foram no universo. A tradição enumera noventa e nove nomes de Deus; os hebraístas atribuem esse imperfeito número ao mágico temor às cifras pares; os Hassidim argumentam que esse hiato assinala um centésimo nome – o Nome Absoluto.

Dessa erudição distraiu-o, dias depois, o aparecimento do redator da *Yidische Zaitung*. Este queria falar do assassinato; Lönnrot preferiu falar dos diversos nomes de Deus; o jornalista declarou em três colunas que o investigador Erik Lönnrot tinha-se dedicado a estudar os nomes de Deus para dar com o nome do assassino. Lönnrot, habituado às simplificações do jornalismo, não se indignou. Um desses vendedores de livros que descobriram que qualquer homem se resigna a comprar qualquer livro publicou uma edição popular da *história da Seita dos Hassidim.*

O segundo crime ocorreu na noite de três de janeiro, no mais desamparado e deserto dos vazios subúrbios ocidentais da capital. Por volta do amanhecer, um dos gendarmes que

vigiam a cavalo essas solidões viu no umbral de uma antiga loja de tintas um homem com poncho, deitado. O duro rosto estava como que mascarado de sangue; uma punhalada profunda rachara-lhe o peito. Na parede, sobre os losangos amarelos e vermelhos, havia algumas palavras em giz. O gendarme soletrou-as... Nessa tarde, Treviranus e Lönnrot dirigiram-se à remota cena do crime. À esquerda e à direita do automóvel, a cidade se desintegrava; crescia o firmamento e diminuíam de importância as casas e aumentava a de um forno de tijolos ou a de um álamo. Chegaram a seu pobre destino: um beco final de taipas rosadas que pareciam refletir de algum modo o desmedido pôr-do-sol. O morto já tinha sido identificado. Era Daniel Simón Azevedo, homem de certa fama nos antigos arrabaldes do Norte, que fora promovido de carreteiro a cabo eleitoral, para degenerar depois em ladrão e até em delator. (O singular estilo de sua morte pareceu-lhes adequado: Azevedo era o último representante de uma geração de bandidos que conhecia o manejo do punhal, mas não do revólver.) As palavras em giz eram as seguintes:

A segunda letra do Nome foi articulada.

O terceiro crime ocorreu na noite de três de fevereiro. Pouco antes da uma hora, o telefone ressoou no escritório do comissário Treviranus. Com ávido sigilo, falou um homem de voz gutural; disse que se chamava Ginzberg (ou Ginsburg) e que estava disposto a comunicar, por uma remuneração razoável, os fatos dos dois sacrifícios de Azevedo e de Yarmolinsky. Uma discórdia de zumbidos e de cornetas abafou a voz do delator. Depois, a comunicação foi cortada. Sem descartar ainda a possibilidade de uma brincadeira (afinal, estavam no carnaval), Treviranus averiguou que lhe haviam telefonado de *Liverpool House*, taberna da rue de Toulon – essa rua salobre, na qual convivem o cosmorama e a leiteria, o bordel e os vendedores de bíblias. Treviranus falou com o patrão. Este (Black Finnegan, velho criminoso irlandês, abatido e quase anulado pela decência) disse-lhe que a última pessoa que tinha utilizado o telefone da casa era um inquilino, um tal Gryphius, que acabava de sair com alguns amigos. Treviranus foi em seguida a *Liverpool House*. O patrão comunicou-lhe o seguinte: há oito dias, Gryphius havia alugado um quarto em cima do bar. Era um homem de feições afiladas, de nebulosa barba cinzenta, trajado pobremente de preto; Finnegan (que destinava esse quarto a um uso que Treviranus adivinhou) pediu-lhe um aluguel sem dúvida excessivo; Gryphius imediatamente pagou a soma estipulada. Quase nunca saía; jantava e almoçava em seu quarto; só o conheciam de vista no bar. Nessa noite, desceu para telefonar no escritório de Finnegan. Um cupê fechado deteve-se diante da taberna. O cocheiro não se moveu do pescante; alguns fregueses lembraram-se de que tinha máscara de urso. Do cupê desceram dois arlequins; eram de reduzida estatura e ninguém deixou de observar que estavam muito bêbados. Entre balidos de cornetas, irromperam no escritório de Finnegan; abraçaram Gryphius, que pareceu reconhecê-los, mas que lhes respondeu com frieza; trocaram algumas palavras em iídiche – ele em voz baixa, gutural, eles com vozes falsas, agudas – e subiram ao quarto do fundo. Em quinze minutos desceram os três, muito felizes; Gryphius, cambaleante, parecia tão bêbado como os outros. Ia, alto e vertiginoso, no meio, entre os arlequins mascarados. (Uma das mulheres do bar recordou os losangos amarelos, vermelhos e verdes.) Duas vezes tropeçou; duas vezes o seguraram os arlequins. Rumo à doca próxima, de água retangular, os três subiram no cupê e desapareceram. Já no estribo do cupê, o último arlequim garatujou uma figura obscena e uma sentença sobre as ardósias do beiral.

Treviranus viu a sentença. Era quase previsível, dizia:

A última das letras do Nome foi articulada.

Examinou, a seguir, o quartinho de Gryphius-Ginzberg. Havia no chão uma brusca estrela de sangue; nos cantos, restos de cigarros de marca húngara; num armário, um livro em latim – o *Philologus Hebraeograecus* (1739) de Leusden – com várias notas manuscritas. Treviranus olhou-o com indignação e mandou procurar Lönnrot. Este, sem tirar o chapéu, pôs-se a ler, enquanto o comissário interrogava as contraditórias testemunhas do possível seqüestro. As quatro saíram. Na sinuosa rue de Toulon, quando pisavam as serpentinas mortas da aurora, Treviranus disse:

– E se a história desta noite fosse um simulacro?

Erik Lönnrot sorriu e leu-lhe com toda gravidade uma passagem (que estava sublinhada) da dissertação trigésima terceira do *Philologus*: "*Dies Judaeorum incipit a soles occasu usque ad soles occasum diei sequentes*". Isto quer dizer – acrescentou – "*O dia hebreu começa ao anoitecer e dura até o anoitecer seguinte*".

O outro esboçou uma ironia.

– Esse dado é o mais valioso que o senhor recolheu esta noite?

– Não. Mais valiosa é uma palavra que disse Ginzberg.

Os jornais da tarde não descuidaram desses desaparecimentos periódicos. *A Cruz da Espada* contrastou-os com a admirável disciplina e a ordem do último Congresso Eremítico; Ernst Palast, em *O Mártir*, reprovou "as demoras intoleráveis de um *pogroan* clandestino e frugal, que necessitou de três meses para liquidar três judeus"; a *Yidische Zaitung* repeliu a hipótese horrorosa de um complô anti-semita, "ainda que muitos espíritos penetrantes não admitam outra solução para o tríplice mistério"; o mais ilustre dos pistoleiros do Sul, Dândi Red Scharlach, jurou que, em seu distrito, nunca seriam cometidos crimes como esses e acusou de culpável negligência o comissário Franz Treviranus.

Este recebeu, na noite de primeiro de março, um imponente envelope lacrado. Abriu-o: o envelope continha uma carta assinada *Baruch* Spinoza e um minucioso mapa da cidade, arrancado evidentemente de um guia Baedeker. A carta profetizava que o dia três de março não teria um quarto crime, pois a loja de tintas do Oeste, a taberna da rue de Toulon e o Hotel du Nord eram "os vértices perfeitos de um triângulo eqüilátero e místico"; o mapa demonstrava em tinta vermelha a regularidade desse triângulo. Treviranus leu com resignação esse argumento *more geometrico* e enviou a carta e o mapa à casa de Lönnrot – indiscutível merecedor de tais loucuras.

Erik Lönnrot estudou-as. Os três lugares, de fato, eram eqüidistantes. Simetria no tempo (3 de dezembro, 3 de janeiro, 3 de fevereiro); simetria no espaço, também... Sentiu, de repente, que estava por decifrar o mistério. Um compasso e uma bússola completaram

essa repentina intuição. Sorriu, pronunciou a palavra Tetragrámaton (de aquisição recente) e telefonou ao comissário. Disse-lhe:

– Obrigado por esse triângulo eqüilátero que o senhor, à noite passada, me remeteu. Permitiu-me resolver o problema. Amanhã, sexta-feira, os criminosos estarão na prisão; podemos ficar muito tranqüilos.

– Então, não planejam um quarto crime?

– Exatamente porque planejam um quarto crime, podemos ficar muito tranqüilos. – Lönnrot colocou o fone no gancho. Uma hora depois, viajava num trem das *Ferrocarriles Australes*, rumo à chácara abandonada de Triste-le-Roy. Ao sul da cidade de meu conto, flui um turvo riacho de águas barrentas, infestado de curtumes e de imundície. Do outro lado, há um subúrbio fabril onde, sob a proteção de um chefe barcelonês, medram os pistoleiros. Lönnrot sorriu ao pensar que o mais afamado – Red Scharlach – teria oferecido qualquer coisa para saber dessa clandestina visita. Azevedo foi companheiro de Scharlach; Lönnrot considerou a remota possibilidade de que a quarta vítima fosse Scharlach. Depois a descartou... Virtualmente, havia decifrado o problema; as simples circunstâncias, a realidade (nomes, prisões, rostos, trâmites judiciais e carcerários), apenas agora lhe interessavam. Desejava passear, desejava descansar de três meses de sedentária investigação. Refletiu que a explicação dos crimes estava num triângulo anônimo e numa poeirenta palavra grega. O mistério quase lhe pareceu cristalino; envergonhou-se de ter-lhe dedicado cem dias.

O trem parou numa silenciosa estação de cargas. Lönnrot desceu. Era uma dessas tardes desertas que parecem amanheceres. O ar da turva planície era úmido e frio. Lönnrot pôs-se a andar pelo campo. Viu cães, viu um vagão num trilho morto, viu o horizonte, viu um cavalo prateado que bebia a água crapulosa de um charco. Escurecia quando viu o mirante retangular da chácara de Triste-le-Roy, quase tão alto como os negros eucaliptos que o rodeavam. Pensou que somente um amanhecer e um ocaso (um velho resplendor no oriente e outro no ocidente) separavam-no da hora desejada por aqueles que procuravam o Nome.

Uma enferrujada grade definia o perímetro irregular da chácara. O portão principal estava fechado. Lönnrot, sem muita esperança de entrar, fez toda a volta. De novo diante do portão infranqueável, meteu a mão entre os barrotes, quase maquinalmente, e deparou com o ferrolho. O ranger do ferro o surpreendeu. Com passividade laboriosa, o portão inteiro cedeu.

Lönnrot avançou entre os eucaliptos, pisando confundidas gerações de rotas folhas rígidas. Vista de perto, a casa da chácara de Triste-le-Roy possuía muitas inúteis simetrias e repetições maníacas: a uma Diana glacial em nicho lôbrego correspondia em outro segundo nicho outra Diana; uma sacada refletia-se em outra sacada; duplas escalinatas abriam-se em dupla balaustrada. Um Hermes de duas caras projetava uma sombra monstruosa. Lönnrot rodeou a casa como rodeara a chácara. Tudo examinou; sob o nível do terraço viu uma estreita persiana.

Empurrou-a: uns poucos degraus de mármore desciam a um porão. Lönnrot, que já intuía as preferências do arquiteto, adivinhou que no oposto muro ao porão havia outros degraus. Encontrou-os, subiu, alçou as mãos e abriu o alçapão de saída.

Um resplendor guiou-o a uma janela. Abriu-a: uma lua amarela e circular definia no triste jardim duas fontes obstruídas. Lönnrot explorou a casa. Por ante-salas e galerias saiu a pátios iguais e repetidas vezes ao mesmo pátio. Subiu por escadas poeirentas a antecâmaras circulares; infinitamente multiplicou-se em espelhos opostos; cansou-se de abrir ou entreabrir janelas que lhe revelavam, fora, o mesmo desolado jardim de várias alturas e vários ângulos; dentro, móveis com capas amarelas e lustres embalados em tarlatana. Um aposento o deteve; nesse aposento, uma única flor num copo de porcelana; ao primeiro toque, as pétalas antigas desprenderam-se. No segundo andar, no último, a casa pareceu-lhe infinita e crescente. "A casa não é tão grande", pensou. "Aumentam-na a penumbra, a simetria, os espelhos, os muitos anos, meu desconhecimento, a solidão."

Por uma escada espiral chegou ao mirante. A lua dessa tarde atravessava os losangos das janelas; eram amarelos, vermelhos e verdes. Deteve-o uma lembrança assombrada e vertiginosa.

Dois homens de pequena estatura, ferozes e fornidos, arremessaram-se sobre ele e o desarmaram; outro, muito alto, saudou-o com gravidade e disse-lhe:

– Você é muito amável. Economizou-nos uma noite e um dia.

Era Red Scharlach. Os homens manietaram Lönnrot. Este, por fim, recuperou a voz.

– Scharlach, você procura o Nome Secreto?

Scharlach continuava de pé, indiferente. Não havia participado da breve luta, apenas estendeu a mão para receber o revólver de Lönnrot. Falou; Lönnrot ouviu em sua voz uma fatigada vitória, um ódio do tamanho do universo, uma tristeza não menor que aquele ódio.

– Não – disse Scharlach. – Procuro algo mais efêmero e detestável, procuro Erik Lönnrot. Faz três anos, numa tavolagem da rue de Toulon, você mesmo prendeu e mandou encarcerar meu irmão. Num cupê, meus homens tiraram-me do tiroteio com uma bala policial no ventre. Nove dias e nove noites agonizei nesta desolada chácara simétrica; arrasava-me a febre, o odioso Jano bifronte, que olha os poentes e as auroras, causava horror a meu sonho e a minha vigília. Cheguei a abominar meu corpo, cheguei a sentir que dois olhos, duas mãos, dois pulmões são tão monstruosos como duas caras. Um irlandês tentou converter-me à fé de Jesus; repetia a sentença dos *goim*: Todos os caminhos levam a Roma. De noite, meu delírio nutria-se dessa metáfora: eu sentia que o mundo é um labirinto, do qual era impossível fugir, pois todos os caminhos, ainda que fingissem ir ao norte ou ao sul, iam realmente a Roma, que era também o cárcere quadrangular onde agonizava meu irmão e a chácara de Triste-le-Roy. Nessas noites jurei pelo deus que vê com duas caras e por todos os deuses da febre e dos espelhos tecer um labirinto em torno do homem que tinha aprisionado meu irmão. Tramei-o e é firme: os materiais são um

heresiólogo morto, uma bússola, uma seita do século XVIII, uma palavra grega, um punhal, os losangos de uma loja de tintas.

O primeiro termo da série foi-me dado pelo acaso. Eu tramara com alguns colegas – entre eles, Daniel Azevedo – o roubo das safiras do Tetrarca. Azevedo traiu-nos: embriagou-se com o dinheiro que lhe adiantáramos e tomou a iniciativa um dia antes. No enorme hotel se perdeu; por volta das duas da manhã irrompeu no quarto de Yarmolinsky. Este, acossado pela insônia, pusera-se a escrever. De forma verossímil, redigia algumas notas ou um artigo sobre o Nome de Deus; escrevera já as palavras A primeira letra do Nome foi articulada. Azevedo exigiu-lhe silêncio; Yarmolinsky estendeu a mão para a campainha que despertaria toda a vigilância do hotel; Azevedo deu-lhe uma única punhalada no peito. Foi quase um movimento reflexo; meio século de violência ensinara-lhe que o mais fácil e seguro é matar... Dez dias após, soube eu, pela *Yidische Zaitung*, que você procurava nos escritos de Yarmolinsky a chave da morte de Yarmolinsky. Li a História da Seita dos Hassidim; soube que o medo reverente de pronunciar o Nome de Deus originara a doutrina de que esse Nome é todo-poderoso e recôndito. Soube que alguns Hassidim, à procura desse Nome secreto, chegaram a cometer sacrifícios humanos... Compreendi que você conjeturava que os Hassidim tinham sacrificado o rabino; dediquei-me a justificar essa conjetura.

Marcelo Yarmolinsky morreu na noite de três de dezembro; para o segundo "sacrifício" escolhi a de três de janeiro. Morreu no Norte; para o segundo "sacrifício" convinha-nos um lugar do Oeste. Daniel Azevedo foi a vítima necessária. Merecia a morte: era um impulsivo, um traidor; sua captura podia aniquilar todo o plano. Um dos nossos apunhalou-o; para vincular seu cadáver ao anterior, escrevi em cima dos losangos da loja de tintas *A segunda letra do Nome foi articulada*.

O terceiro "crime" aconteceu em três de fevereiro. Foi, como Treviranus adivinhou, um mero simulacro. Gryphius-Ginzberg-Ginsburg sou eu; uma semana interminável suportei (suplementado por uma rala barba postiça) esse perverso cubículo da rue de Toulon, até que os amigos me seqüestraram. Do estribo do cupê, um deles escreveu num pilar A última das letras do Nome foi articulada. Essa escrita divulgou que a série de crimes era *tríplice*. Assim o entendeu o público; eu, não obstante, intercalei repetidos indícios para que você, o raciocinados Erik Lönnrot, compreendesse que é quádrupla. Um prodígio no Norte, outros no Leste e no Oeste, reclamam um quarto prodígio no Sul; o Tetragrámaton – o Nome de Deus, JHVH – consta de quatro letras; os arlequins e a amostra do dono da loja de tintas sugerem *quatro termos*. Sublinhei certa passagem no manual de Leusden; essa passagem manifesta que os hebreus calculavam o dia de ocaso a ocaso; essa passagem dá a entender que as mortes ocorreram no *quarto dia* de cada mês. Remeti o triângulo eqüilátero a Treviranus. Pressenti que você acrescentaria o ponto que falta. O ponto que determina um losango perfeito, o ponto que prefixa o lugar onde uma exata morte o espera. Tudo premeditei, Erik Lönnrot, para atraí-lo às solidões de Triste-le-Roy.

Lönnrot evitou os olhos de Scharlach. Contemplou as árvores e o céu subdivididos em losangos turvamente amarelos, verdes e vermelhos. Sentiu um pouco de frio e uma tristeza impessoal, quase anônima. Já era noite; do poeirento jardim subiu o grito inútil de

um pássaro. Lönnrot considerou pela última vez o problema das mortes simétricas e periódicas.

– Em seu labirinto sobram três linhas a mais – disse por fim. – Eu sei de um labirinto grego que é uma linha única, reta. Nessa linha perderam-se tantos filósofos que bem pode perder-se um mero detetive. Scharlach, quando em outro avatar você me der caça, finja (ou cometa) um crime em A, depois um segundo crime em B, a 8 quilômetros de A, depois um terceiro crime em C, a 4 quilômetros de A e de B, no meio do caminho entre os dois. Aguarde-me depois em D, a 2 quilômetros de A e de C, de novo no meio do caminho. Mate-me em D, como agora vai matar-me em Triste-le-Roy.

– Para a outra vez que o matar – replicou Scharlach – prometo-lhe esse labirinto, que se compõe de uma única linha reta e que é invisível, incessante.

Retrocedeu alguns passos. Depois, muito cuidadosamente, fez fogo.

1942

O MILAGRE SECRETO

E Deus o fez morrer durante cem anos e depois o animou e lhe disse:
– Quanto tempo estiveste aqui?
– Um dia ou parte de um dia, respondeu.
Alcorão, 11, 261.

Na noite de catorze de março de 1939, num apartamento da *Zeltnergasse* de Praga, Jaromir Hladik, autor da inconclusa tragédia Os Inimigos, de uma Vindicação da Eternidade e de uma interpretação das indiretas fontes judaicas de Jakob Boehme, sonhou com um extenso xadrez. Não o disputavam dois indivíduos, senão duas famílias ilustres; a partida fora entabulada faz muitos séculos; ninguém era capaz de nomear o esquecido prêmio, mas se murmurava que era enorme e quem sabe infinito; as peças e o tabuleiro estavam em uma torre secreta; Jaromir (no sonho) era o primogênito de uma das famílias hostis; nos relógios ressoava a hora da impostergável jogada; o sonhador corria pelas areias de um deserto chuvoso e não conseguia recordar as figuras nem as leis do xadrez. Nesse momento, despertou. Cessaram os estrondos da chuva e dos terríveis relógios. Um ruído compassado e unânime, cortado por algumas vozes de comando, subia da *Zeltnergasse*. Era o amanhecer; as blindadas vanguardas do Terceiro Reich entravam em Praga.

No dia dezenove, as autoridades receberam uma denúncia; no mesmo dia dezenove, ao entardecer, Jaromir Hladik foi detido. Conduziram-no a um quartel asséptico e branco, na margem oposta do Moldava. Não pôde desfazer uma só das acusações da Gestapo: seu sobrenome materno era Jaroslavski, seu sangue era judeu, seu estudo sobre Boehme era judaizante, sua assinatura delatava o censo final de um protesto contra o Anschluss. Em 1928, traduzira o *Sepher Yezirah* para a editora Hermann Barsdorf; o efusivo catálogo dessa editora havia exagerado comercialmente o renome do tradutor; esse catálogo foi folheado por Julius Rothe, um dos chefes em cujas mãos estava o destino de Hladik. Não existe homem que, fora de sua especialidade, não seja crédulo; dois ou três adjetivos em letra gótica bastaram para que Julius Rothe admitisse a proeminência de Hladik e dispusesse que o condenassem à morte, *pour encourager les autres*. Fixou-se o dia vinte e nove de março, às nove a.m. Essa demora (cuja importância considerará depois o leitor) devia-se ao desejo administrativo de agir impessoal e pausadamente, como os vegetais e os planetas.

O primeiro sentimento de Hladik foi de simples terror. Pensou que não o teriam amedrontado a forca, a decapitação ou a degola, mas que morrer fuzilado era intolerável. Em vão repetiu a si mesmo que o ato puro e geral de morrer era o temível, não as circunstâncias concretas. Não se cansava de imaginar essas circunstâncias: tentava esgotar absurdamente todas as variantes. Antecipava infinitamente o processo, do insone amanhecer até o misterioso disparo. Antes do dia prefixado por Julius Rothe, morreu centenas de mortes, em pátios cujas formas e cujos ângulos esgotavam a geometria,

metralhado por soldados variáveis, em número mutável, que às vezes o fuzilavam de longe; outras, de muito perto. Enfrentava com verdadeiro temor (talvez com verdadeira coragem) essas execuções imaginárias; cada simulacro durava uns poucos segundos; fechado o círculo, Jaromir voltava interminavelmente às trêmulas vésperas de sua morte. Depois refletiu que a realidade não costuma coincidir com as previsões; com lógica perversa inferiu que prever um detalhe circunstancial é impedir que este suceda. Fiel a essa débil magia, inventava, *para que não acontecessem*, ações atrozes; naturalmente, acabou por temer que essas ações fossem proféticas. Mísero na noite, tentava afirmar-se de algum modo na substância fugidia do tempo. Sabia que este se precipitava para o amanhecer do dia vinte e nove; raciocinava em voz alta: "Agora estou na noite do dia vinte e dois; enquanto dure esta noite (e seis noites mais) sou invulnerável, imortal". Pensava que as noites de sonho eram piscinas fundas e escuras nas quais podia submergir. Às vezes, desejava com impaciência o definitivo disparo, que o redimiria, mal ou bem, de sua vã tarefa de imaginar. No dia vinte e oito, quando* o último poente reverberava nas altas barras de ferro, desviou-o dessas considerações abjetas a imagem de seu drama *Os Inimigos*.

Hladik tinha ultrapassado os quarenta anos. Fora de algumas amizades e de muitos hábitos, o problemático exercício da literatura constituía sua vida; como todo escritor, media as virtudes dos outros pelo realizado por eles e pedia que os outros o medissem pelo que vislumbrava ou planejava. Todos os livros que fizera imprimir infundiam-lhe um complexo arrependimento. Em suas análises da obra de Boehme, de Abenesra e de Flood, interviera especialmente a simples aplicação; em sua tradução do *Sepher Yezirah*, a negligência, o cansaço e a conjetura. Julgava menos deficiente, talvez, a *Vindicação da Eternidade*: o primeiro volume historia as diversas eternidades que os homens idearam, do imóvel Ser de Parmênides até o passado modificável de Hinton; o segundo nega (com Francis Bradley) que todos os fatos do universo integram uma série temporal. Deduz que não é infinita a cifra das possíveis experiências do homem e que basta uma única "repetição" para demonstrar que o tempo é uma falácia... Infelizmente, não são menos falazes os argumentos que demonstram essa falácia; Hladik costumava percorrê-los com certa desdenhosa perplexidade. Também escrevera uma série de poemas expressionistas; estes, para confusão do poeta, figuraram em uma antologia de 1924 e não houve antologia posterior que não os herdasse. De todo esse passado equívoco e lânguido queria redimir-se Hladik com o drama em verso *Os Inimigos*. (Hladik preconizava o verso, porque impede que os espectadores esqueçam a irrealidade, que é condição da arte.)

Esse drama respeitava as unidades de tempo, de lugar e de ação; transcorria em Hradcany, na biblioteca do barão de Roemerstadt, numa das últimas tardes do século XIX. Na primeira cena do primeiro ato, um desconhecido visita Roemerstadt. (Um relógio bate as sete, uma veemência de último sol exalta as vidraças, o ar traz uma apaixonada e reconhecível música húngara.) A esta visita seguem outras. Roemerstadt não conhece as pessoas que o importunam, mas tem a incômoda impressão de já tê-las visto, talvez num sonho. Todos o adulam exageradamente, mas é evidente - primeiro para os espectadores do drama, depois para o próprio barão – que são inimigos secretos, conjurados para eliminá-lo. Roemerstadt consegue deter ou frustrar suas complexas intrigas; no diálogo, aludem a sua noiva, Júlia de Weidenau, e a um tal Jaroslav Kubin, que certa vez a importunou com seu amor. Este, agora, enlouqueceu e acredita ser Roemerstadt... Os

perigos aumentavam; Roemerstadt, no fim do segundo ato, vê-se na obrigação de matar um conspirador. Começa o terceiro ato, o último. Crescem gradualmente as incoerências: voltam atores que pareciam descartados já da trama; torna, por um instante, o homem morto por Roemerstadt. Alguém faz notar que não entardeceu: o relógio bate as sete, nas altas vidraças reverbera o sol ocidental, o ar traz uma apaixonada música húngara. Aparece o primeiro interlocutor e repete as palavras que pronunciou na primeira cena do primeiro ato. Roemerstadt fala-lhe sem surpresa; o espectador compreende que Roemerstadt é o miserável Jaroslav Kubin. O drama não aconteceu: é o delírio circular que interminavelmente vive e revive Kubin.

Nunca se perguntou Hladik se essa tragicomédia de erros era frívola ou admirável, rigorosa ou casual. No argumento que esbocei, intuía a invenção mais apta para dissimular seus defeitos e para exercitar suas felicidades, a possibilidade de resgatar (de maneira simbólica) o fundamental de sua vida. Terminara já o primeiro ato e uma que outra cena do terceiro; o caráter métrico da obra permitia-lhe examiná-la continuamente, retificando os hexâmetros, sem o manuscrito à vista. Pensou que ainda lhe faltavam dois atos e que em breve ia morrer. Falou com Deus na escuridão. "Se de algum modo existo, se não sou uma de tuas repetições e erratas, existo como autor de *Os Inimigos*. Para levar a termo esse drama, que pode justificar-me e justificar-te, requeiro mais um ano. Outorga-me esses dias, Tu de Quem são os séculos e o tempo." Era a última noite, a mais atroz, mas dez minutos depois o sono o inundou como água escura.

Perto do amanhecer, sonhou que se ocultara numa das naves da biblioteca do *Clementinum*. Um bibliotecário de óculos pretos perguntou-lhe: "Que procura?" Hladik respondeu-lhe: "Procuro Deus". O bibliotecário disse-lhe: "Deus está em uma das letras de uma das páginas de um dos quatrocentos mil tomos do *Clementinum*. Meus pais e os pais de meus pais procuraram essa letra; eu me tornei cego procurando-a". Tirou os óculos e Hladik viu os olhos, que estavam mortos. Um leitor entrou para devolver um atlas. "Este atlas é inútil", disse, e deu-o a Hladik. Este o abriu ao acaso. Viu um mapa da índia, vertiginoso. Bruscamente seguro, tocou uma das mínimas letras. Uma voz ubíqua disse-lhe: "O tempo de teu trabalho foi outorgado". Aqui Hladik despertou.

Recordou que os sonhos dos homens pertencem a Deus e que Maimônides escreveu que são divinas as palavras de um sonho, quando são distintas e claras e não se pode ver quem as disse. Vestiu-se; dois soldados entraram na cela e ordenaram-lhe que os acompanhasse.

Do outro lado da porta, Hladik havia previsto um labirinto de galerias, escadas e pavilhões. A realidade foi menos rica: desceram a um pátio interno por uma só escada de ferro. Vários soldados – um que outro de uniforme desabotoado – revisavam uma motocicleta e sobre ela discutiam. O sargento olhou o relógio: eram oito horas e quarenta e quatro minutos. Tinha que esperar que dessem as nove. Hladik, mais insignificante que infeliz, sentou-se num montão de lenha. Percebeu que os olhos dos soldados esquivavam-se dos seus. Para aliviar a espera, o sargento entregou-lhe um cigarro. Hladik não fumava; aceitou-o por cortesia ou por humildade. Ao acendê-lo, viu que lhe tremiam as mãos. O dia nublou-se; os soldados falavam em voz baixa como se ele já estivesse morto. Em vão, tentou recordar a mulher cujo símbolo era Júlia de Weidenau...

O pelotão formou-se, perfilou-se. Hladik, de pé contra a parede do quartel, esperou o disparo. Alguém temeu que a parede ficasse manchada de sangue; então ordenaram ao réu que avançasse alguns passos. Hladik, absurdamente, recordou as vacilações preliminares dos fotógrafos. Uma pesada gota de chuva roçou uma das têmporas de Hladik e deslizou lentamente por sua face; o sargento vociferou a ordem final.

O universo físico se deteve.

As armas convergiam sobre Hladik, mas os homens que iam matá-lo estavam imóveis. O braço do sargento eternizava um gesto inconcluso. Numa laje do pátio uma abelha projetava uma sombra fixa. O vento havia cessado, como num quadro. Hladik ensaiou um grito, uma sílaba, o movimento da mão. Compreendeu que estava paralisado. Não lhe chegava nem o mais tênue rumor do impedido mundo. Pensou "estou no inferno, estou morto". Pensou "estou louco". Pensou o "tempo se deteve". Depois refletiu que em tal caso também se detivera seu pensamento. Quis pô-lo à prova: repetiu (sem mover os lábios) a misteriosa quarta écloga de Virgílio. Imaginou que os já remotos soldados compartilhavam de sua angústia; desejou comunicar-se com eles. Surpreendeu-lhe não sentir nenhuma fadiga, nem sequer a vertigem de sua demorada imobilidade. Dormiu, ao cabo de um prazo indeterminado. Ao despertar, o mundo continuava imóvel e surdo. Em sua face perdurava a gota de água; no pátio, a sombra da abelha; a fumaça do cigarro que havia jogado não acabava nunca de dispersar-se. Outro "dia" passou, antes que Hladik compreendesse.

Um ano inteiro solicitara a Deus para terminar seu trabalho: um ano lhe outorgava sua onipotência. Deus laborava para ele um milagre secreto: matá-lo-ia o chumbo alemão, na hora determinada, mas em sua mente um ano transcorria entre a ordem e a execução da ordem. Da perplexidade passou ao estupor, do estupor à resignação, da resignação à súbita gratidão.

Não dispunha de outro documento senão da memória; a aprendizagem de cada hexâmetro que adicionava impôs-lhe um afortunado rigor que não suspeitam os que aventuram e esquecem parágrafos interinos e vagos. Não trabalhou para a posteridade, nem ainda para Deus, de cujas preferências literárias pouco sabia. Minucioso, imóvel, secreto, urdiu no tempo seu alto labirinto invisível. Refez o terceiro ato duas vezes. Eliminou algum símbolo demasiado evidente: as repetidas badaladas, a música. Nenhuma circunstância o importunava. Omitiu, abreviou, amplificou; em certos casos, optou pela versão primitiva. Chegou a querer o pátio, o quartel; um dos rostos diante dele modificou sua concepção do caráter de Roemerstadt. Descobriu que as árduas cacofonias que tanto alarmaram Flaubert são meras superstições visuais: debilidades e moléstias da palavra escrita, não da palavra sonora... Pôs fim a seu drama: não lhe faltava já resolver senão um único epíteto. Encontrou-o; a gota de água resvalou em sua face. Iniciou um grito enlouquecido, moveu o rosto, o quádruplo disparo o derrubou.

Jaromir Hladik morreu a vinte e nove de março, às nove horas e dois minutos da manhã.

TRES VERSÕES DE JUDAS

There seemed a certainty in degradation.

T. E. LAWRENCE : *Seven Pillars of Wisdom. CIII.*

Na Ásia Menor ou em Alexandria, no segundo século de nossa fé, quando Basilides publicava que o cosmos era uma temerária ou perversa improvisação de anjos deficientes, Nils Runeberg dirigira, com singular paixão intelectual, um dos conventículos gnósticos. Dante lhe teria destinado, talvez, um sepulcro de fogo; seu nome aumentaria os catálogos de heresiarcas menores, entre Satornilo e Carpócrates; algum fragmento de suas prédicas, adornado de injúrias, perduraria no apócrifo *Liber Adversus omnes Haereses* ou teria perecido quando o incêndio de uma biblioteca monástica devorou o último exemplar do *Syntagma*. Em troca, Deus lhe ofereceu o século XX e a cidade universitária de Lund. Aí, em 19O4, publicou a primeira edição de *Kristus och Judas*; aí, em 19O9, seu livro capital *Den Hemlige Frälsaren*. (Do último existe versão alemã, realizada em 1912 por Emil Schering; chama-se *Der Heimliche Heiland*.)

Antes de tentar uma análise dos precitados trabalhos, urge repetir que Nils Runeberg, membro da União Evangélica Nacional, era profundamente religioso. Num cenáculo de Paris ou ainda de Buenos Aires, um literato poderia muito bem redescobrir as teses de Runeberg; essas teses, propostas num cenáculo, serão rápidos exercícios inúteis da negligência ou da blasfêmia. Para Runeberg, foram a chave que decifra um mistério central da teologia; foram matéria de meditação e de análise, de controvérsia histórica e filológica, de soberba, de júbilo e de terror. justificaram e desbarataram sua vida. Aqueles que recorrem a este artigo devem igualmente considerar que não registra senão as conclusões de Runeberg, não sua dialética e suas provas. Alguém observará que a conclusão precedeu sem dúvida às "provas". Quem se resigna a procurar provas de algo em que não acredita ou cuja prédica não lhe importa?

A primeira edição de *Kristus och* judas leva esta categórica epígrafe, cujo sentido, anos depois, monstruosamente dilataria o próprio Nils Runeberg: "Não uma coisa, todas as coisas que a tradição atribui a Judas Iscariotes são falsas" (De Quincey, 1857). Precedido por algum alemão, De Quincey especulou que Judas entregou Jesus Cristo para forçá-lo a declarar sua divindade e a deflagrar uma vasta rebelião contra o jugo de Roma; Runeberg sugere uma vindicação de índole metafísica. Habilmente, começa por destacar a superficialidade do ato de judas. Observa (como Robertson) que para identificar um mestre que predicava diariamente na sinagoga e que operava milagres diante do concurso de milhares de homens, não se requer a traição de um apóstolo. Isso, não obstante, ocorreu. Supor um erro na Escritura é intolerável; não menos intolerável é admitir um fato casual no mais precioso acontecimento da história do mundo. Ergo, a traição de Judas não foi casual; foi um fato predeterminado que tem seu lugar misterioso na economia da redenção. Prossegue Runeberg: O Verbo, quando foi feito carne, passou da ubiqüidade ao espaço, da eternidade à história, da felicidade sem limites à mutação e à morte; para

corresponder a tal sacrifício, era necessário que um homem, em representação de todos os homens, fizesse um sacrifício condigno. Judas Iscariotes foi esse homem. Judas, único entre os apóstolos, intuiu a secreta divindade e o terrível propósito de Jesus. O Verbo rebaixara-se a mortal; Judas, discípulo do Verbo, podia rebaixar-se a delator (o pior delito que a infâmia suporta) e a ser hóspede do fogo que não se apaga. A ordem inferior é um espelho da ordem superior; as formas da terra correspondem às formas do céu; as manchas da pele são um mapa das incorruptíveis constelações; Judas reflete, de algum modo, Jesus. Daí os trinta dinheiros e o beijo; daí a morte voluntária, para merecer ainda mais a Reprovação. Assim elucidou Nils Runeberg o enigma de Judas.

Os teólogos de todos os credos o refutaram. Lars Peter Engström acusou-o de ignorar, ou de preterir, a união hipostática; Axel Borelius, de renovar a heresia dos docetas que negaram a humanidade de Jesus; o robusto bispo de Lund, de contradizer o terceiro versículo do capítulo vinte e dois do evangelho de São Lucas.

Estes variados anátemas influíram em Runeberg, que parcialmente reescreveu o reprovado livro e modificou sua doutrina. Abandonou a seus adversários o terreno teológico e propôs oblíquas razões de ordem moral. Admitiu que Jesus, que dispunha dos consideráveis recursos que a Onipotência pode oferecer", não necessitava de um homem para redimir todos os homens. Rebateu, depois, aqueles que afirmam que nada sabemos do inexplicável traidor; sabemos, disse, que foi um dos apóstolos, um dos eleitos para anunciar o reino dos céus, para sanar enfermos, para limpar leprosos, para ressuscitar mortos e para expulsar demônios (Mateus 1O, 7-8; Lucas 9, 1). Um varão a quem o Redentor assim distinguiu merece de nós a melhor interpretação de seus atos. Imputar seu crime à cobiça (como o fizeram alguns, citando João 12, 6) é resignar-se à iniciativa mais torpe. Nils Runeberg propõe a iniciativa contrária: um hiperbólico e até ilimitado ascetismo. O asceta, para maior glória de Deus, envilece e mortifica a carne; Judas fez o mesmo com o espírito. Renunciou à honra, ao bem, à paz, ao reino dos céus, como outros, menos heroicamente, ao prazer.[1] Premeditou com lucidez terrível suas culpas. No adultério, costumam participar a ternura e a abnegação; no homicídio, a coragem; nas profanações e na blasfêmia, certo fulgor satânico. Judas escolheu aquelas culpas não visitadas por nenhuma virtude: o abuso de confiança (João 12, 6) e a delação. Agiu com gigantesca humildade, acreditou-se indigno de ser bom. Paulo escreveu: "O que se gloria, glorie-se no Senhor" (1 Coríntios 1, 31); Judas procurou o Inferno, porque a felicidade do Senhor lhe bastava. Pensou que a felicidade, como o bem, é um atributo divino e que não devem usurpá-lo os homens.[2]

---

1 Borelius pergunta com zombaria: "Por que não renunciou a renunciar? Por que não a renunciar a renunciar?"

2 Euclides da Cunha, num livro ignorado por Runeberg, anota que para o heresiarca de Canudos, Antônio Conselheiro, a virtude "era uma quase impiedade". O leitor argentino recordará passagens análogas na obra de Almafuerte. Runeberg publicou na página simbolista *Sju Insegel* um assíduo poema descritivo, *A Água Secreta*; as primeiras estrofes narram os acontecimentos de um tumultuoso dia; as últimas, a descoberta de um açude glacial; o poeta sugere que a perduração dessa água silenciosa corrige nossa inútil violência e de algum modo a permite e a absolve. O poema conclui assim: "*A água da selva é feliz; podemos ser maldosos e dolorosos*".

Muitos descobriram, *post factum*, que nos justificáveis começos de Runeberg está o seu extravagante fim e que *Den hemlige Frälsaren* é uma simples perversão ou exasperação de *Kristus och Judas*. Em fins de 19O7, Runeberg terminou e revisou o texto manuscrito quase dois anos transcorreram sem que o publicassem. Em Outubro de 1909, o livro apareceu com um prólogo frouxo até ao enigmático) do hebraísta dinamarquês Erik Erfjord e com esta perfídia epígrafe: "No mundo estava e o mundo foi feito por Ele, e o mundo não o conheceu" (João 1, 1O). O argumento geral não é complexo, embora a conclusão seja monstruosa. Deus, argúi Nils Runeberg, rebaixou-se a ser homem para a redenção do gênero humano; cabe conjeturar que foi perfeito o sacrifício realizado por ele, não invalidado ou atenuado por omissões. Limitar o que padeceu à agonia de uma tarde na cruz é blasfematório.[3] Afirmar que foi homem e que foi incapaz de pecado encerra contradição; os atributos de *impeccabilitas* e de *humanitas* não são compatíveis. Kemnitz admite que o Redentor pôde sentir fadiga, frio, turbação, fome e sede; também cabe admitir que pôde pecar e perder-se. O famoso texto: "Brotará como raiz da terra sedenta; não há bom parecer nele, nem formosura; desprezado e o último dos homens; varão de dores, experimentado em quebrantos" (Isaías 53, 2-3), é para muitos uma previsão do crucificado, na hora de sua morte; para alguns (*verbi grada*, Hans Lassen Martensen), uma refutação da formosura que o consenso popular atribui a Cristo; para Runeberg, a pontual profecia não de um momento senão de todo o atroz futuro, no tempo e na eternidade, do Verbo feito carne. Deus se fez totalmente homem porém homem até a infâmia, homem até a reprovação e o abismo. Para nos salvar, pôde escolher *qualquer* dos destinos que tramam a perplexa rede da história; pôde ser Alexandre ou Pitágoras ou Rurik ou Jesus; escolheu um ínfimo destino: foi Judas.

Em vão propuseram essa revelação as livrarias de Estocolmo e de Lund. Os incrédulos a consideraram, a priori, um insípido e laborioso jogo teológico; os teólogos a desdenharam. Runeberg intuiu nessa indiferença ecumênica uma quase milagrosa confirmação. Deus ordenava essa indiferença; Deus não queria que se propagasse na terra Seu terrível segredo. Runeberg compreendeu que não era chegada a hora. Sentiu que estavam convergindo sobre ele antigas maldições divinas; lembrou-se de Elias e de Moisés, que na montanha cobriram o rosto para não ver Deus; Isaías, que se assustou quando seus olhos viram Aquele cuja glória enche a terra; Saulo, cujos olhos ficaram cegos no caminho de Damasco; o rabino Simeão ben Azaí, que viu o Paraíso e morreu; o famoso feiticeiro João de Viterbo, que enlouqueceu quando pôde ver a Trindade; os Midrashim, que abominam os ímpios que pronunciam o *Shem Hamephorash*, o Secreto Nome de Deus. Não era ele, por acaso, culpado desse crime obscuro? Não seria essa a blasfêmia contra o Espírito, a que não será perdoada (Mateus 12, 31)? Valério Sorano

---

3 **Maurice Abramowicz observa**: "*Jesus, d'après ce scandinave, a toujours le beau rôle; ses déboires, grâce à Ia science des typographes, jouissent d'une réputabon polyglotte; sa résidence de trente-trois ans parmi les humains ne fut, en somme, qu'une villégiature*". Erfjord, no terceiro apêndice da *Christelige Dogmatik* refuta essa passagem. Observa que a crucifixão de Deus não cessou, porque o sucedido uma única vez no tempo repete-se sem trégua na eternidade. Judas, agora, continua cobrando as moedas de prata; continua beijando Jesus Cristo; continua jogando as moedas de prata no templo; continua atando o laço da corda no campo de sangue. (Erfjord, para justificar essa afirmação, invoca o último capítulo do primeiro tomo da Vindicação da Eternidade, de Jaromir Hladik.)

morreu por ter divulgado o oculto nome de Roma; que infinito castigo seria o seu, por ter descoberto e divulgado o horrível nome de Deus?

Ébrio de insônia e de vertiginosa dialética, Nils Runeberg errou pelas ruas de Malmö, suplicando em gritos que lhe fosse oferecida a graça de compartilhar com o Redentor o Inferno.

Morreu da ruptura de um aneurisma, a primeiro de março de 1912. Os heresiólogos talvez haverão de lembrá-lo; acrescentou ao conceito do Filho, que parecia exaurido, as complexidades do mal e do infortúnio.

1944

O FIM

Recabarren, deitado, entreabriu os olhos e viu o oblíquo forro de junco. Do outro quarto chegava-lhe um rasqueado de guitarra, uma espécie de paupérrimo labirinto que se enredava e desatava infinitamente... Recobrou, pouco a pouco, a realidade, as coisas cotidianas que já nunca mais trocaria por outras. Olhou sem lástima seu grande corpo inútil, o poncho de lã ordinária que lhe cobria as pernas. Fora, além das grades da janela, dilatavam-se a planície e a tarde; dormira, mas ainda ficara muita luz no céu. Com o braço esquerdo tateou, até dar com a sineta de bronze que estava ao pé do catre. Uma ou duas vezes a agitou; do outro lado da porta, continuavam chegando até ele os modestos acordes. O tocador era um negro que aparecera uma noite com pretensões de cantor e que provocara outro forasteiro a um longo e improvisado desafio. Vencido, continuava freqüentando o armazém, como à espera de alguém. Passava as horas com a guitarra, mas não voltara a cantar; talvez a derrota o tivesse desgostado. As pessoas já se haviam acostumado a esse homem inofensivo. Recabarren, dono do armazém, não se esqueceria desse desafio; no dia seguinte, ao acomodar alguns fardos de erva, seu lado direito se imobilizara bruscamente e perdera a fala. À força de apiedar-nos das desventuras dos heróis dos romances, terminamos apiedando-nos excessivamente das próprias desventuras; não assim o sofrido Recabarren, que aceitou a paralisia como antes aceitara o rigor e as solidões da América. Habituado a viver no presente, como os animais, agora olhava o céu e pensava que o halo vermelho da lua era sinal de chuva.

Um menino de feições indiáticas (filho seu, talvez) entreabriu a porta. Recabarren perguntou-lhe com os olhos se havia algum freguês. O menino, taciturno, disse-lhe por sinais que não; o negro não contava. O homem prostrado ficou só; sua mão esquerda brincou um instante com a sineta, como se exercitasse um poder.

A planície, sob o último sol, era quase abstrata, como vista num sonho. Um ponto moveu-se no horizonte e cresceu até ser um cavaleiro que vinha, ou parecia vir, para casa. Recabarren viu o chapéu de abas largas, o longo poncho escuro, o cavalo mouro, mas não o rosto do homem, que, por fim, segurou o galope e veio aproximando-se a trote lento. A umas duzentas varas de distância virou. Recabarren não o viu mais, porém o escutou vozear, apear-se, amarrar o cavalo ao palanque e entrar com passo firme no armazém.

Sem alçar os olhos do instrumento, no qual parecia procurar alguma coisa, o negro disse com doçura:

– Já sabia eu que podia contar com o senhor.

O outro, com voz áspera, replicou:

– E eu contigo, moreno. Uma porção de dias te fiz esperar, mas aqui vim.

Houve um silêncio. Por fim, o negro respondeu:

– Estou me acostumando a esperar. Esperei sete anos.

O outro explicou sem pressa:

– Mais de sete anos passei sem ver meus filhos. Encontrei-os naquele dia e não quis mostrar-me como um homem que vive às punhaladas.

– Já compreendi – disse o negro –. Espero que os tenha deixado com saúde.

O forasteiro, que se sentara no balcão, riu com vontade. Pediu uma cachaça e a degustou sem concluí-la.

– Dei-lhes bons conselhos – declarou –, que nunca são demais e nada custam. Disse-lhes, entre outras coisas, que o homem não deve derramar o sangue do homem.

Um lento acorde precedeu a resposta do negro:

– Fez bem. Assim não se parecerão a nós.

– Pelo menos a mim – disse o forasteiro e acrescentou como se pensasse em voz alta: – Meu destino quis que eu matasse e agora, outra vez, põe-me a faca na mão.

O negro, como se não o ouvisse, observou:

– Com o outono se vão encurtando os dias.

Pôs-se mesmo diante do negro e falou-lhe com ar cansado:

Deixa em paz a guitarra, que hoje te espera outra espécie de contraponto.

Os dois homens encaminharam-se à porta. O negro, ao sair, murmurou:

– Talvez neste me saia tão mal como no primeiro.

O outro respondeu com seriedade:

– No primeiro não te saíste mal. O que se deu é que tinhas vontade de chegar ao segundo.

Afastaram-se um pouco das casas, caminhando a par. Um lugar da planície era igual a outro e a lua resplandecia. De repente olharam-se, detiveram-se e o forasteiro tirou as esporas. Já estavam com o poncho no antebraço, quando o negro disse:

– Uma coisa quero pedir-lhe antes da briga. Que nesta briga ponha toda a sua coragem e toda a sua manha, como naquela outra de há sete anos, quando matou meu irmão.

Talvez pela primeira vez em seu diálogo, *Martín Fierro* tenha ouvido o ódio. Seu sangue o sentiu como um acicate. Entreveraram-se e o aço afiado luziu e marcou a cara do negro.

Há uma hora da tarde em que a planície está por dizer alguma coisa, nunca o diz ou talvez o diga infinitamente e não a compreendemos, ou a compreendemos mas é intraduzível como uma música... De seu catre, Recabarren viu o fim. Uma investida e o negro recuou, perdeu pé, ameaçou um talho no rosto e caiu com uma punhalada profunda, que penetrou no ventre. Depois veio outra que o dono do armazém não conseguiu precisar, e Fierro não se levantou. Imóvel, o negro parecia vigiar sua laboriosa agonia. Limpou o facão ensangüentado no pasto e voltou às casas com lentidão, sem olhar para trás. Cumprida sua tarefa de justiceiro, agora era ninguém. Ou melhor, era o outro: não tinha destino sobre a terra e matara um homem.

A SEITA DA FÊNIX

Aqueles que escrevem que a seita da Fênix teve sua origem em Heliópolis e a derivam da restauração religiosa que sucedeu à morte do reformador Amenófis IV alegam textos de Heródoto, de Tácito e dos monumentos egípcios, mas ignoram, ou querem ignorar, que a denominação da Fênix não é anterior a Hrabano Mauro e que as fontes mais antigas (as *Saturnais* ou Flávio Josefo, digamos) só falam da Gente do Costume ou da Gente do Segredo. Já Gregorovius observou, nos conventículos de Ferrara, que a menção à Fênix era raríssima na linguagem oral; em Genebra, tratei com artesãos que não me compreenderam quando perguntei se eram homens da Fênix, mas que admitiram, imediatamente, ser homens do Segredo. Se não me engano, semelhante coisa acontece com os budistas; o nome pelo qual os conhece o mundo não é o que eles pronunciam.

Miklosich, numa página bastante famosa, equiparou os sectários da Fênix aos ciganos. No Chile e na Hungria há ciganos e também há sectários; fora dessa espécie de ubiqüidade, muito pouco têm em comum, uns e outros. Os ciganos são negociantes, caldeireiros, ferreiros e ledores da sorte; os sectários costumam exercer felizmente as profissões liberais. Os ciganos configuram um tipo físico e falam, ou falavam, um idioma secreto; os sectários confundem-se com os demais e a prova é que não têm sofrido perseguições. Os ciganos são pitorescos e inspiram os maus poetas; os romances, os cromos e os boleros omitem os sectários... Martim Buber declara que os judeus são essencialmente patéticos; nem todos os sectários o são e alguns abominam o patético; esta pública e notória verdade basta para refutar o erro vulgar (absurdamente defendido por Urmann) que vê na Fênix uma derivação de Israel. Discorre-se mais ou menos assim: Urmann era um homem sensível; Urmann era judeu; Urmann freqüentou os sectários nos guetos de Praga; a afinidade que Urmann sentiu comprova um fato real. Sinceramente, não posso concordar com essa opinião. Que os sectários num meio judaico pareçam-se aos judeus não comprova nada; o inegável é que se parecem, como o infinito Shakespeare de Hazlitt, a todos os homens do mundo. São tudo para todos, como o Apóstolo; dias atrás, o doutor Juan Francisco Amaro, de Paysandú, ponderou a facilidade com que se acrioulavam.

Disse que a história da seita não registra perseguições. Isso é verdade, mas como não há grupo humano em que não figurem partidários da Fênix, também é certo que não há perseguição ou rigor que estes não hajam padecido ou exercido. Nas guerras ocidentais e nas remotas guerras da Ásia verteram-lhes o sangue secularmente, sob bandeiras inimigas; muito pouco lhes vale identificar-se com todas as nações do orbe.

Sem um livro sagrado que os congregue como a Escritura a Israel, sem uma memória comum, sem essa outra memória que é um idioma, espalhados pela face da terra, diversos em cor e em traços, uma única coisa – o Segredo – os une e os unirá até o fim dos dias. Certa vez, além do Segredo, houve uma lenda (e quiçá um mito cosmogônico), mas os superficiais homens da Fênix esqueceram-na e hoje apenas guardam a obscura tradição

de um castigo. De um castigo, de um pacto ou de um privilégio, porque as versões diferem e somente deixam entrever a sentença de um Deus que assegura a uma estirpe a eternidade, se os homens dela, geração após geração, praticarem um rito. Consultei os relatos dos viajantes, conversei com patriarcas e teólogos; posso dar fé de que o cumprimento do rito é a única prática religiosa que observam os sectários. O rito constitui o Segredo. Este, como já indiquei, transmite-se de geração a geração, mas o uso não quer que as mães o ensinem aos filhos, nem tampouco os sacerdotes; a iniciação no mistério é tarefa dos indivíduos mais desprezíveis. Um escravo, um leproso ou um mendigo servem de mistagogos. Também um menino pode doutrinar outro menino. O ato em si é trivial, momentâneo e não requer descrição. Os materiais são a cortiça, a cera ou a goma-arábica. (Na liturgia, fala-se de lodo; este se costuma usar também.) Não há templos dedicados especialmente à celebração desse culto, mas uma ruína, um porão ou um vestíbulo são considerados lugares propícios. O Segredo é sagrado mas não deixa de ser um pouco ridículo; seu exercício é furtivo e ainda clandestino e os adeptos não falam dele. Não há palavras decentes para denominá-lo, mas se entende que todas as palavras o denominam, ou antes, que inevitavelmente o aludem, e assim, no diálogo eu disse uma coisa qualquer e os adeptos sorriram ou se incomodaram, porque sentiram que eu tinha tocado o Segredo. Nas literaturas germânicas há poemas escritos por sectários, cujo sujeito nominal é o mar ou o crepúsculo da noite; são, de algum modo, símbolos do Segredo, ouço repetir. *"Orbis terrarum est speculum Ludi*" reza um adágio apócrifo que Du Cange registrou em seu Glossário. Uma espécie de horror sagrado impede a alguns fiéis a realização do simplicíssimo rito; os outros os desprezam, mas eles se desprezam ainda mais. Gozam de forte crédito, em troca, os que deliberadamente renunciam ao Costume e obtêm um comércio direto com a divindade; estes, para manifestar esse comércio, fazem-no com figuras da liturgia, e assim John of the Rood escreveu:

Saibam os Nove Firmamentos que o Deus
É deleitável como a Cortiça e o Lodo.

Tenho merecido em três continentes a amizade de muitos devotos da Fênix; consta-me que o Segredo, a princípio, pareceu-lhes frívolo, penoso, vulgar e (o que é mais estranho) inacreditável. Não concordavam em admitir que seus pais se houvessem rebaixado a tais práticas. O estranho é que o Segredo não se tenha perdido, há muito; a despeito das vicissitudes do orbe, a despeito das guerras e dos êxodos, chega, surpreendentemente, a todos os fiéis. Alguém não vacilou em afirmar que já é instintivo.

O SUL

O homem que desembarcou em Buenos Aires em 1871 chamava-se Johannes Dahlmann e era pastor da igreja evangélica; em 1939, um de seus netos, Juan Dahlmann, era secretário de uma biblioteca municipal, à rua Córdoba, e sentia-se profundamente argentino. Seu avô materno fora aquele Francisco Flores, do 2 de infantaria de linha, que morreu na fronteira de Buenos Aires, lanceado pelos índios de Catriel; na discórdia de suas duas linhagens, Juan Dahlmann (talvez por impulso do sangue germânico) elegeu a desse antepassado romântico, ou de morte romântica. Um estojo com o daguerreótipo de um homem inexpressivo e barbudo, uma velha espada, a felicidade e a coragem de certas músicas, o hábito de estrofes do *Martín Fierro*, os anos, o fastio e a solidão fomentaram esse crioulismo algo voluntário, mas nunca ostensivo. À custa de algumas privações, Dahlmann havia conseguido salvar a sede de uma estância no Sul, que foi dos Flores; um dos hábitos de sua memória era a imagem dos eucaliptos balsâmicos e da ampla casa rosada que certa vez havia sido carmesim. As tarefas e talvez a indolência o retinham na cidade. Verão após verão, contentava-se com a idéia abstrata de posse e com a certeza de que sua casa o estava esperando, em um lugar preciso da planície. Nos últimos dias de fevereiro de 1939, alguma coisa lhe aconteceu.

Cego às culpas, o destino pode ser desapiedado com as mínimas distrações. Dahlmann tinha obtido, essa tarde, um exemplar incompleto das *Mil e Uma Noites* de Weil; ávido para examinar esse achado, não esperou que descesse o elevador e subiu apressado as escadas; algo na escuridão roçou-lhe a fronte; um morcego, um pássaro? Na fisionomia da mulher que lhe abriu a porta, viu gravado o horror, e a mão que passou na testa saiu vermelha de sangue. A aresta de um batente recém-pintado que alguém se esqueceu de fechar tinha-lhe feito essa ferida. Dahlmann conseguiu dormir, mas de madrugada acordara e desde aquela hora o sabor de todas as coisas foi atroz. A febre o desgastou e as ilustrações das *Mil e Uma Noites* serviram para decorar pesadelos. Amigos e parentes o visitavam e com exagerado sorriso lhe repetiam que o achavam muito bem. Dahlmann ouvia-os com uma espécie de fraco estupor e surpreendia-lhe que não soubessem que estava no inferno. Oito dias passaram, como oito séculos. Uma tarde, o médico habitual apresentou-se com um novo médico e conduziram-no a um clínica da rua Equador, porque era indispensável tirar-lhe uma radiografia. Dahlmann, no carro de praça que os levou, pensou que num quarto que não fosse o seu poderia, afinal, dormir. Sentiu-se feliz e conversador, logo que chegou, despiram-no, rasparam-lhe a cabeça, prenderam-no a uma maca, iluminaram-no até a cegueira e a vertigem, auscultaram-no e um homem mascarado cravou-lhe uma agulha no braço. Despertou com náuseas, vendado, numa cela que tinha alguma coisa de poço e, nos dias e noites que seguiram à operação, pôde entender que apenas tinha estado, até então, num arrabalde do inferno. O gelo não deixava em sua boca o menor rasto de frescor. Nesses dias, Dahlmann odiou-se minuciosamente;

odiou sua identidade, suas necessidades corporais, sua humilhação, a barba que lhe eriçava o rosto. Sofreu com estoicismo os curativos, que eram muito dolorosos, porém, quando o cirurgião lhe disse que estivera a ponto de morrer de uma septicemia, Dahlmann pôs-se a chorar, condoído de seu destino. As misérias físicas e a incessante previsão das noites ruins não lhe haviam deixado pensar em algo tão abstrato como a morte. No dia seguinte, o cirurgião disse-lhe que estava se recuperando e que, brevemente, poderia ir convalescer na estância. Por incrível que pareça, o dia prometido chegou.

A realidade gosta das simetrias e dos leves anacronismos; Dahlmann havia chegado à clínica num carro de praça e agora um carro de praça o levava à estação Constitución. O primeiro frescor do outono, depois da opressão do verão, era como um símbolo natural de seu destino resgatado da morte e da febre. A cidade, às sete da manhã, não tinha perdido esse aspecto de casa velha que lhe infunde a noite; as ruas eram como amplos saguões, as praças como pátios. Dahlmann a reconhecia com felicidade e com um princípio de vertigem; segundos antes que registrassem seus olhos, recordava as esquinas, os cartazes, as modestas diferenças de Buenos Aires. Na luz amarela do novo dia, todas as coisas regressavam a ele.

Ninguém ignora que o Sul começa do outro lado da rua Rivadavia. Dahlmann costumava repetir que isso não é uma convenção e que quem atravessa essa rua entra num mundo mais antigo e mais duro. Do carro procurava, entre a nova edificação, a janela de grades, a aldrava, o arco da porta, o vestíbulo, o íntimo pátio.

No *hall* da estação percebeu que faltavam trinta minutos. Lembrou-se bruscamente de que num café da rua Brasil (a poucos metros da casa de Yrigoyen) havia um enorme gato que se deixava acarinhar pelas pessoas, como uma divindade desdenhosa. Entrou. Aí estava o gato, adormecido. Pediu uma xícara de café, adoçou-o lentamente, experimentou-o (esse prazer lhe tinha sido proibido na clínica) e pensou, enquanto alisava a negra pelagem, que aquele contato era ilusório e que estavam como separados por uma vidraça, porque o homem vive no tempo, na sucessão, e o mágico animal, na atualidade, na eternidade do instante.

Ao longo da penúltima plataforma o trem esperava. Dahlmann percorreu os vagões e deparou com um quase vazio. Acomodou na rede a mala; quando o trem arrancou, abriu-a e tirou, depois de certa vacilação, o primeiro tomo das *Mil e Uma Noites*. Viajar com esse livro, tão vinculado à história de sua desventura, era uma afirmação de que essa desdita havia sido anulada e um desafio alegre e secreto às frustradas forças do mal.

Nas laterais do trem, a cidade desgarrava-se em subúrbios; essa visão e depois a de jardins e chácaras retardaram o princípio da leitura. A verdade é que Dahlmann leu pouco; a montanha de pedra-ímã e o gênio que tinha jurado matar seu benfeitor eram, quem o nega, maravilhosos, não muito mais, contudo, que a manhã e que o fato de ser. A felicidade o distraía de Scherazade e de seus milagres supérfluos; Dahlmann fechava o livro e deixava-se simplesmente viver.

O almoço (com a sopa servida em tigelas de metal reluzente, como nos já remotos veraneios da infância) foi outro prazer tranqüilo e agradecido.

"Amanhã acordarei na estância", pensava, e era como se a um tempo fosse dois homens: o que avançava pelo dia outonal e pela geografia da pátria, e o outro, enclausurado numa clínica e dependente de metódicas criadagens. Viu casas de tijolos sem reboco, esquinadas e amplas, infinitamente encarando passar os trens; viu cavalos nos terrosos caminhos; viu sangas e lagoas e fazenda; viu grandes nuvens luminosas que pareciam de mármore, e todas essas coisas eram casuais, como sonhos da planície. Também acreditou reconhecer árvores e sementeiras que não pudera nomear, porque seu direto conhecimento do campo era bastante inferior a seu conhecimento nostálgico e literário.

Em dado momento, dormiu e em seus sonhos estava o ímpeto do trem. já o branco sol intolerável das doze do dia era o sol amarelo que precede o anoitecer e não tardaria a ser vermelho. Também o vagão era diferente; não era o que tinha sido em Constitución, ao deixar a plataforma: a planície e as horas o haviam atravessado e transfigurado. Fora, a móvel sombra do vagão alongava-se em direção ao horizonte. Não turbavam a terra elementar nem povoações, nem outros sinais humanos. Tudo era vasto, mas ao mesmo tempo era íntimo e, de alguma maneira, secreto. No campo desmedido, às vezes não havia nada a não ser um touro. A solidão era perfeita e talvez hostil, e Dahlmann pôde suspeitar que viajava ao passado e não só ao Sul. Dessa conjetura fantástica distraiu-o o inspetor, que, ao ver sua passagem, avisou-lhe que o trem não o deixaria na estação de sempre, senão em outra, um pouco anterior e quase desconhecida por Dahlmann. (O homem acrescentou uma explicação que Dahlmann não tentou entender, nem sequer ouvir, porque o mecanismo dos fatos não lhe importava.)

O trem parou com dificuldade, quase no meio do campo. Do outro lado dos trilhos, ficava a estação, que era pouco mais que uma plataforma com cobertura. De nenhum veículo dispunham, mas o chefe opinou que talvez pudesse conseguir um na casa de comércio que lhe indicou a umas dez, doze quadras.

Dahlmann aceitou a caminhada como uma pequena aventura. já se havia posto o sol, mas um esplendor final exaltava a viva e silenciosa planície, antes que a apagasse a noite. Menos para não se cansar do que para fazer durar essas coisas, Dahlmann caminhava devagar, aspirando com grave felicidade o olor do trevo.

O armazém já tinha sido vermelho-vivo, mas os anos mitigaram para seu bem essa cor violenta. Algo em sua pobre arquitetura recordou-lhe uma gravura em aço, talvez de uma velha edição de *Paulo e Virgínia*. Atados ao palanque havia alguns cavalos. Dahlmann, dentro, acreditou reconhecer o proprietário; depois compreendeu que o enganara sua semelhança com um dos empregados da clínica. O homem, ouvido o caso, disse que faria com que lhe atrelassem a jardineira; para acrescentar outro fato àquele dia e para preencher esse tempo, Dahlmann resolveu comer no armazém.

Numa mesa comiam e bebiam ruidosamente alguns rapagões, nos quais Dahlmann, de início, não prestou atenção. No chão, encostado ao balcão, acocorava-se, imóvel como uma coisa, um homem bastante velho. Os muitos anos haviam-no reduzido e polido como as águas a uma pedra ou as gerações dos homens a um refrão. Era escuro, pequeno e

ressequido, e estava como fora do tempo, numa eternidade. Dahlmann registrou com satisfação a faixa de pano na testa, o poncho de baeta, o amplo chiripá e a bota de potro, e disse a si mesmo, rememorando inúteis discussões com pessoas dos partidos do Norte ou com entrerrianos, que gaúchos desses só restam no Sul.

Dahlmann acomodou-se perto da janela. A escuridão foi se apoderando do campo, mas seu olor e seus rumores ainda lhe chegavam entre as grades. O proprietário trouxe-lhe sardinhas e depois carne assada; Dahlmann as engoliu com alguns copos de vinho tinto. Ocioso, degustava o áspero sabor e deixava vagar o olhar, já um pouco sonolento, pelo local. A lâmpada de querosene pendia de uma das vigas; os fregueses da outra mesa eram três: dois pareciam peões de chácara; outro, de traços mestiços e desajeitados, bebia com o chapelão na cabeça. Dahlmann, logo, sentiu um leve roçar no rosto. Perto do copo ordinário de vidro turvo, sobre uma das listras da toalha, havia uma bolinha de miolo de pão. Isso era tudo, mas alguém lha atirara.

Os da outra mesa pareciam alheios a ele. Dahlmann, perplexo, decidiu que nada tinha acontecido e abriu o volume das *Mil e Uma Noites*, como para esconder a realidade. Outra bolinha o atingiu poucos minutos depois, e desta vez os peões riram. Dahlmann disse a si mesmo que não estava assustado, mas que seria um disparate para ele, um convalescente, deixar-se arrastar por desconhecidos a uma briga confusa. Resolveu sair; já estava de pé quando o proprietário se aproximou dele e o exortou com voz alarmada:

– Senhor Dahlmann, não faça caso desses moços, que estão meio alegres.

Dahlmann não estranhou que o outro, agora, o conhecesse, porém sentiu que essas palavras conciliadoras agravavam, de fato, a situação. Antes, a provocação dos peões era a um rosto acidental, quase a ninguém; agora ia contra ele e contra seu nome e o saberiam os vizinhos. Dahlmann afastou para um lado o proprietário, enfrentou os peões e perguntou-lhes o que andavam procurando.

O compadrito da cara mestiça ergueu-se cambaleando. A um passo de Juan Dahlmann injuriou-o a gritos, como se estivesse muito longe. Brincava de exagerar sua bebedeira e esse exagero era uma ferocidade e uma zombaria. Entre palavras ofensivas e obscenidades, atirou para o ar um facão, seguiu-o com os olhos, aparou-o, e convidou Dahlmann a brigar. O proprietário objetou com trêmula voz que Dahlmann estava desarmado. Nesse instante, algo imprevisível ocorreu.

De um canto, o velho gaúcho estático, no qual Dahlmann viu um signo do Sul (do Sul que era seu), atirou-lhe uma adaga desembainhada que veio cair a seus pés. Era como se o Sul tivesse resolvido que Dahlmann aceitasse o duelo. Dahlmann inclinou-se para recolher a adaga e sentiu duas coisas. A primeira, que esse ato quase instintivo o comprometia a lutar. A segunda, que a arma, em sua mão inábil, não serviria para defendê-lo, mas para justificar que o matassem. Certa vez havia brincado com um punhal, como todos os homens, porém sua esgrima não passava de uma noção de que os golpes devem ir para cima e com o fio para dentro. "Não teriam permitido na clínica que me acontecessem essas coisas", pensou.

– Vamos saindo - disse o outro.

Saíram, e se em Dahlmann não havia esperança, tampouco havia temor. Sentiu, ao transpor o umbral, que morrer em uma briga à faca, a céu aberto e atacando, teria sido uma libertação para ele, uma felicidade e uma festa, na primeira noite da clínica, quando lhe cravaram a agulha. Sentiu que se ele, então, tivesse podido escolher ou sonhar sua morte, esta é a morte que teria escolhido ou sonhado.

Dahlmann empunha com firmeza a faca, que provavelmente não saberá manejar, e sai à planície.